

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Chicão da Silveira - PDT
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Remídio Monai - PR

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Flamarion Portela - PTC

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Jean Frank - PMN

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Chicão da Silveira - PDT

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Marcelo Natanael - PRB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Dhiego Coelho - PSL

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Sargento Damosiel - PRP
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Remídio Monai - PR

Atos Administrativos

Resoluções de Afastamentos nº 514 a 519/2011 2

Atos Legislativos

Projetos de Leis nº 049/2011, 052/2011 e 053/2011 3

Requerimento nº 045/2011 4

Indicação nº 057/2011 4

Ata da 2033ª Sessão Ordinária 4

SUMÁRIO

Ata de Audiência Pública da Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social 5

Outras Publicações - Câmara Municipal de São João da Baliza

Ofício/GAB/111/2011 31

Lei Municipal nº 308/2011 31

Resolução nº 50/2011 31

Atos Financeiros

Relatório Resumido da Execução Orçamentária 32

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

EXPEDIENTE

 Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

 ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
 Gerente de Documentação Geral

 VICTOR TAVARES PIRO
 Diagramação

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS
RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO E SUPRIMENTOS DE FUNDOS
RESOLUÇÃO Nº 514/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o deslocamento da Excelentíssima Senhora Deputada **ANGELA ÁGUIDA PORTELLA ALVES**, para o município de Rorainópolis, no período de 05.08 a 07.08.2011, aonde a mesma, na condição de Presidente da Escolegis, estará participando da entrega de certificados de conclusão de cursos realizados, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 04 de agosto de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
RESOLUÇÃO Nº 515/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o deslocamento do servidor **PLATÃO ARANTES TEIXEIRA, Assistente Especial**, para os municípios de São Luiz do Anauá, São João da Baliza e Caroebe, no período de 04.08 a 07.08.2011, aonde o mesmo estará acompanhando o deputado Gabriel Picanço em suas atividades parlamentar, com ônus para este Poder, no tocante a 02 (duas) diárias.

Palácio Antônio Martins, 04 de agosto de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
RESOLUÇÃO Nº 516/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o deslocamento dos servidores **MARIA DO SOCORRO PINHEIRO DE CARVALHO, Diretora da Escolegis, PABLO KENNIO ALMEIDA COUTINHO, ALE FG-8 e LUIZ GOMES DA SILVA, Agente Legislativo**, para os municípios de São Luiz do Anauá, São João da Baliza e Caroebe, nos dias 05 e 06.08.2011, aonde os mesmos participarão da entrega de certificados de conclusão de cursos realizados nas Unidades da Escolegis dos mencionados municípios, com ônus para este Poder, no tocante a 1 e ½ (uma diária e meia) para cada servidor.

Palácio Antônio Martins, 04 de agosto de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
RESOLUÇÃO Nº 517/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o deslocamento da servidora **CRISTIANE ROMÊNIA FONSECA DE ALMEIDA, Coordenadora de Controle Interno e Externo**, para a cidade de Fortaleza-CE, no período de 10.08 a 19.08.2011, aonde a mesma realizará visita técnica e treinamento na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 04 de agosto de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
RESOLUÇÃO Nº 518/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o deslocamento dos servidores **RICARDO GOMES DOS SANTOS, AP-8 e APARECIDO JURANDIR EGÍDIO SANCHES, ALE FG-8**, para o município de Rorainópolis, nos dias 19 e 20.08.2011, aonde os mesmos farão a transmissão pela Rádio Anauá da cobertura do Seminário de Formação Política, no auditório da UERR, com ônus para este Poder, no tocante a 01 (uma) diária para cada servidor.

Palácio Antônio Martins, 04 de agosto de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente

Deputado **JALSER RENIER PADILHA**
 1º Secretário
 Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**
 2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 519/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento dos servidores **MARCELO OLIVEIRA CHAVES, ROGÉRIO MELO DE FARIAS, HANZ DAVIS MACHADO FERREIRA, RALTON OLIVEIRA PEREIRA e MARIA DE FÁTIMA LIMA PERDIGÃO, Assessores Parlamentar**, para a cidade de Manaus-AM, no período de 04.08 e 13.08.2011, aonde os mesmos visitarão a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, para obterem orientações acerca de técnicas legislativas, bem como, visitarão também pacientes oriundo do Estado de Roraima que se encontram em tratamento de saúde no Hospital CECOM de Manaus, com ônus para este Poder, somente tocante às diárias.

Palácio Antônio Martins, 04 de agosto de 2011

Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**
 Presidente

Deputado **JALSER RENIER PADILHA**
 1º Secretário
 Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**
 2º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS

PROJETO DE LEI

GABINETE DO DEPUTADO NALDO DA LOTERIA

PROJETO DE LEI Nº 049 /11.

Dispõe sobre o selo artesanal para produtos alimentícios e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o selo artesanal de qualidade para produtos alimentícios originários da produção caseira do Estado de Roraima.

Art. 2º O selo artesanal de qualidade será conferido a pessoas físicas que produzam gêneros considerados alimentícios ou bebidas de caráter regional, como parte da geração de renda familiar, assim caracterizado pelo órgão estadual competente.

Art. 3º Para obtenção do selo artesanal de qualidade, o autor da atividade econômica depositará no órgão competente um exemplar de cada produto, acompanhado da descrição do material e técnicas utilizadas, que serão registradas em livro próprio, com o nome do artesão ou produto e local de produção.

Art. 4º O selo será expedido em nome daquele artesão ou produtor, com prazo de validade não inferior a 2 anos, quando serão reavaliados, para emissão de novo selo.

Art. 5º O órgão competente fará um cadastramento contendo nome do artesão, produtor ou família, local e endereço, bem como, nome do produto, para conhecimento de todos e divulgação.

Art. 6º Os detentores do selo de qualidade artesanal poderão utilizá-los na divulgação de seus produtos ou serviços.

Art. 7º O Poder Executivo Estadual, por ato próprio, fixará os órgãos que serão responsáveis pela fiscalização da qualidade dos produtos, bem como, pelo registro e expedição dos selos, em forma de certificado ou outro meio que seja mais prático para tornar essa norma mais efetiva.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de junho de 2011.

Naldo da Loteria
 Deputado Estadual

GABINETE DO DEPUTADO NALDO DA LOTERIA

PROJETO DE LEI Nº 052/11.

Dispõe sobre a cobrança de serviços médicos e de saúde prestados pelo Estado de Roraima e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual, através da Secretaria Estadual da Saúde, autorizado a cobrar dos Planos de saúde os serviços de atendimento médico e hospitalar realizados pelo Estado a pacientes dos respectivos planos de saúde.

Parágrafo único. As entidades titulares dos respectivos planos de saúde ressarcirão o Estado, em razão dos recursos despendidos, pelos procedimentos médicos realizados na rede pública Estadual aos pacientes conveniados.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Saúde, mediante ato próprio, fixará os valores dos ressarcimentos a serem cobrados dos planos de saúde, tomando como parâmetro os valores pagos pelo SUS.

Art. 3º As exigências constantes da presente Lei são necessárias em face da forma como os procedimentos vêm sendo realizados, visto que os planos de saúde recebem pelos serviços contratados e, não dispondo dos equipamentos necessários, transferem os pacientes para que o poder público atenda em suas dependências, ocasionando o enriquecimento sem causa para quem recebeu dos usuários.

Art. 4º A omissão do Poder Executivo na adoção das medidas necessárias constantes da presente Lei importam em crime contra a Administração Pública Estadual.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 04 de agosto de 2011.

NALDO DA LOTERIA
 Deputado Estadual

GABINETE DO DEPUTADO CHICÃO DA SILVEIRA

PROJETO DE LEI Nº 053/11.

Dispõe sobre a proibição da distribuição gratuita ou venda de sacolas plásticas a consumidores, em todos os estabelecimentos comerciais do Estado de Roraima.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibida a distribuição gratuita ou a venda de sacolas plásticas a consumidores para o acondicionamento e transporte de mercadorias adquiridas em estabelecimentos comerciais no Estado de Roraima.

Parágrafo único. Os estabelecimentos comerciais devem estimular o uso de sacolas reutilizáveis, assim consideradas aquelas que sejam confeccionadas com material resistente e que suportem o acondicionamento e transporte de produtos e mercadorias em geral.

Art. 2º Os estabelecimentos comerciais de que trata o art.1º ficam obrigados a afixar placas informativas, com as dimensões de 40cm x 40cm, junto aos locais de embalagem de produtos e caixas registradoras, com o seguinte teor:

“POUPE RECURSOS NATURAIS! USE SACOLAS REUTILIZÁVEIS”

Art. 3º O disposto nos artigos 1º e 2º desta Lei deverá ser implementado até 31 de dezembro de 2011.

Art. 4º As disposições normativas contidas nesta Lei não aplicam:

- I.às embalagens originais das mercadorias;
- II.às embalagens de produtos alimentícios vendidos a granel; e
- III.às embalagens de produtos alimentícios que vertam água.

Art. 5º Os fabricantes, distribuidores e estabelecimentos comerciais ficam proibidos de inserir em sacolas plásticas para o acondicionamento e transporte de mercadorias a rotulagem degradável, assim como, as terminologias oxidodegradáveis, oxibiodegradáveis, fotodegradáveis e biodegradáveis, e mensagens que indiquem suposta vantagem ecológica de tais produtos.

Art. 6º O descumprimento das disposições contidas nesta Lei sujeitará o infrator às penalidades previstas na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 7º A fiscalização da aplicação desta Lei será feita pela Fundação Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia de Roraima.

Art. 8º As despesas relativas à execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação..

Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 03 de agosto de 2011.

CHICÃO DA SILVEIRA
 Deputado Estadual

REQUERIMENTOS
REQUERIMENTO Nº045/11

Excelentíssimo Senhor
 Deputado **CHICO GUERRA**
 Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Senhor Presidente,
 Os Deputados que a este subscrevem, de conformidade com o art. 192, parágrafo único, inciso I, alínea "b", c/c inciso I do art. 153 e XVII do art. 196, todos do Regimento Interno, requerem de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 18 do corrente, às 10h em Comissão Geral, **momento em que será comemorado o 2º aniversário do Centro Humanizado de Atendimento à Mulher – CHAMe, e feito o lançamento da maquete de sua sede.**

Sala das Sessões, 04 de agosto de 2011.
Deputados

INDICAÇÕES
**Gabinete da 3ª Vice Presidência da ALE
 INDICAÇÃO Nº 057/2.011**

O Deputado que a esta subscreve, com amparo no Artigo 202, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado de Roraima, a seguinte indicação:

A RECUPERAÇÃO DA RR 342, ESTRADA QUE DÁ ACESSO À COLÔNIA DO TAIANO, NO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE, NUMA EXTENSÃO DE APROXIMADAMENTE 90 QUILOMETROS, INICIANDO NA BR 174, NO LOCAL DENOMINADO "OASIS", ATÉ A COLÔNIA DO TAIANO, PROPRIAMENTE DITO.

JUSTIFICATIVA

A colônia agrícola **CORONEL MOTA/ TAIANO**, é uma das comunidades agrícolas, criada ainda no antigo **Território do Rio Branco**, portanto, uma das povoações de produtores rurais mais antigas, quando o então governador trouxe do nordeste, mais precisamente do Rio Grande do Norte e da Paraíba uma leva de produtores que desenvolveram ali o plantio de *Tabaco(fumo)*, que era exportado em grande escala para o vizinho Estado do Amazonas em forma de moles, acondicionados em arrobos e a outra pequena parte era consumida aqui. Juntaram – se a esse grupo, algumas famílias japonesas que desenvolveram a plantação de *Pimenta do Reino*, que tinha o mesmo fim comercial, além da produção Cana de açúcar, com a qual produziam a pinga, o Açúcar Mascavo, o mel e a rapadura, como também, plantavam a mandioca com a qual produziam a farinha, a goma, a carimã, a tapioca e outros derivados, bem como promoveram o desenvolvimento pecuário.

Ainda é possível encontrar famílias pioneiras ou descendentes que lembram esses dias primorosos, agora ladeados por outras famílias mais recentemente instaladas, sofrendo com a falta de estradas que lhes proporcionem condições de escoarem os produtos de suas lavras.

Irmanado aos anseios das comunidades do **TAIANO, DA BARATA** (Comunidade indígena), e outras famílias que mourejam ao longo da **RR 342**, formulamos o presente instrumento reivindicatório ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima, para estudar a viabilidade do atendimento, bem com, incluir no seu plano de ação, para atendimento a mais de 120 famílias rurais quase isoladas, para que possam ser beneficiadas e saírem desse estado de penúria atual.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2011.

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
 Dep. Estadual e 3º Vice Pres. da ALE/RR

ATAS PLENÁRIO - SUCINTA

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia três de agosto de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trigésima terceira

Sessão Ordinária do quadragésimo segundo Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, Deputado **Chico Guerra**, declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado **Remídio Monai**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Em seguida, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado **Jalser Renier**, proceder à leitura do Expediente: **RECEBIDO DOS DEPUTADOS**: Indicação s/nº, de autoria do Deputado Coronel Chagas, ao Governador do Estado, solicitando instituição de seguro de vida e de acidentes pessoais para policiais militares, bombeiros militares, policiais civis e agentes penitenciários do Estado de Roraima. Projeto de Lei s/nº, do Deputado Coronel Chagas, dispondo sobre consignações facultativas em folha de pagamento de servidores públicos das parcelas referentes a financiamento ou consórcio de imóvel. Projeto de Lei s/nº, do Deputado Coronel Chagas, dispondo sobre a instituição da Semana Cultural das Fanfarras e Bandas no Estado de Roraima. Projeto de Decreto Legislativo s/nº, do Deputado Coronel Chagas, concedendo a comenda Orgulho de Roraima ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Roraima. Projeto de Decreto Legislativo s/nº, do Deputado Coronel Chagas, concedendo a comenda Orgulho de Roraima à Polícia Militar do Estado de Roraima. Requerimento nº 001/11, da Comissão Especial Externa criada para analisar a Proposta de Emenda Constitucional nº 003/11, requerendo prorrogação de prazo, por igual período, para funcionamento da Comissão. **RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO**: Mensagem Governamental nº 31, de 01/08/11, comunicando veto parcial ao Projeto de Lei nº 028/11, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para Exercício de 2012 e dá outras providências". **EXTERNO**: Ofício Circular nº 013/2011-DIPLE/TCERR, de 22/07/11, do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cumprimento de deliberação do TCERR. Ofício Circular nº 014/2011-DIPLE/TCERR, de 27/07/11, do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cumprimento de deliberação do TCERR. Ofício Circular Externo nº 45/2011, de 22/06/11, da Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando a transferência de recursos destinados à manutenção de Serviços de Ação Continuada. Ofício/DPG nº 357/2011, de 07/07/11, da Defensoria Pública do Estado de Roraima, agradecendo o apoio na aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 015/11. Ofício Circular Externo nº 016/2011-CLP, de 07/07/11, da Comissão de Legislação Participativa, convidando para as atividades de comemoração dos 10 anos da Comissão de Legislação Participativa. Carta Presi-2011/204, de 21/07/11, da Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Nordeste do Brasil, parabenizando a Casa pelo competente e incessante trabalho em defesa do povo do Estado de Roraima. Ofício nº 415/11 PRES/CMS, de 22/07/11, do Conselho Municipal de Saúde de Boa Vista, convidando para a 4ª Conferência Municipal de Saúde de Boa Vista, que será realizada nos dias 03, 04 e 05 de agosto de 2011. Ofício/CEDCAR nº 138/2011, de 01/08/11, do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Roraima, agradecendo pelo apoio de duas servidoras no CEDCAR. **GRANDE EXPEDIENTE**: O Senhor Deputado **Coronel Chagas**, inicialmente, cumprimentou todos os presentes, em especial, os alunos das fanfarras presentes nas galerias. Prosseguindo, pediu o apoio dos seus pares para a aprovação de Projeto de Lei que "Dispõe sobre a instituição da Semana Cultural das Fanfarras e Bandas no Estado de Roraima", de sua autoria, justificando que a música é uma prática privilegiada de socialização, onde é possível exercitar a capacidade de ouvir, compreender e respeitar o outro. Após, destacou que o referido Projeto trará grande benefício, uma vez que fortalecerá a integração de ordem socioeconômica, evitando, assim, possíveis desvios e ociosidades, principalmente de jovens, proporcionando uma oportunidade de desenvolver e aprimorar a sensibilidade das pessoas, com relevante e importante crescimento cultural e valorização da autoestima. De acordo com o Senhor Parlamentar, estudos e pesquisas mostram que a aprendizagem musical contribui para o desenvolvimento cognitivo, psicomotor, emocional, afetivo e, principalmente, para a construção de valores pessoais e sociais de crianças e jovens. Continuando, informou que o Estado dispõe de vinte e cinco grupos de fanfarras, sendo dezenove na capital e seis no interior, com o de objetivo promover competições sadias e intercâmbio. Finalizando, agradeceu a presença dos alunos das fanfarras e solicitou ao Senhor Presidente autorização para que o grupo se apresentasse no plenário. O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** usou a Tribuna, inicialmente, para pedir o apoio de seus pares na aprovação de Projeto, de sua autoria, que dispõe sobre a criação do

Plano de Carreira Única, por meio de progressão funcional, para os militares oriundos do quadro do extinto Território de Roraima, argumentando ser essa uma forma de se fazer justiça a esses policiais, que há décadas vêm prestando segurança à sociedade roraimense. Continuando, destacou que, apesar de a Lei de Remuneração da Polícia Militar de Roraima ser a mesma do Distrito Federal, há uma diferença de salário em torno de dois mil e quinhentos reais a mais para aquela unidade da Federação. Segundo o Senhor Parlamentar, há uma lei federal, aprovada em 2007, que delega poderes ao Governo do Estado para gerir sobre qualquer ato administrativo com relação a esses policiais, devendo apenas firmar convênio no ano anterior ao orçamento em vigor, contudo, em sua opinião, por falta de vontade política, esses policiais vêm acumulando perda salarial muito grande. Prosseguindo, reportou-se às denúncias envolvendo policiais militares de alto escalão por desvio de verbas públicas da União, de dinheiro da saúde de bombeiros e policiais militares, dentre outras ações, culminando na condenação de apenas um soldado, enquanto três coronéis que tiveram prisão preventiva decretada ainda não foram julgados. Após, denunciou as ações inescrupulosas praticadas pelo Coronel Maia, representante da Associação Nacional dos Policiais do ex-Território, que, segundo o Senhor Parlamentar, tinha o dever de orientar os policiais de maneira gratuita, todavia, usou de sua influência para apoderar-se de procurações de mais de cinquenta policiais beneficiados por uma lei federal aprovada em 2009, cobrando indevidamente um percentual sobre o valor recebido, totalizando quase meio milhão de reais. Finalizando, afirmou ter plena convicção do que está denunciando, ressaltando esperar que os fatos sejam apurados, pois não se pode permitir que um representante de classe induza as pessoas em prol de benefícios pessoais. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 044/11, assinado pela maioria absoluta dos Senhores Deputados, solicitando a convocação do Secretário de Estado da Fazenda para, em data a ser fixada pela Mesa Diretora, prestar esclarecimentos junto à Comissão de Orçamento, Fiscalização, Tributação e Controle sobre a destinação dos recursos alocados ao Vale Alimentação, Pró-custeio, Restaurante Popular, Estágio Remunerado e Bolsa Universitária. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado. Prosseguindo, solicitou à leitura da Moção de Pesar nº 018/11, pelo falecimento do Senhor Aurélio Girão Medeiros, ocorrido em Morada Nova, Estado do Ceará, no dia 12 de julho do corrente ano. Colocada em discussão e votação, a matéria foi aprovada. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado **Remídio Monai** solicitou à Mesa Diretora agilidade na tramitação dos projetos de autoria dos Senhores Deputados, para que possam constar na pauta da Ordem do Dia. O Senhor Deputado **Flamarion Portela** manifestou-se favorável à solicitação do Senhor Deputado **Remídio Monai**, destacando que esta Casa é célere na aprovação dos projetos de autoria de outros Poderes, não dispensando o mesmo interesse aos projetos dos Parlamentares. Finalizou ressaltando a necessidade da análise de todos os projetos pendentes, para que possam ser votados. A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** iniciou agradecendo aos seus Pares pela aprovação da Moção de Pesar nº 018/11, pelo falecimento do seu pai, Senhor Aurélio Girão Medeiros. Em seguida, solicitou à assessoria legislativa um levantamento de todos os projetos de autoria dos Deputados que se encontram pendentes, para que sejam analisados em uma Comissão Geral, na próxima terça-feira. Finalizando, reportou-se à reformulação administrativa da Assembleia Legislativa, ressaltando que o objetivo é a atualização da estrutura da Casa, visando dar mais transparência ao Poder e melhor atender aos anseios da sociedade. O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** convidou os Senhores Deputados **Ângela Á. Portella**, **Ionilson Sampaio**, **Coronel Chagas**, **Sargento Damosiel** e **Aurelina Medeiros** para uma reunião, após o término da Sessão. A Senhora Deputada **Ângela Á. Portella** informou sobre a realização, no próximo dia 20, no Município de Rorainópolis, do Seminário de Formação Política, de iniciativa da Escolegis, em parceria com a Assembleia Legislativa e aquela Prefeitura, convidando a todos para participarem do evento. Finalizou ressaltando que o objetivo do Seminário é estimular o debate, a reflexão e a participação popular, para que se tenha consciência do voto e conhecimento das políticas públicas. O Senhor Deputado **Coronel Chagas** destacou a importância de esta Casa dar prosseguimento à tramitação das matérias de autoria do Legislativo, ressaltando que a mesma atenção dispensada aos projetos encaminhados pelos demais Poderes deve ser dada aos projetos de autoria dos Senhores Parlamentares. Finalizando, solicitou à Mesa Diretora a emissão semestral de relatório da atuação

parlamentar, lembrando que esse procedimento é comum nas demais Casas Legislativas do País. O Senhor Presidente informou aos Senhores Deputados sobre o teor da Resolução nº 029/11, que cria Comissão Especial Externa para analisar e dar parecer ao Projeto de Lei nº 024/11 e ao Projeto de Lei Complementar nº 016/11, ambos de iniciativa do Tribunal de Contas do Estado. Em seguida, deu conhecimento da nota de esclarecimento encaminhada pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Boa Vista, através da qual justifica não ter tomado conhecimento da presença do Senhor Deputado Brito Bezerra no lançamento da Campanha Líquida Roraima, pedindo desculpas pela falha do cerimonial. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a Sessão, convocando outra para o dia 04, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella**, **Aurelina Medeiros**, **Brito Bezerra**, **Célio Wanderley**, **Chicão da Silveira**, **Chico Guerra**, **Coronel Chagas**, **Diego Coelho**, **Erci de Moraes**, **Flamarion Portela**, **Gabriel Picanço**, **Ionilson Sampaio**, **Jalser Renier**, **Jean Frank**, **Marcelo Cabral**, **Marcelo Natanael**, **Mecias de Jesus**, **Naldo da Loteria**, **Remídio Monai**, **Rodrigo Jucá**, **Sargento Damosiel** e **Soldado Sampaio**.
Aprovada em: 04/08/11

ATAS COMISSÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PELA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA FAMÍLIA, DA MULHER, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, E DO IDOSO E DE AÇÃO SOCIAL EM 09 DE MAIO DE 2011.

Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, às nove horas e cinco minutos, na Plenário Walério Magalhães, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico 202, realizou-se, Audiência Pública, requerida pela Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social com o Tema “A Violência Doméstica como Fator de Desagregação Familiar”, sob a Presidência da Senhora Deputada **Ângela Águida Portella**. Por determinação da Presidência da Comissão, a Ata será transcrita na íntegra.

COMPOSIÇÃO DA MESA:

Senhora Presidente Deputada **Ângela Águida Portella**

– Convidado para compor a mesa: **Coronel Waney Raimundo Vieira Filho**, representante do Senhor Governador do Estado, **José de Anchieta Junior**; **Senadora Ângela Portela**; **Doutor Jefferson Fernandes**, juiz titular do 5º Juizado Especial; **Deputado Jânio Xingú**, Presidente do CHAME; **Padre Gian Franco Graziola**, representante da Diocese de Roraima; **Doutora Maria Aparecida Tavares**, Delegada Titular da Delegacia de Defesa da Mulher; **Doutor Ademir Teles Promotor de Justiça**.

I – ABERTURA DA AUDIÊNCIA

Senhora Presidente Deputada **Ângela Águida Portella**

– Havendo quorum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro abertos os trabalhos da Presente Audiência Pública, com o Tema A Violência Doméstica como Fator de desagregação Familiar. Senhoras e Senhores, damos boas-vindas a todos os convidados que atenderam ao convite desta Comissão, para participar desta Audiência Pública. Agradeço, também, a presença de todas as pessoas que se encontram na galeria. Vivemos uma época que parece reinar os contra-valores, em que é rotineiro ler nos jornais e assistir nas tevês inúmeros casos de violência doméstica. Diariamente sabemos de um caso aqui outro ali de que mulheres, crianças, idosos sofrem violência física, psicológica, muitas até com o fim trágico, que é a morte. Essa problemática grita por soluções, por ações seja do poder público ou da sociedade civil organizada. Porque se engana quem pensa que só as famílias carentes sofrem com a violência doméstica. Não! Ela está presente em lares de todas as classes sociais, cultura, religião. É uma problemática universal que atinge a cada dia mais pessoas e famílias. E como ficam essas famílias? Eu penso que não seja fácil vivenciar que a pessoa que seria o protetor emocional e econômico de uma casa, está sendo o seu agressor, o agressor do seu filho. Eu penso que não deve ser fácil sofrer violência física, psicológica e até mesmo sexual. Nesse contexto amplo de violência que está no lar e que vem de todos os lados, mãe, pai, filho, filha, avó, vem outras problemáticas que estão arraigadas, que são: a dependência financeira, emocional, o medo, a vergonha, a fé e esperança da pessoa ama em achar que aquele episódio nunca mais se repetirá. Tenho certeza de que existem muito mais casos de violência seja contra a criança, o adolescente, a mulher ou o idoso, que estão acontecendo silenciosamente. E o que acontecerá com esses lares? O que serão dessas crianças que presenciam sua mãe, irmão ou ela própria,

apanhar, ter seus direitos de segurança violados. E o pior de tudo, por alguém que ama, que deveria proteger e cuidar. Não dá para falar de violência doméstica, de violência em geral, de outros problemas que estão sendo noticiados diariamente como o bullying, como a violência no trânsito, sem falar de família, sem falar de valores. A desagregação da família tem arruinado muitos lares, tem levado jovens as ruas, as drogas. Lamentavelmente, a cada dia tudo isso aumenta. Então, o que eu proponho é que discutamos a violência e todas as conseqüências que elas causam no seio das famílias. A partir do que discutirmos hoje vamos formar uma rede de solidariedade. E porque solidariedade? Porque por meio dessa rede de solidariedade cada instituição, seja pública, privada ou cada indivíduo da nossa sociedade vai se comprometer a olhar para o próximo seja este um conhecido ou um desconhecido com um olhar diferente, não vai mais ser omisso ao que ver ou ao que ouve falar. E podemos contar com tanta gente, com a comunidade, associações de bairros, as escolas que é um local de grande importância, os programas sociais que fazem um trabalho de corpo a corpo em toda a cidade, aos funcionários do Programa Saúde da Família que estão nas casas diariamente, a igreja independente do segmento que sempre têm uma palavra de conforto e amor. Eu convoco a todos a serem sensíveis a esta causa.

Então, senhores e senhoras aqui presentes, vamos refletir, vamos nos colocar no lugar do outro e vamos nos sentir parte dessa problemática. Eu alimento um sonho de que em breve vamos ler nos jornais e ver nos noticiários que a violência doméstica em nosso Estado tem diminuído, principalmente depois da rede de atuação que vamos nos propor a criar. Eu e todos vocês seremos agentes multiplicadores de solidariedade e quem sabe ouso falar que seremos referência para todo o Brasil. Muito obrigada

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella –

Esclareçamos aos senhores deputados que, de início, farão uso da palavra os Senhores Convidados e, em seguida, será franqueada oportunidade aos Senhores Deputados presentes, para seus questionamentos. Para tanto, solicito aos Senhores que fizerem uso da palavra, usar o microfone, pois, esta audiência está sendo gravada, para posterior transcrição da ata, com o tempo de cinco minutos para cada pessoa. Com a palavra o Doutor Oleno Matos, Defensor Público do Estado.

Doutor Oleno Matos (Defensor Público) –

Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Ângela Águida Portella, em nome de quem cumprimento os demais Deputados Estaduais presentes. Excelentíssima Senadora Ângela Portella, em nome de quem, cumprimento todas as autoridades e pessoas presente neste evento, pouco tempo atrás estávamos reunidos na Ordem dos Advogados do Brasil, em uma Audiência Pública, discutindo a temática da violência doméstica especialmente contra a mulher, isso se deu através também de providências da Assembléia Legislativa, bem como do CHAME, que na época promoveu Audiência Pública, durante a qual, lembro, tiramos uma carta que tinha como principal objetivo a devida implementação do Juizado da Violência Doméstica Contra a Mulher, no Estado, já que o Estado de Roraima era um dos poucos Estados do País que não possuía esse juizado. De lá para cá, vimos a efetiva criação do juizado do qual o doutor Jefersson é o Juiz Titular; a Doutora Elaine, uma das Promotoras, ainda, conta com dois promotores e dois defensores atuando: o doutor Wallace e a doutora Jeane. Então vimos um sonho se tornar realidade, mas, verificamos também, que assim a violência deixou de ser reinante e aí voltamos a debater a questão da violência sob prisma mais elevado que é a violência não só cometida contra as mulheres como também contra a criança, enraizada, infelizmente, dentro da nossa família e da sociedade. Acho que este é o momento de debatermos, principalmente, melhorarmos a implementação da rede de proteção a esse tipo de violência. Aqui se encontra o nosso Secretário de Segurança, delegados que atuam nessa temática com amplo conhecimento sobre o que vamos debater aqui e quais os mecanismos que se podem implementar. Quando se fala em violência, enfoca-se muito as estatísticas, e tenho verdadeira ojeriza a números, tendo em vista que, estamos lidando com pessoas com problemas que no futuro podem se tornar uma bola de neve com conseqüências danosas para a sociedade, a exemplo dos índices de criminalidade, que vêm aumentando cada vez mais. Então, a rede que pretendemos aqui discutir e, quem sabe, em curto prazo implementar, acho que passa primordialmente pela educação de nossas crianças e jovens, não adiante incitar um debate de tamanha grandeza sem colocar dentro dos objetivos principais a educação. Esse debate tem que ser levado para dentro das escolas, todos os atores envolvidos: Defensoria, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Secretária de Segurança, Secretaria de Educação, informo que a Defensoria, junto com a

Secretaria de Educação, está implementado um convênio para um Projeto que eu almejava implementar antes do final de minha gestão. E, graças a Deus, estamos conseguindo: O Defensor amigo da Escola, projeto que consiste, através da Defensoria, levar ao conhecimento de alunos: Direitos em geral, qual o papel do Defensor, qual o papel da Defensoria, do Ministério Público, do Promotor, como a Justiça funciona, a questão das drogas. Temos que dar ocupação aos nossos jovens, pois os problemas das bebidas e das drogas ocorrem principalmente por isso. A grande maioria de nossos jovens vê a escola somente como uma obrigação ou como compromisso firmado com seus pais e sociedade. E com raríssimas exceções, o nosso jovem está indo para escola buscar conhecimento, o qual, sabemos, é necessário para sua formação. Vemos nos jornais, alunos agredindo fisicamente os professores, existem professores que têm medo de dar aula, se for fazer um levantamento pode-se constatar que tem inúmeros professores sofrendo da síndrome do pânico, não aguentam mais ir para sala de aula, servir de chacota para esses alunos, serem ofendidos verbal ou fisicamente. Eu estou dando ênfase muito à questão da criança, porque, nesse ponto, sinto que estamos muito mais desprotegidos do que no âmbito da violência contra a mulher, felizmente temos hoje o Juizado, com grande atuação, o CHAME que tem um brilhante papel. Tive a oportunidade junto à Deputada Marília, quando da implementação do CHAME em nosso Estado, estivemos no Amazonas conhecendo a estrutura de lá. E por incrível que pareça, em pouco tempo da implantação do CHAME em Roraima, o nosso, causa inveja aos demais, tanto da Bahia, do Amazonas e outro que por ventura já tenha sido instalado. Neste Estado, deu certo, a parceria foi muito forte com os setores envolvidos da justiça e o CHAME veio colaborar ainda mais com a busca incessante pela diminuição dos números alarmantes no que diz respeito à violência doméstica contra a mulher. E o mais interessante é que existe todo um trabalho de proteção também ao agressor e à família em geral, e é esse o foco que temos que ter, não só punir e esperar que uma prisão vá por si só resolver a questão do problema familiar. A problemática é muito maior do que simplesmente desagregar o agressor da família e esperar que com essa atitude resolva tudo. Acho que tem que ser trabalhado a educação que é o ponto primordial de tudo, e espero que, ao final, possamos, na formação da nossa carta, mandar recados para quem é de direito. E, aí, também, falo em nome do Governo do Estado, porque, tenho certeza, ele junto com a Secretaria de Educação não medirão esforços para implementar qualquer medida que venhamos aqui indicar como favorável ao combate de qualquer tipo de violência doméstica. Então, assim como foi a criação do juizado e do CHAME, em dois mil e treze, estaremos debatendo números de sucesso daquilo que for apurado e decidido como meta a ser atingida pelo nosso Estado. Obrigado pela atenção.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella

– Com a Palavra a Senadora Ângela Portella.

Senadora Angela Portella: Bom-dia a todos e a todas quero

cumprimentar a mesa, em nome da Deputada Angela Águida Portella, minha xará, quero lhe parabenizar pela realização desta Audiência Pública, como Presidente da Comissão da Mulher, da Infância e da adolescência, do Idoso e da Família. Acho muita oportuna sua preferência por esta Comissão aqui na Assembleia Legislativa, porque, sem dúvida nenhuma, uma mulher à frente desta Comissão vai poder, com sua sensibilidade e conhecimento a respeito dos sérios problemas com a violência doméstica e familiar contra a mulher, contra o idoso, e contra a criança e o adolescente, vão ser de fundamental importância, para que o nosso Estado avance em medidas que possam contribuir para amenizar os índices preocupantes de violência contra a mulher Roraimense. Assim, quero mostrar alguns dados do Brasil e de Roraima, que trouxe para que possamos analisar, obviamente, que aqui estão os que têm conhecimento profundo dos números da violência contra a mulher em Roraima. Mas, mesmo assim, fiz questão de trazer para fazermos uma breve avaliação para definirmos estratégias de ações em conjunto para solucionar essa problemática que dificulta o relacionamento saudável nas famílias de Roraima e atrapalha a formação de nossas crianças tendo em vista que em um ambiente familiar perigoso que apresenta violência, a tendência é que a criança sofra e reproduza essa violência, vivenciada na infância e na adolescência, na sua vida adulta. Existem estudos e pesquisas que mostram quão perigosa e ruim para nossas crianças a convivência em um lar desarmonioso onde a violência predomina. Estudos mostram claramente que existe uma tendência para o uso de álcool, baixo desempenho escolar, como foi colocado pelo doutor Oleno, que a

importância da educação é fundamental na família, mas se a mulher é vitimizada diariamente terá dificuldade de conduzir a educação dos seus filhos, cuidar para que seus filhos não sejam negligenciados. É muito difícil, tendo em vista, que a mulher se encontra fragilizada emocionalmente e convive em um ambiente que lhe deixa insegura e despreparada para conduzir sua família, que é o local onde a criança recebe os primeiros ensinamentos e internaliza valores morais, éticos e o senso social. Dessa forma, a violência doméstica é um fenômeno complexo porque envolve todos os integrantes do núcleo familiar. Por isso acho muito importante que a Deputada Ângela, como Presidente da Comissão, esteja abrindo esta discussão com a sociedade civil organizada, com o judiciário aqui presente para definir estratégias, direcionar ações efetivas, duradouras, continuadas, sistematizadas para proteger e amparar a mulher vitimizada em nosso Estado. A violência doméstica é resultante de três fatores: Social, cultural e Pessoal: No Cultural, observamos os estereótipos que consideramos como natural no ambiente familiar o homem agredir a mulher, porque todos nós sabemos que a violência doméstica é principalmente contra a mulher; No social, observamos o desemprego, doenças no lar etc. Temos também dados da central da Mulher, da Secretaria de Polícias para a Mulher que é o Ministério da Mulher ligado à Presidência da República, dados de atendimentos, referentes a dois mil e nove e dois mil e dez, mostram que de um ano a outro houve oitenta e dois por cento de aumento de atendimentos de violência contra a mulher, onde a grande maioria dos atendimentos diz respeito à violência de toda ordem e a maior reclamação do atendimento é com relação ao trabalho dos Policiais envolvidos da Segurança Pública. Há, pois, muita necessidade de capacitação, formação do Sistema de Segurança Pública, no sentido de preparar os agentes que atuam para receber mulheres vitimizadas, para que elas sejam tratadas com respeito e dignidade no momento em que buscam e tomam a decisão de se livrar da condição de violência em que vive. Houve em dois mil e dez cinquenta e oito mil setecentos e trinta e quatro ocorrências de lesão corporal, quarenta e sete por cento das mulheres que procuram esse atendimento no Brasil inteiro, dados da Secretaria, possuem nível fundamental de escolaridade. Portanto, a grande maioria tem baixa escolaridade. Cinquenta e três por cento tem de vinte a vinte e cinco anos de idade, e quase sessenta por cento, se declaram pardas ou pretas. Os números mostram que setenta e dois, virgula, dois por cento das mulheres que sofrem violência, os filhos presenciaram atos de violência contra a mãe. Observei que os dados de Roraima mostram números muito mais elevados. Em Roraima, no primeiro trimestre deste ano o registro foi de setecentos e vinte e oito atendimentos na delegacia de Defesa da Mulher. Em dois mil e dez, foram mais de três mil atendimentos. Então, observamos que há um crescimento nos índices de violência contra a mulher aqui em Roraima apesar de algumas ações e iniciativas como o CHAME que já teve oportunidade de presenciar resultados do trabalho que lá é realizado. Quero parabenizar os profissionais envolvidos, o Deputado Xingú que é o Presidente, muito importante contar com homens também na luta de combate e preocupados em diminuir esses índices. Resultados do Núcleo da Proteção da Criança e do Adolescente indicam que a cada dia, cinco crianças são vítimas de violência sexual em Boa Vista, cento e cinquenta por mês e mil e oitocentos a cada ano, são dados muito preocupantes. Estudos e pesquisas mostram as consequências dos maus-tratos na infância a saber: Ansiedade, depressão, deficiência de relacionamento, comportamento agressivo, timidez, isolamento social, distúrbios do sono e do apetite, baixa performance social e intelectual, abusos de álcool e drogas, são muitos. Danos à mulher na convivência familiar em um ambiente de violência: Dificuldade adaptativa, morte, isolamento social, insegurança, depressão, distúrbios do sono, baixa autoestima. Podemos observar que todas essas consequências podem gerar no ambiente do lar problemas sérios de adaptação para nossas crianças. Para finalizar, quero observar que apesar da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei Maria da Penha, instrumentos que combatem a violência doméstica e familiar, o Estado precisa aperfeiçoar os mecanismos para enfrentar essas formas de violência, e que, como Presidente da Sub-Comissão da Mulher no Senado Federal, estamos implementando ações dentro da Comissão realizando Audiências Públicas, buscando a discussão, a mobilização com o Poder Legislativo, com o Judiciário, com a sociedade Civil organizada, para que possamos também dar a nossa contribuição efetiva para melhorar, para diminuir os índices de violência contra a Mulher. Considero de fundamental importância essa mobilização para realizarmos um trabalho comprometido, sério, que realmente contribua, em favor das famílias

brasileiras e de Roraima para condição de vida melhor. Agradeço a todos, me coloco à disposição, como Presidente da Sub-Comissão do Senado, para realizarmos um trabalho em parceria com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança do Adolescente e do Idoso aqui da Assembleia Legislativa, para em conjunto em ações articuladas, visando o aprimoramento da Legislação, implementar políticas públicas voltadas para as mulheres em busca de sua autonomia, conseguir aumentar o orçamento federal das ações voltadas para as mulheres. Informo de antiemão a realização da Audiência Pública no Senado com a Comissão Mista de Orçamento para cobrarmos dos Senadores, do Poder Executivo, maior aporte de recursos para as ações voltadas ao combate à violência doméstica, familiar contra as crianças, adolescentes e principalmente contra as mulheres brasileiras. Estou nesta luta com muita ênfase, com muita vontade, acredito que tanto no Senado federal, como aqui na Assembleia, através da mobilização, pretendemos relizar em um trabalho intenso com objetivo de contribuir a amenizar o sofrimento das famílias que vivem em situação de violência. Muito obrigada, abraço a todos.

Senhora Presidente Deputada Angela Águia Portella

– Com a Palavra o Doutor Jefersson Fernades, Juiz Titular do Quinto Juizado Especial.

Doutor Jefersson Fernades, Juiz Titular do

Quinto Juizado Especial: Deputada Ângela Portella, Presidente desta Audiência pública, Senadora Ângela Portella, demais Membros da mesa, senhores e senhoras presentes, saúdo a todos agradecendo o convite para estar participando deste ato de grande importância com relação a este que chamo de movimento de defesa das mulheres no sentido de proteção física das mulheres. O Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, sediado no prédio das Faculdades Cathedral há aproximadamente quatro meses e, como foi dito pelo Defensor Público Geral Doutor Oleno Matos, existe uma equipe composta de um Juiz que sou eu, duas promotoras, Elaine aqui presente, e Carla Pipa, dois Defensores: Geane Xaud e Wallace. Essa equipe tem se dedicado no cumprimento do papel que nos foi previsto pela Lei. No início da aplicação dessa Lei, pensava muito nas conciliações, reunia-se o agressor e a vítima na tentativa de reconcilia-los. Isso ocorria não só em Roraima, como também em outros juizados. Então, percebemos que a vontade da Lei não é que haja propriamente uma conciliação dos interesses cíveis naquelas audiências, mas a defesa da mulher que sofre violência física e psicológica, e isso, em um processo criminal, por isso voltamos a atenção do juizado para os processos criminais. Hoje, os agressores são perseguidos pelo sistema para sofrerem punições em razão das agressões, e não considerando-o como bandido. Em reunião de Juizes em Brasília, percebeu-se que muitos estavam receiosos na aplicação da Lei, porque o agressor estava sendo considerado um bandido. Na verdade ele era um pai de família, a violência física tem que ser combatida de forma que o agressor seja penalizado criminalmente, caso contrário, incorrer-se-á no erro de deixar a Lei cair no vazio. A medida punitiva deve ser perseguida pelo juiz, pelo promotor, pelo defensor, entretanto, a preocupação da desagregação familiar é constante, essa Audiência Pública tem uma importância tremenda. Penso que o combate à violência doméstica não é causa da desagregação familiar, por vários fatores, ela já está ocorrendo, não temos que ter medo de combater a violência doméstica pensando que o combate à violência vai causar a desagregação familiar, muitas vezes, ela já existe, alguns casais continuam convivendo por uma dependência psicológica e/ou financeira com relação ao ofensor, as questões são distintas, a manutenção da família é uma questão importantíssima na sociedade, e o combate à violência doméstica também. Estamos empenhados, no Juizado, em fazer com que a Lei seja cumprida, tanto no combate, quanto na proteção à mulher e ao oferecimento de condições de recuperação ao agressor, não sei se os números atingidos por nós podem ser considerados relevantes, mas, já fizemos visitas ao CRPH que é o Centro de Recuperação, vinculado à Secretaria de Saúde do Estado e ao SENDIS, que é a Secretaria Municipal que presta serviços sociais, nós estamos atendendo os casais e os encaminhamos para acompanhamento psicológico. Na maioria dos casos o agressor é usuário de drogas ou de álcool e necessita de um acompanhamento médico. Neste momento, em que ratifico e reitero a minha posição de entender que o combate à violência doméstica não causa a violência familiar. Conclamo os órgãos do Estado, para atuarmos juntos nos fatores de recuperação das pessoas. Muitas vezes, a violência doméstica é esporádica, embora grave, mas em um atendimento se consegue uma reestruturação familiar. Me causou estranheza quando comecei a lidar com as questões da violência

doméstica, o fato de que, no Brasil, aproximadamente, em dois mil e três, foi editada uma Lei que obrigava médicos a denunciar os casos de violência doméstica e no trabalho. Essa questão da violência doméstica tomou uma amplitude tão grande que a violência contra a mulher ficou esquecida, em consequência vemos hoje, muitas das mulheres que estão aqui podem estar sofrendo. Existe violência psicológica no trabalho, principalmente, no setor público o que chamamos de assédio moral, mas a legislação não tem tratado dessa questão devidamente, e as mulheres têm a maior dificuldade em serem atendidas pelo sistema judiciário, tendo em vista que o assédio moral é muito difícil de ser comprovado, o fato precisa de reiteração, e quando a mulher vem a ser atendida pelo sistema ela já sofreu horrores psicologicamente, ela já está deprimida. Acredito, que o Estado deve continuar na luta aberta com relação à violência doméstica sem esquecer este outro aspecto da violência contra a mulher no trabalho. É uma sugestão para que nós, enquanto sociedade, pensemos nisso. Muito Obrigado.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella

– Com a Palavra o Deputado Jânio Xingú, Presidente do CHAME.

Deputado Jânio Xingú (Presidente do CHAME): Bom-dia, cumprimento o Juiz Jeferson, que tem sido um parceiro do CHAME; a Senadora Angela Portella, que tem se empenhado nesta questão, ninguém mais que ela para conhecer os casos de violência em Roraima, tendo em vista que já foi Deputada Federal, primeira dama e Secretária do SETRABES, conhece bem essa questão; a Presidente da Comissão Angela Águida, minha colega Deputada, tem feito um trabalho muito bonito, com muita coragem, em apenas quatro meses e nove dias de mandato, e já toma a iniciativa de colocar essa Comissão para trabalhar muito. Quando fui chamado pelo Presidente da Assembleia, Deputado Chico Guerra, para Presidir o CHAME, disse a ele, que iria me esforçar muito para o CHAME se tornar um modelo, melhor do que já foi e do que será, determinei para Regina, coordenadora do CHAME, para ser pensado em todos os aspectos, e dessa forma pretendo direcionar a indicação de todas as minhas emendas em prol do CHAME. Comuniquei ao Senhor Presidente, Deputado Chico Guerra, a intenção de fazer uma estrutura de apoio no bairro do Pintolândia, uma obra no valor de um milhão de reais, composta de auditório, espaço físico, onde as mulheres possam, com suas famílias, participar de palestras. E, ainda, este ano vamos adquirir um onibus para fazer o CHAME ITINERANTE. O Deputado Chico Guerra está muito entusiasmado com esse Projeto, que vai atender todas as localidades, levando assistência para aquelas mulheres e famílias que não tem como vir até a sede do CHAME em Boa Vista. Estamos nos esforçando muito para transformar o CHAME em local humanizado, onde as mulheres se sintam protegidas. Tive a sorte de ter nascido numa família, apesar de baixa renda, onde nunca presenciei brigas entre meu pai e minha mãe. Tenho muito orgulho disso, somos sete irmãos e após a morte de meu pai, minha mãe cuidou de todos, nenhum enveredou para o mundo do crime. Hoje sou Deputado Estadual. Dessa forma, minha mãe tem sido uma referência, e me sinto muito empolgado em realizar esse trabalho. Com muita satisfação, através das parcerias com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, com a Delegacia da Mulher enfim, com todos os órgãos, poderemos realizar um grande trabalho e nos tornarmos um espelho no Estado de Roraima, como foi citado há pouco o CHAME de Roraima que é destaque diante dos outros Estados. Tudo isso nos orgulha e dá força para querer realizar muito mais pelo Estado. Se encontram na platéia, profissionais do CHAME, pessoas habilitadas como: Psicólogas, Sociólogas, Advogadas, Assistente Social, que assistem mulheres, muitas vezes, em situação tensa, precisam de intervenção policial. Há pouco, a Senadora estava me dizendo que no Brasil, diariamente, cinquenta e oito por cento das mulheres são agredidas no seu domicílio ou no local de trabalho. Tenho discutido incessantemente a questão da violência com a Coordenadora Regina e demais profissionais do CHAME, e, quando as Emendas, que pretendo colocar, forem aprovadas, para construção do CHAME no bairro de Pintolândia, que servirá para acolher todas mulheres e famílias vítimas de violências do Estado de Roraima. Muito obrigado, que esta Audiência Pública se torne um norte na melhoria de todos os segmentos que cuidam da causa da Mulher.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella

– Com a Palavra o Padre Gianfranco Graziola, representando a Diocese de Roraima.

Pe. Gianfranco Graziola (Diocese de Roraima): Saúdo através da Senadora Angela Portella e a Presidente da Mesa, todas as autoridades presentes, trago a saudação de Dom Roque, que se encontra em Aparecida para Reunião dos Bispos. O Tema da Violência da Mulher, como todas as violências é um tema bastante difícil e repugnante para

se tratar, mas é importante que seja tratado, 06 partindo do âmbito familiar que hoje se encontra em processo de mudanças sociais, econômicas, estruturais e culturais. É nesta realidade, que temos que trabalhar a violência, já foi colocado pelo Defensor Geral, doutor Oleno, a importância da educação, mas é necessário que sejam trabalhadas políticas sérias que forneçam habitação, educação, e aos pais possibilidade de trabalharem eficazmente a realidade familiar, considerada pela Igreja Católica e outras instituições, o berço da sociedade. Portanto, temos um problema estrutural de violência que nasce dentro da família, com causas que já foram citadas aqui como: o alcoolismo, as drogas, mas, também se percebe um certo consumismo existente dentro da família, exemplo: Uma criança pobre que encontra outra criança, portando um celular último modelo, tem vontade de também ter um, e vai procurar por outros meios. Não se pode esquecer, que as famílias se encontram dentro do Sistema Penitenciário, de um lado o pai e do outro a mãe e as crianças em vários abrigos. Há também, outra realidade que se refere à ação de alta e média complexidades do Estado, entre outras coisas eu sou Conselheiro Estadual de Assistência Social e como tal visito essas unidades, temos que fazer um grande esforço para mudar a realidade dessas unidades, temos uma precariedade em nível de políticas sociais, sobretudo nos municípios. No abrigo infantil podemos detectar que existem de sete a oito crianças de um único município do interior, isso quer dizer que as políticas sociais e da família, os CRAS e os CREAS, não estão funcionando no interior do estado e, nesses casos, os problemas vêm para Boa Vista, para o Estado resolver com todas as consequências que poderão vir mais à frente porque a criança desagravada, desaculturada, desenraizada, poderá ser adulto de amanhã violento, e problemático. Portanto, nosso olhar é que seja realmente trabalhada a família e as pessoas como foco de nossa ação. O Juiz disse que não podemos olhar as pessoas como bandidos, e, digo, no nosso Estado não existe uma grande complexidade mesmo no sistema penal, mas podemos chegar lá se for trabalhado esse aspecto educacional e de mediação dos conflitos porque a família hoje é parte desses conflitos, existe todo um processo do Ministério da Justiça em parceria, por exemplo, com a Pastoral Carcerária Nacional, estão criando agentes de mediação de conflitos de uma justiça restaurativa, outros meios que vão criando uma outra visão da pessoa, não como inimigos, existem casos que a pessoa ofendida gosta de ficar em um certo narcisismo, como mudar as relações? Criando novos ambientes e políticas, eu acredito nisso, porque em nome da Diocese eu trabalho com estas questões políticas e sociais, não só no âmbito Estadual mas também no âmbito Nacional nas Comissões de Direitos Humanos, na Pastoral Carcerária Nacional. Nosso Estado, ainda, é pequeno e pode dar passo significativos para combater e modificar esse caminho da violência, na medida em que trabalharmos as causas e colocarmos os elementos políticos sérios para que possamos ter homens e mulheres capazes de dialogar, de conviver e de construir uma rede social que é parte da família onde exista diálogo, sem imposições de pai ou mãe, sem vilolência numa convivência amistosa e de compreensão para se construir uma sociedade sadia. Claro, que ninguém tem uma receita, a realidade é muito complexa. Existem também os meios de comunicação, como eles trabalham as questões da família, como trabalhamos questões como: sexualidade, psíquica e formação humana, porque são elementos que geram violência e postura de ser, ainda não vi a cartilha, mas aborda a questão da homofobia, disseram que não é muito boa, ainda não tive a oportunidade de ver, mas penso que criar entre as instituições da sociedade civil organizada uma maior colaboração, ainda existe muito antagonismo, isso não quer dizer que não devamos ser críticos porque temos que ser dialéticas para construirmos através das parcerias seja com a universidade, ou o que seja, uma sociedade onde cada um possa enfrentar as dificuldades e complexidades, hoje existentes. Muito obrigado.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella

– Com a Palavra a Delegada Maria Aparecida Tavares Delegada Titular da Delegacia da Defesa da Mulher.

Delegada Maria Aparecida Tavares: Bom-dia a todos, aproveito o momento para cumprimentar os membros da Mesa em nome das Angelas, bem como os compromissados com a causa e os demais presentes, em nome do nosso Secretário de Segurança, o General Elieser Monteiro, também empenhado e compromissado com a causa. Como já foi bem explanada a violência doméstica e suas causas, seus danos, suas sequelas, muito bem colocado por todos, e não podemos, como já foi dito, pensar em números. Estamos muito acostumados com estatística e esquecemos que estamos tratando de pessoas, para mim, é triste divulgar esta estatística, cima de três mil setecentos e poucos casos aqui em Boa Vista, nosso Estado tem uma população ainda pequena, é privilegiado, local ainda pacífico e harmônico, mas a pergunta é: se

existissem apenas quinhentos casos, poderíamos fechar os olhos? Entendo que não, temos que pensar que a violência doméstica envolve pessoas, núcleo de muita importância na sociedade que é a família que compõe a sociedade, se você vem de um berço desarmônico, você tende a gerar famílias desarmoniosas, a tendência é que os filhos darão continuidade a essa violência, pela imitação, não aprenderam os valores de uma família bem estruturada. Se eu não vejo pai e mãe se respeitarem, passo a interiorizar que a família é aquilo. É, pois, motivo de parabenizar o Estado, exatamente, através dos órgãos que desenvolvem a atenção à família, temos: A Vara, o CHAME, a Comissão aqui da Assembleia voltada para esse assunto, temos um Conselho que a Tânia representa. Então, acredito que estamos dando passo para coibir a violência, estamos comprometidos em oferecer a essa mulher e famílias roraimenses vítimas o melhor, como: A paz, a convivência familiar com qualidade. A desagregação não ocorre no momento do rompimento, ela é apenas o limite, ela já era uma família desagregada já anos e anos, convivendo com essa desarmonia em casa. Por isso, não podemos pensar, como o doutor Jefersson falou, que aplicar a sanção, pensar em um fato criminal que envolve a família, é crueldade, ele é necessário, porém naquele momento ele terá que ser punido e, enquanto sociedade, temos que trabalhar essa família, e tenho prazer de saber que o CHAME já realiza este trabalho e, mais feliz ainda, em saber que vai ser extensivo ao interior porque sabemos que não só o interior de Roraima bem como o interior de todos os Estados têm dificuldade de contemplar as famílias com determinadas políticas e programas que, para mim, foi motivo de grande alegria em saber que o CHAME está com o projeto de estender ao interior do Estado, que tem a mesma importância da família da capital. Agradeço a todos a oportunidade de estar aqui e enfatizo a importância de uma Audiência Pública, porque estamos como os pensamentos integrados, dade ocorre isoladamente, isto é, há diferença entre o que está se pensando e o que tem para se oferecer na Delegacia. Temos a oportunidade de discutir, de estreitar laços para oferecer o melhor para nossa população, estou aqui para colaborar no que for possível, no que estiver a meu alcance. Bom-dia.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella

– Neste momento ouviremos os participantes cada um, terá três minutos, chamaremos pela ordem de inscrição. Com a Palavra o General Eliezer Monteiro, Secretário de Estado de Segurança Pública.

General Eliezer Monteiro: Bom-dia a todos e todas, saúdo a Deputada Angela Águida Portella, a Senadora Angela Portela e demais integrantes da mesa, e Deputados e público aqui presentes. Na Secretaria de Segurança Pública, buscamos desenvolver o trabalho, ao longo destes dois anos que estou à frente da pasta, em função do que temos chamado de nova mentalidade de segurança pública no Brasil, pautados nos verbos: prevenir, orientar e reprimir: essas ações dentro da democracia brasileira destacamos como papel regulador do Estado, e fico muito feliz de ver que os órgãos que compõem o nosso Poder Público brasileiro, como: Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e demais segmentos da sociedade brasileira, todos têm procurado cumprir o seu papel. Não quero ser repetitivo em função do que foi falado, mas podemos pautar, fazendo um breve resumo em função do que sentimos na secretaria junto com os órgãos do sistema de segurança pública. Quando não há planejamento familiar, aquela desagregação se transforma num caso de polícia, assim precisamos de maneira bastante forte, mas não imperativa, de uma ação de orientarmos o planejamento familiar, precisamos como papel regulador de fato realizar essas ações, não só os órgãos do Estado como também as comunidades. Temos um exemplo claro, existem seis conselhos comunitários de segurança organizados no Estado de Roraima, especificamente aqui em Boa Vista, destes seis somente um é atuante. Hoje ele realizou um evento voltado para violência no trânsito com o envolvimento das mães, como ficam as mães neste momento da violência do trânsito. Então, o planejamento familiar, o papel dos conselhos comunitários, o papel da religião, o Brasil é um país cujo percentual altíssimo de católicos, de Igrejas Evangélicas, nós somos um povo religioso, temente a Deus. Então, o papel da religião é fundamental para que essa orientação venha acontecer, estou falando em coisas subjetivas antes de falar no papel das polícias, dos órgãos de segurança pública, porque precisamos trabalhar para evitar que a violência existente na família venha se transformar em algo que não gere caso de polícia. Outro aspecto que não foi comentado aqui foi com relação ao papel da mídia que é fundamental, tendo em vista que, ela está presente na cabeça das pessoas, crianças, adolescentes e adultos quase que vinte e quatro horas, hoje existe mídia em celulares. Então, ela precisa assumir um papel de prevenção e orientação. Gostaria

relembrar, acho que alguém tem a idade parecida com a minha que recente completei cinquenta e seis anos de idade, fui criado no Ceará, enquanto criança assistia ao desenho animado do Popay, da Olívia e do Bruthus, Popay e o Bruthus brigavam pela Olívia, é claro, que o Popay sempre que comia o famoso espinafre conseguia vencer as lutas, mas Bruthus era uma ignorância só, e sempre agia primeiro na Olívia. Vejam, fui criado assistindo Popay e não foi gerado em mim um fator sequer de violência dentro da minha casa contra a minha mulher ou contra os meus filhos. Aquela história que o homem é produto do meio, Padre Gianfranco, é importante, mas eu sou contra essa afirmação, o homem não pode ser produto do meio, o homem é produto daquilo que ele acha que deve ser. Muitos jovens que são criados em ambientes familiar de menor poder aquisitivo, e não se transformam em pessoas que querem em função do consumismo os bens que não lhe pertencem, alheios, o que faz com que o homem seja produto dele mesmo é exatamente o que ele tem no dia a dia. Volto ao papel importantíssimo da família, de podermos como agente do Estado atuar para que o papel regulador do Estado possa ser sentido. Gostaria de destacar mais um aspecto, este país com ideais de democracia há mais de vinte e cinco anos que está devidamente se consolidando. Destaco isso em função de minha formação militar, pois precisamos ser mais ágeis na nossa democracia em alguns momentos, temos seríssimas dificuldades. A doutora Aparecida, aqui presente, além de outras delegadas, conhecem as dificuldades para colocar na cadeia pessoas que são suspeitas, porque somente depois do julgamento é que podemos dizer que são os autores, de envolvimento em crimes ou de práticas. Temos dificuldade de dar rapidez nos procedimentos. A democracia brasileira precisa de instrumentos mais rápidos como: Investigações mais celeres, respaldadas pela polícia judiciária, Ministério Público com rápidas decisões judiciais para os que desobedecerem a organização da sociedade possam ser penalizados. Por último, gostaria de destacar, de maneira bastante decisiva, o esforço notório do Poder Legislativo de nosso Estado no tocante à participação em eventos com esses sentimentos que precisamos organizar dentro de nossa sociedade. Há pouco, foi realizado um seminário sobre saúde, temos conhecimento de que está se organizando seminário sobre segurança no trânsito, estamos em Audiência discutindo violência doméstica. Então, o papel que esperamos dos gestores públicos e dos demais poderes do Estado, é trabalho conjunto para sociedade melhor. Tem muito a ser feito e melhorado, mas o mais importante é enxergarmos nossas deficiências, procurando corrigi-las de forma atuante e não ficarmos somente jogando pedras nas vitrines. Hoje somos vitrines, amanhã poderemos vir a sermos jogadores de pedra, e vice-versa, vamos juntos trabalhar para construir uma sociedade positiva e de sucesso. Muito Obrigado.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella

Neste momento passo a palavra ao Coronel Waney Raimundo, Secretário de Justiça e Cidadania, Secretário de Estado de Segurança Pública.

Coronel Waney Raimundo – Senhoras e Senhores, Bom-dia a todos, cumprimento a Deputada Angela Águida, a Senadora Angela Portela e os demais membros da mesa, autoridades presentes e o público. Para nós, da SEJUC, é um prazer estarmos aqui, agradeço o convite. Estamos trabalhando na Secretaria para humanizar as questões penitenciárias que é um problema gravíssimo o Estado brasileiro. Semana passada em reunião da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em Brasília, conversando com a Ministra Maria do Rosário e Secretários de todos os Estados Brasileiros sobre a criação de um fórum para autoridades de Direitos Humanos, visando trabalhar na defesa desses direitos. Esse fórum não tem o objetivo de descaracterizar qualquer outra ação que estiver sendo realizada, mas fortalecer as ações de direitos humanos no Estado brasileiro que precisam se proteger com ações preventivas e repressivas das questões internacionais. Existem condenações que o Brasil sofreu pela Corte Interamericana, e isso preocupa a Secretaria de Direitos Humanos e o Estado Brasileiro como um todo. Percebe-se, então, a necessidade de ser trabalhada no Estado a Prevenção, a orientação e por último a repressão. A família, como celula-mater da sociedade, deve estar em primeiro lugar sendo orientada por todas autoridades, pelos pais para, quando ocorra um casamento, haja uma união estável, saibamos o que estamos fazendo. A bíblia fala, que o casamento é para sempre, pelo que devemos buscar e primar. E a responsabilidade através da Escola, da Igreja, do esporte, da cultura e do lazer e a promoção dessas atividades, e, portanto, deve ser uma preocupação não só das autoridades como também da sociedade civil organizada. Dessa forma vamos filtrar a violência que vem ocorrendo em nosso País. No Anexo I da Penitenciária, que é a Cadeia Pública Feminina de Boa Vista, conta

com um tratamento especial para nossas reeducandas, em número de cento e quarenta. Quanto à ala-mãe existe preocupação em desenvolver ações com o objetivo de melhorar aquele local de cumprimento de pena, devido a alguns problemas, mas o governador já autorizou que empenhemos a reforma da cadeia pública feminina. A previsão é estar até o final do ano com aquela cadeia pronta, para que nossas reeducandas tenham condições dignas de permanecer cumprindo suas penas. Como não temos nenhuma fuga registrada na cadeia pública feminina, mostra que existe uma consciência das reeducandas no cumprimento de suas penas, demonstra que estamos procurando oferecer condições para que isso se realize. E, por último, informamos que na ala de número onze, dentro da penitenciária masculina, destinada a agressores de mulheres, que ficam junto com os infratores de trânsito, com o objetivo de oportunizar as reconciliações, as mulheres têm buscado visitar os maridos na penitenciária, mesmo que no primeiro momento tenham sido agressores, temos que realizar um trabalho com assistentes sociais, psicólogos com o objetivo de unir novamente essas famílias e evitar que aconteçam novos crimes dessa natureza. Então, a SEJUC do Estado de Roraima vem trabalhando em prol dessa realidade. A orientação do Governador José de Anchieta é que tenhamos um cuidado especial na questão do trato com os crimes contra a mulher. Agradeço a oportunidade, e através de convite, e estamos abertos para discussão. Muito obrigado.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella

– Gostaria de pedir desculpas à Doutora Elaine Aparecida, na verdade, a nossa discussão é sobre violência generalizada contra a família, não só contra a mulher, então desculpas pela minha falta de experiência. Espero que a Senhora nos contemple com sua participação, obrigada. Pela ordem de inscrição, com a Palavra a Sra. Francisca Veras Maciel da Federação Espírita Roraimense

Sra. Francisca Veras Maciel (Federação Espírita Roraimense) – Cumprimento a todos, e agradeço pela oportunidade, em nome da federação Espírita Roraimense, para participar deste encontro tão importante, levada a efeito pela Assembleia para o direcionamento da nossa sociedade em favor da paz e do bem. Quero comunicar a todos que a Federação Espírita Brasileira mantém campanhas permanentes, através das vinte e sete Federativas Espíritas Estaduais, em favor da paz, contra a violência sobre qualquer aspecto. Essas campanhas são desenvolvidas em todos os estados, visando a defesa da vida, contra o aborto, contra a eutanásia, contra o suicídio, e contra a violência em todos os aspectos. Direcionamos esse atendimento de forma particularizada, através das aulas de evangelização, que acontecem semanalmente nas casas espíritas que se organizam com o objetivo de trabalhar a criança, o jovem e o adulto em busca do conhecimento, da verdade e do bem, trabalhando cada vez mais a questão da paz na família, entendendo de forma bastante ampla a importância da família. É importante, ao trabalhar essas questões íntimas, envolver o psicológico no sentido de se buscar equilíbrio através da convivência fraterna, percebemos a grande importância da mobilização da sociedade em busca da paz no convívio, familiar considerando as orientações do grande amigo para tratar as pessoas dentro da nossa casa como se fossem visitas. Partindo desses princípios, trabalhamos com muita seriedade as orientações dadas pelo mestre maior, conhecido por todos, Jesus, quando trata da Lei de amor e de caridade. Então, queremos deixar aqui o nosso interesse em participar através das ações que os governantes deste Estado possam promover. Estamos sempre à disposição para lutar em favor da paz, acreditando que a paz do mundo começa dentro de cada um de nós, muito obrigado.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella

– Com a palavra Doutora Dolani Patrícia Santana, representante da OAB.

Doutora Dolani Patrícia Santana (Membro da Comissão da Mulher da OAB/RR) – Bom dia a todos, cumprimento todas as autoridades presentes, em nome da Deputada Ângela e da Senadora Ângela Portella. Parabéns a iniciativa de um trabalho como este, certamente contribuirá no combate à violência doméstica. Levamos em consideração, nesta manhã, que a violência ocorre entre pais e filhos, entre irmãos e entre avós e netos. Realmente a violência doméstica hoje, é motivo de desagregação familiar. É importante levar em consideração que a violência doméstica, não é apenas física, muitas vezes, é psicológica e sexual, e graças a Deus está despertando atenção e iniciativas no combate pelas autoridades. Faço parte da Comissão da Mulher e Direitos Humanos da OAB, inclusive temos um programa na Rádio Roraima sobre o direito do cidadão roraimense, visando manter a população da capital e do interior informada sobre ações desenvolvidas pelo CHAME, com orientação à população para

que saiba como agir nessas situações, uma vez que hoje um grande problema no combate à violência doméstica é o medo, a falta de informação, muitas vezes, o agressor é prezo mas ele volta mais agressivo ainda. E, mais grave é aquela mulher que continua com o agressor por questões financeiras. No programa da rádio, todas as quintas feiras com a Sônia Cabral, informamos que o agressor tanto pode ser prezo como afastado da família, para que não a agrida novamente, além disso a mulher não precisa ficar com o agressor pela dependência financeira, a pensão alimentícia que muitas vezes não pode ser paga pelo pai da criança, mas os avós têm obrigação de pagar. Então, existem meios para que a dependência financeira não seja tão grande a ponto de permanecer com o agressor pelo resto da vida, simplesmente porque não tem condições de criar seus filhos e manter o alimento na mesa todos os dias. Entendo, que essa iniciativa é muito importante, desde já quero me colocar à disposição, como membro da Comissão da Mulher e dos Direitos da OAB, no combate à violência doméstica contra a mulher, à criança, ao idoso, porque isso não pode continuar, precisamos valorizar as pessoas em especial a família. É necessário resgatar os valores primordiais da família, a Constituição Federal garante a dignidade e a integridade da pessoa humana, que é esquecida quando ocorre da violência doméstica. Queremos nesta manhã dizer que a informação é muito importante bem como iniciativas como esta de hoje além da cooperação de cada um de nós como: Ministério Público, Delegacias, Assembleia, Senadora, Defensoria Pública, Igrejas aqui presentes, enfim, se continuarmos nos unindo no combate à violência doméstica em nosso Estado, com certeza, iremos conseguir amenizá-la ou extirpá-la, porque a união faz a força, desde já me coloco à disposição para que em outras oportunidades eu possa colaborar no que for preciso para que o combate a esse crime seja uma realidade em nosso Estado.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella

– com a palavra a Senhora Regina pedagoga, representante do CHAME

Senhora Regina Maria Coimbra (Coordenador do CHAME) – Bom-dia a todos, saúdo a Deputada Ângela, em nome da mesa, e o Deputado Xingú que é nosso Presidente. Gostaria de apresentar uma reflexão sobre a estrutura familiar e seus valores, a começar pelos livros didáticos que ilustram a estrutura familiar com um pai sentado à cabeceira da mesa de jantar, a mãe ao lado e os filhos do outro, antigamente ainda havia uma senhora morena ou negra servindo a mesa. Convivemos até na década de oitenta ou até noventa com essa figura nos livros didáticos. Hoje, é importante a reflexão sobre esses valores, que família nós temos? Como é composta a família do século XXI? Isso é complexo. Temos que ter isso em mente para começarmos alguma coisa. Hoje, o retrato da escola, quanto aos momentos pedagógicos, os pais ou responsáveis são chamados para participarem das atividades didáticas de seus filhos, apenas aparece um por cento dos pais, então, deduzimos que aquela família não apresenta a figura do responsável, não tem um pai ou uma mãe, conforme a escola se refere como responsável. Levando também em consideração, e essa é uma pesquisa minha, feita recentemente, dentro da escola, onde verifiquei a idade do pai e da mãe, na média, é de quarenta a cinquenta anos, esses pais já tinham tido relacionamentos anteriores que resultaram em dois ou três filhos, estes na relação atual foram agregados. Nesse caso, a pergunta é quem é o responsável por esses alunos que são entidos? Quando chamamos o responsável por estes alunos, ninguém se sente responsável por ninguém. Jovens de dezesseis ou dezessete anos, que já se acasalaram, mas vivem com o pai ou com a mãe, de quem é a responsabilidade por eles? Como se conduz a família dentro da sociedade onde todos os dias temos novidade familiares? Obrigada.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella

– Com a palavra a Senhora Maria Ivanice de Souza, representante da Secretaria de Estado da Educação.

Senhora Maria Ivanice de Souza (Secretaria de Educação do Estado de Roraima) – Bom-dia a todos, em nome da Deputada e da Senadora Ângela, saúdo os componentes da mesa, em nome de nosso Secretário de Segurança saúdo as demais autoridades presentes, estamos representando a Secretaria de Estado da Educação e nos colocamos à disposição para participar de todo esse trabalho que está sendo realizado pela Assembleia e pelas Secretarias. Não podemos deixar de destacar a importância da escola diante de todas as situações de violência familiar que hoje ocorre na sociedade. Temos que destacar alguns projetos e parcerias que já estão sendo realizados dentro de nossas escolas pela Secretaria de Educação. A função da escola é informar, conscientizar e, principalmente, sensibilizar. Sabemos que a violência tem aumentado e, em nome da Secretaria, nos dispomos a

participar das parcerias, visando enfrentar e vencer todo esse problema da violência familiar que hoje acontece. Hoje, a indicação de nossa Secretária é trabalhar o tema da paz dentro das escolas, na tentativa de diminuição da violência, seja familiar ou dentro das escolas. Agradeço poder participar e me coloco à disposição do trabalho que vem sendo realizado por todos para diminuição da violência nas escolas, nas famílias, e em especial, contra a mulher. Muito Obrigada.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella

– Com a palavra a Doutora Elaine Aparecida da Promotoria de Justiça.

Doutora Elaine Aparecida Pagliarini (Promotoria de

Justiça): Bom-dia a todos, cumprimento a mesa e todas as autoridades presentes; em nome da Deputada Ângela, meu cumprimento especial a meu colega de Ministério Público, Doutor Ademir, sempre presente às Audiências Públicas, realizadas nesta Casa, assumo a minha meculpa por não me dirigir ao cerimonial, e não me apresentei como Promotora, que atuo junto ao Juizado de violência doméstica e familiar, embora seja uma pessoa pública, bastante conhecida, o cerimonial não é obrigado a adivinhar, quais as funções que exercemos, não houve problema nenhum em relação a isso, está tudo tranquilo. E, por se tratar de uma Audiência Pública, o Ministério Público obviamente tem sua importância como fiscal da Lei, como instituição que está sempre colocando as outras em saia justa cobrando e exigindo. Não temos o menor problema de estarmos aqui. Então, não houve nenhum problema neste sentido, Deputada, fique tranquila. E, ademais, nossa imprensa já entrou em contato com o cerimonial, está tudo esclarecido em relação a isso. Sobre o nosso tema: violência doméstica, como fator de desagregação familiar, o doutor Jefersson e eu trabalhamos há quatro meses juntos. Atuo no juizado desde sua criação, em junho do ano passado. Então, completamos um ano de juizado, mas, nem por isso o poder judiciário não vinha enfrentando (inaudível) porque a Lei Maria da Penha é de dois mil e seis, e desde então se vinha fazendo um trabalho em relação ao combate da violência doméstica familiar. A criação trouxe, como vantagem, a especialização, porque, antes esse assunto era tratado dentro de outras varas criminais, e não tinha a devida atenção. Atualmente, só tratamos de violência doméstica familiar, e é uma oportunidade para um maior contato com todas as pessoas envolvidas, principalmente, nesta ampla rede de proteção que deve existir, mas, infelizmente, em nosso Estado ainda deixa muito a desejar. Falo em rede, porque não há como combater uma questão tão complexa sem que haja a participação de todos. Não devemos, como disse o Secretário de Segurança, ficar atirando pedras, é bem verdade, porque todos nós temos nossa importância e também temos teto de vidro. Mas, o fato que o papel do Ministério Público não é um dos melhores é porque temos o dever constitucional de assim agirmos, para que dentro de um Estado Democrático de Direito as instituições possam ser cobradas mutuamente. Nós também somos cobrados pela sociedade na hora de discutir o orçamento com o Poder Executivo, na hora de aprovar nossas Leis com o Poder Legislativo, também somos cobrados, pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Diante dessa situação e vivenciando a violência doméstica já há algum tempo, sinto-me bastante tranquila para falar sobre o tema e sobre as instituições que têm apoiado, aquilo que não estiver funcionando, devemos implementar. O Primeiro tema se refere às redes sociais de atendimento, concordo com o doutor Jefersson, quando diz que a violência doméstica não é a causa da desagregação familiar, ao contrário a violência doméstica é um sintoma da desagregação familiar. A violência doméstica é uma consequência dessa desagregação que não se corrige unicamente com a punição do agressor que é uma das atribuições do nosso juizado, dependemos quase sempre de cem por cento para diminuir esses números. Deixa eu aproveitar para não perder a linha de raciocínio, os números são uma faca de dois gumes, é preciso esquecer de quem está por trás dos números, que são as mulheres as crianças, enfim, todos aqueles que compõem o núcleo familiar, mas os números são importantes na medida que eles nos dão uma medida de criminalidade. Se estão havendo resultados, o que nos permite fazer uma ampla reflexão sobre isso, os números da violência doméstica, acredito, devam crescer ainda muito mais do que temos atualmente. Acredito que os três mil e poucos processos, que a doutora Maria Aparecida recebe na DDM, são uma pontinha do iceberg, porque, esses números são os oficiais, que as mulheres procuram a Delegacia, mas existe uma grande quantidade de mulheres que continuam sendo vítimas, muito embora sabendo da existência da Lei e de toda proteção que ela pode ter, ela continua sofrendo violência física, moral, sexual, e ainda não tomou coragem para enfrentar e reagir a essa violência que está ocorrendo contra ela. Por isso, acho, a tendência é que estes

números ainda cresçam muito, porque temos um acúmulo histórico de violência muito grande, e até que estes números venham à tona, todos eles, não vamos poder pensar em diminuí-los, porque a diminuição será um segundo passo. Precisamos que todas as vítimas tomem a iniciativa de dizer não, e como é que essa mulher vai dizer não se ela depende financeiramente e psicologicamente do homem. Existe toda uma cultura, é a sociedade que quer que ela permaneça casada cuidando dos filhos, a abominável família feliz, ela está lá sofrendo, é em cima dela que vem toda carga de responsabilidade pela família, pela agregação e manutenção da família, enfim, a carga é muito pesada. Pensamos que tudo isso pode melhorar a partir da atuação das equipes multidisciplinares, precisamos de mais psicólogos, mais assistentes sociais, que os CREAS funcionem no âmbito do Município e do Estado, é preciso que os profissionais da polícia militar, da polícia civil que atendam a mulher sejam treinadas, para haver mudança de visão sobre a mulher. O prometido ponto para o Governo quer seja municipal ou estadual, ou O CHAME, ou quem quer que trabalhe com a violência doméstica, precisa ter um olhar diferenciado, que se tem em relação aos idosos e crianças. Infelizmente, nos falta muito, e se formos pensar que os índices de violência, que identificamos em o nosso Estado ou no nosso país é porque as instituições não estão funcionando, mas não é isso, porque se observarmos países como a Espanha, Portugal, Alemanha, outros Países da Europa ou até mesmo os Estados Unidos, não teriam esse problema porque são países de primeiro mundo e têm serviços públicos de qualidade, mas por que continuam tendo violência doméstica? É preciso que as políticas públicas e as instituições funcionem para que a mulher em situação de violência tenha a quem recorrer. Sem contar com o CHAME que faz esse atendimento à mulher, não temos outra instituição, eu não tenho conhecimento, se alguém puder me corrigir... Mas, infelizmente, só temos o CHAME e nos juizados uma equipe muito pequena que é uma psicóloga e uma assistente social, precisamos de muita gente trabalhando para que a família seja tratada para que o agressor seja tratado, não temos nenhuma política pública no nosso Estado voltada para o agressor a única política pública voltada para o agressor é o Ministério Público denunciando, a Defensoria Pública tentando defendê-los e o Doutor Jeferson condenando ou absolvendo de acordo com as provas constantes nos autos. faltam políticas contra esses agressores, porque são uns doentes, precisam ser tratados, não adianta separá-los da família vitimada porque se o agressor constituir uma nova família, voltará a agredir também a outra mulher, os filhos. E neste sentido que esta Audiência Pública tem um foco, tem o compromisso de encaminhar algumas reivindicações seriíssima. Como o efetivo funcionamento dos CREAS, que está dentro da política nacional de proteção à mulher, aproveite a presença dos Secretários, para informar que a segurança pública precisa ser melhor instrumentalizada, a DDM não possui recursos de pessoal, nem de material. Entendemos a Doutora Aparecida que tenta fazer um trabalho, a doutora Edinéia que trabalha no CHAME, tentam fazer um trabalho, mas, muitas vezes, a falta de material é tão grande que elas não conseguem, já chegamos ao absurdo da DDM não ter nem papel. Foi preciso mandarmos papel para lá, através de transações penais, senão a Delegacia pararia. Não tem viaturas, policiais civis suficientes, nós não conseguimos apurar, de forma devida, o crime, muitas vezes, com lesão corporal, temos somente a vítima e o laudo, a delegacia não tem estruturas para atender a grande demanda, precisamos que as outras delegacias deem proteção à mulher em outros bairros, não somente concentrados aqui no centro que haja um olhar diferenciado, treinamento para o policial militar e civil, para que ele enxergue a mulher como se ela tivesse que apanhar mesmo e que depois ela estará de volta com o marido e, muitas vezes, ela vai estar sim, porque, o ciclo da violência é assim: a mulher apanha, volta, apanha, volta até que ela morre ou toma atitude, e sai desse ciclo de violência. Cabe a nós entender que ela vive esse ciclo de violência porque precisa de ajuda para sair dele, ou que a família possa se reestruturar, mas antes precisa passar por psicólogos, assistência social, para detectar o problema, a tarefa não é fácil, infelizmente nós do Ministério Público, pelo volume de inquéritos policiais e aqui eu parabeno a DDM que para mim, com a pouca estrutura que tem, é uma das melhores delegacias que temos no Estado, porque mês a mês os inqueritos são relatados diariamente, embora com toda precariedade que eles possuem, não sei onde conseguem tanta energia para dar conta. Então, o meu pedido é implantar as redes compostas por Educação, Saúde, Segurança Pública, Setor de estatística, para repensarmos as políticas públicas, precisamos ter uma participação mais efetiva do governo do Estado nestas questões,

principalmente equipando os CREAS, fazendo com que eles funcionem, precisamos mais de psicólogos e assistentes sociais do que policiais, mesmo eles sendo importantes porque eles vão fazer a investigação, eles têm que saber como lidar com a mulher, o policial militar, na maioria das vezes, é o primeiro a ver a mulher, é ele que muitas vezes a leva até a delegacia ou, muitas vezes, ao pronto-socorro, dependendo das lesões. Então, é uma questão bastante séria que exige empenho de todos nós. Acho que há muitas falhas, não só nas outras como na nossa própria instituição, precisamos nos estruturar melhor dentro do próprio Ministério Público. Felizmente, já há promessa garantida para, ainda este ano termos o nosso núcleo de proteção à mulher, e que consigamos montar uma equipe de atendimento à mulher de uma forma mais efetiva. É preciso que todas as instituições hajam em conjunto, pois percebo no nosso dia-a-dia, no trato com as mulheres, que as instituições trabalham isoladas, a polícia militar fazendo o seu trabalho, bem como a polícia civil e as redes. No caso, só vejo o CHAME como organizado e que efetivamente presta, e o que está totalmente deslocado porque o Poder Legislativo não é para isto, essa função é do Poder Executivo. Eu percebo como louvável é melhor estar dentro do Poder Legislativo do que não existir, mas a tarefa do Poder Executivo é muito grande e a integração dessas redes é fundamental e ainda precisamos que Municípios e Estado sejam parceiros em políticas públicas em relação as mulheres, caso contrário ficarão trabalhos sobrepostos, porque a finalidade é a mesma. Recentemente fizemos um Seminário no Ministério Público, onde o foco era a questão das redes de atendimento, porque a Lei Maria da Penha só tem artigos de natureza penal, os demais artigos possuem natureza muito mais voltados a políticas públicas de atendimento à mulher e não voltada à punição do agressor. Acredito, quanto à punição do agressor, na medida do possível estamos tendo uma vazão bastante razoável, embora haja muito processo, Audiência, acho que estamos conseguindo dar conta. Precisamos melhorar muito, não tem nada perfeito, mas deixo meu apelo principalmente ao Secretário de Segurança General Eliezer, para dar uma atenção à questão da polícia muito embora, salvo melhor juízo, a polícia civil parece-me ter autonomia ou está em transição para ter autonomia financeira, mas, é preciso que a DDM que, com certeza, é uma das delegacias mais frequentadas do nosso Estado, tanto por homens, quanto por mulheres. O Núcleo de Proteção à Criança que também se insere nessa proteção à família e na repressão dos crimes praticados no âmbito doméstico familiar. Essas são algumas reflexões, considerações e até algumas cutucadas, e fico à vontade para receber de lá reclamações em relação ao Ministério Público e a nossa atuação, mas acho que muito mais que essas ações de punição, precisamos do trabalho das redes com muitos psicólogos, muitos assistentes sociais, para nos embasar melhor em relação aos nossos trabalhos lá no processo, obrigada.

Senhor Deputado Jânio Xingu (No momento presidindo a mesa dos Trabalhos) – Dando continuidade passo a palavra ao Secretário de Segurança do Estado, Coronel Eliezer Monteiro:

Coronel Eliezer Monteiro (Secretário de Segurança Pública do Estado) – Mais uma vez bom dia, eu só pedi para fazer uso da palavra para dizer à Doutora Elaine e para todos, presentes nesta Audiência, que dentro do planejamento estratégico de Segurança Pública, o sistema tem que agir de forma integrada e isso já foi motivo de uma discussão nossa aqui no grande Plenário da Assembleia. A integração do sistema é um dos nossos objetivos estratégicos, é um compromisso do Governador Anchieta para minha gestão, e independente de autonomia financeira da polícia civil, a integração continuará acontecendo, as ações estratégicas estão sendo planejadas e fazem parte do planejamento estratégico que foi feito há dois anos, mas não foi executado em função da dificuldade de recursos do ano passado. Já está determinado pelo governador a assinatura da construção das duas delegacias que vão atuar de forma conjunta, está sendo determinado a construção da delegacia de defesa da mulher e da delegacia de proteção da criança e do adolescente. As duas serão construídas uma ao lado da outra juntamente com um centro de apoio que, na verdade, será um local para atendimento dos problemas correlatos que estarão ligados a todo esse processo. Acreditamos também que o núcleo de proteção do idoso também estará presente nesta área na avenida São Sebastião em frente ao Viva Comunidade, é um espaço do Governo do Estado que está sendo determinado para instalação de uma grande rede de atendimento. E, no que diz respeito ao sistema de Segurança Pública, estaremos conseguindo construir, concordo plenamente com a senhora, precisamos de assistentes sociais, de psicólogos para que venham somar nesse atendimento, e gostaria poder trabalhar de forma conjunta com os demais órgãos. Na

nossa Secretaria estamos buscando solucionar os problemas, através de estagiários da comunidade acadêmica do Estado, para que lá realizem seus trabalhos ou através de programas localizados específicos como este que está sendo realizado de gerenciamento do estresse, direcionado para os policiais do sistema de segurança pública e seus familiares. Nesse caso precisaríamos de recursos para contratação, prometo à Senhora, ao Ministério Público e à Assembleia Legislativa que estaremos colocando nossos trabalhos no planejamento plurianual para fazermos a previsão do orçamento de dois mil e doze e a contratação de psicólogos e assistente social para atender essa necessidade da polícia civil nas delegacias, muito obrigado.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella

– Com a palavra o Doutor Ademir Menezes, promotor de cidadania.

Doutor Ademir Menezes (Promotor de Justiça) –

Obrigado pelo convite, Deputada Ângela Águida, em nome de quem cumprimento os demais membros da mesa, e quero dizer a Vossa Excelência a aos presentes, que fico à vontade de comparecer e discutir um tema tão importante, como nestes quatro meses da nova Legislatura, esta Casa vem discutindo temas de importância especial. No Ministério Público, atuamos inicialmente no interior do Estado, passamos dois anos e meio em São Luis do Anauá e Rorainópolis, como Promotor de Justiça, onde pudemos vivenciar muito de perto a violência doméstica, a miséria material, humana, moral. Posteriormente, entre dois mil e quatro, dois mil e sete e dois mil e oito, passamos praticamente três anos atuando na vara de homicídios onde infelizmente julgamos vários agressores que iniciaram com agressões leves às suas companheiras, chegando a ponto de matá-las. Fizemos diversos julgamentos, nesse sentido, aqui na capital, com muita tristeza, posteriormente permaneci nove meses na sexta vara criminal, que, então, era a vara que atuava apenas na Lei Maria da Penha. O doutor Roni Garcia atuava, como Defensor Público, Juízes se alternavam, mas tiveram uma atuação bastante forte. Na época tivemos uma percepção da gravidade do problema a ponto de sugerirmos ao então Presidente do Tribunal de Justiça, Almir Padilha, criar um juizado de Violência Contra a Mulher, funcionando vinte e quatro horas, com atuação conjunta Juízes, Ministério Público e Delegacias, em um só local para, quando chegar a vítima e agressor, após serem feitos os trabalhos iniciais da polícia, se encaminharia automaticamente e imediatamente ao Juiz e à Promotoria do Ministério Público, juntamente com o Defensor Público, visando chegar a uma solução rápida, urgente e emergencial. Infelizmente, nossa sugestão não foi acatada por questões de recursos e outros. Deixo, pois, para Assembleia, como primeira sugestão, a criação de um núcleo, uma central onde possamos ter todo um aparato necessário como: Assistente Social, Psicólogos, Delegacias de Polícia, Ministério Público e Juiz para fazer um atendimento pronto e acabado, porque percebemos que passados alguns dias, talvez alguns meses entre a agressão e a audiência que acontece no Tribunal de Justiça, a Lei Maria da Penha perdia a eficácia por uma série de razões como: A mulher perdoava, queria retirar a queixa, como se diz popularmente, voltava atrás, achava que apanhar era normal e natural, por questões financeiras, como foi colocado aqui, e outras tantas situações. Então, a época, sugerimos um atendimento de bate-pronto, como acontece hoje no Distrito Federal, uma violência doméstica é levada para delegacia e lá tudo é encaminhado em um só momento, entre o registro policial e a audiência é questão de algumas horas, e já se resolve. Acredito que isso poderia amenizar, porque o agressor perceberia a efetiva eficácia do aparelhamento público no combate à violência familiar. Observei que, sempre que se discute, em algum congresso, violência, todos os participantes ficam cheios de dedos, percebo que temos dois flancos no combate à violência, o primetiro é a prevenção que não é a de polícia, de Juiz ou de Ministério Público, mas aquela de escolha feita antes da ocorrência da violência, é a formação do indivíduo, que a igreja, que a moral, que a educação e que a família faz, e esta prevenção precisa ser sempre fortalecida por políticas públicas. Tenho a tranquilidade de reconhecer que isto não faz parte de nosso aparelho de repressão, e sim enquanto cidadão, o outro flanco no combate à violência é punindo. E, hoje, no Brasil se tem medo de falar em punição, aqui no Brasil as coisas estão desandando, não podemos falar em punição de quem mata. Vejam vocês, chamo a atenção para a palavra utilizada pelo Coronel Waney, a utilizada em nosso meio judiciário: “Um criminoso não é criminoso, é reeducando”. Não ele é criminoso, ele matou, roubou, estuprou, sequestrou, assaltou alguém. Ele não é reeducando, ele é criminoso, foi condenado. Precisamos parar de ficar cheios de dedos para enfrentar as coisas como devem

ser. A prevenção, repito, tem que ser feita, mas a repressão tem que ser algo duro e vou dizer para os senhores e senhoras o que já falei aqui em uma audiência passada: a Lei Maria da Penha é um engodo do aspecto penal, a Lei Maria da Penha trouxe avanços importantes e significativos na atuação da autoridade policial no primeiro momento de proteção para poder ir até a casa da vítima, acompanhar a retirada das coisas que ela quiser e dos filhos. Levar essa vítima para um abrigo, coisas do gênero. Trouxe alguns avanços no campo civil, algumas medidas protetivas cautelares, previu a tal da medida protetiva criminal proibindo que o cidadão se aproxime da vítima ou coisa parecida. Mas, e na prática, lá na ponta? Como é que o agressor (inaudível)? O câncer social, chamado normas penais ineficazes, uma delegada de polícia, uma mulher preparada que, às onze ou meia-noite, prende um cidadão em flagrante por lesão corporal leve, o marido deu dois, três murros na mulher, a mulher está com o olho enorme, preto, sangrou e não sei mais o quê. Aquela coisa que nos choca. E ela é obrigada por Lei a estabelecer uma fiança, se ela estabelecer mil reais, e o agressor pagar, ele volta para casa, dá outra surra na mulher, porque ela está obrigada a soltá-lo mediante pagamento da fiança. Que proteção essa mulher tem na prática? Qual é a proteção que temos efetivamente? Nenhuma proteção, e ficamos cheios de dedos para falar do agressor. Então, essa parte preventiva vou deixar para aquele outro lado, eu quero falar da Lei, da questão da repressão. O Brasil se ressentido de normas eficazes no âmbito penal, vou dar um exemplo, reflitam comigo: temos uma Lei civil que é a Lei da pensão alimentícia, que pune o cidadão com cadeia, se ele não pagar P.A. Por que é que todo homem paga P.A.? Porque vai preso. Tire essa punição, e vamos ver quantas crianças vão passar fome no Brasil, e vem me dizer que cadeia não tem eficácia? Tem. Tanto que uma Lei Civil que pune com cadeia tem plena eficácia, quando a Lei é eficaz a cadeia tem eficácia, mas estamos vivendo no Brasil o medo de punir. O estado de direito, senhoras e senhores, protege mas também pune no mundo inteiro. Por que só falamos aqui em proteção? A violência doméstica hoje, no campo da vitimização só dá mulher, o tema ficou muito focado para questão da mulher, mas não é só a mulher que é vítima hoje da violência doméstica. Eu brinquei com a delegada lá na faculdade, sexta-feira, eu incitei os alunos homens que devemos criar a Lei João da Penha, porque a doutora Maria Aparecida deu uma entrevista no Jornal, dizendo que, no ano passado, setecentos e oitenta e sete homens apanharam das mulheres, ou seja, a violência não vitimiza só a mulher. (fim do lado da fita). A doutora Aparecida atende uma mulher que apanhou, o camarada sai solto amanhã, semana que vem ela atende de novo a mesma mulher com o mesmo agressor, e ela não pode fazer nada, e o Juiz decreta uma prisão preventiva para um crime onde, se o agressor for condenado cumpre em regime aberto. Tem lógica uma prisão preventiva para condenar e soltar? A nossa Legislação, desculpem a minha forma de colocar, mas precisamos discutir isto, que não pode falar mal de criminoso? Por que não podemos falar de uma norma dura com quem é duro com a sociedade? Uma pena que a Senadora foi embora, porque o Congresso aprovou e publicou uma Lei, semana passada, que altera significativamente o Código de Processo Penal, e trouxe mais dificuldades para um Juiz decretar uma prisão preventiva. Daqui uns dias, Senhoras e Senhores Deputados, se o Congresso continuar neste batidão, um Juiz vai ter que pedir licença para o criminoso, do jeito que as coisas estão, como se o criminoso fosse sempre um coitado e as pessoas vítimas do mau. A Secretaria de Segurança pode investir milhões na DDM, a eficácia da Lei vai ser sempre menor. Quando estávamos na Sexta Criminal, tivemos que fazer seis audiências de uma moça, sempre a mesma vítima e o mesmo agressor. Quatro meses depois, eu não estava mais na sexta criminal, o jornal anunciou no início de dois mil e dez que ela havia sido assassinada na periferia da cidade pelo seu companheiro. A televisão mostrou que uma mulher no Estado de Minas Gerais tinha quatorze registros, e foi assassinada dentro do seu local de trabalho. Cadê a eficácia da Lei? Não é o Juiz, não é o Delegado, não é o Ministério Público. É a Lei. O Juiz, o delegado e o Ministério Público, estão aí para cumprir a Lei. Então, precisamos trazer no campo da repressão, precisamos entender que o crime tem que ter a parte preventiva. Temos que ter a parte repressiva. Crime é como uma guerra, faz-se antes toda uma parte que antecede para não ter a guerra, mas se tiver que ter vamos para guerra. Agora, com a Legislação que temos, com o direito penal brasileiro que é só no papel. Na faculdade ensinamos o aluno, e na prática ficamos com vergonha, porque não tem punição. A punição é mínima. É um país, onde o cidadão que mata o outro, é condenado a dezesseis anos mas fica dois ou três preso. Que punição é esta? A mulher sofre isto hoje. Estou

falando tudo isto para observarmos que, de dois mil e seis para cá tivemos um crescente. Como disse a Senadora, sobre agressão à mulher: será, se esta Lei, por ser ineficaz, não é um dos fatores criminogênicos do aumento da criminalidade? Será que esta Lei não tem o papel de dizer para o cara: Está vendo, pode fazer que não acontece nada? Pois não acontece mesmo, na prática não acontece, a prática nos diz que não acontece, precisamos fazer essa reflexão sobre a Legislação. O Brasil senhoras e senhores, se ressentido de uma política criminal. Este país tem hora que vem com uma Lei dura, depois vem com uma Lei frouxa, daqui uns dias vem com uma Lei mole, com outra Lei dura. O Congresso brasileiro não tem coragem de sentar e discutir uma política criminal para este país. O que queremos criminalmente? Queremos que o Direito Penal seja recuperacional? Como é visto hoje no Brasil? Esse discurso me atormenta, vamos aos congressos onde ouvimos que mandamos o cara para cadeia para recuperá-lo. Não, senhor! Nós mandamos para punir. Recuperar é um discurso doce, falso, até porque, aquele que é efetivamente criminoso, a psicologia e a psiquiatria forense mostram que não tem recuperação. O criminoso eventual sai de lá e não é criminoso, sai e não quer mais voltar, porque não é criminoso na sua índole, eventualmente praticou o crime. Mas o criminoso desses que a gente vê: O cara sai numa semiaberta, e a primeira coisa que ele faz é praticar assalto, atirar em frentista, em polícia, que recuperação que vocês querem para esse homem? O Direito Penal é para recuperar? Então vou sugerir que mudemos o nome de Direito Penal para Direito da recuperação, e vamos acabar com cadeia. Vamos perdoar todo mundo, e colocá-los em uma clínica de recuperação, se é assim que queremos fazer a leitura desse direito frouxo que estamos vivenciando no Brasil. As mulheres estão sofrendo porque a Lei Maria da Penha é frouxa, sem eficácia penal nenhuma, só que temos um problema no Brasil, quem é que Legisla esse tipo de Lei? A união. O Estado não pode Legislar matéria Penal. A união é que é a grande mãezona que Legisla dizendo que sabe tudo, o que Roraima, o Rio Grande do Sul e que a Paraíba precisam. Pouco importam as diferenças culturais, sociais, geográficas, mas a união sabe tudo, e faz este tipo de Legislação imprestável, ineficaz. Apenas papel. A frustração de um Juiz, de um Promotor ou de um Delegado em uma sentença, é horrível, porque é a Lei que aplica e manda o cara para casa. Se estiver preso, o Juiz o condena em lesão corporal e o manda para casa. Que coisa mais estúpida, antes de ser condenado ele estava preso, condenou e o manda para casa. Por favor gente, vamos discutir isto com profundidade. A polícia vai desanimando. Tenho diversos colegas delegados de polícia, policiais militares e agentes de polícias, que não aguentam mais render o cara hoje, quando é semana que vem o cara está nas ruas rindo da cara deles. É essa Lei que queremos para as mulheres? É essa Lei que vos garante quanto à agressão? Não acredito, sinceramente. Tenho pena das mulheres que acreditam nessa Lei. Os números que a mídia mostra diuturnamente. A violência doméstica num âmbito mais genérico, o casamento desfeito vigora no Brasil, desde o dia vinte e seis de dezembro de mil novecentos e setenta e sete, a Lei nº 6015, projeto de Lei do então Deputado Nelson Carneiro e Deputado José Sarney, a chamada Lei do divórcio. Portanto, a partir dessa Lei, houve a regularização dos casamentos que não mais existiam. Antes dessa Lei, juridicamente, o casamento era imortal, eterno, embora cada um tomasse um rumo, e constituíssem novas famílias. Veio a Constituição de oitenta e oito que deu uma conotação para o que chamamos de núcleo familiar. Mais ampla do que a que tínhamos, que era o homem como chefe do casamento, mulher e filhos. Semana passada o supremo ampliou a conotação do termo núcleo familiar, reconhecendo como núcleo familiar as relações homoafetivas estáveis, houve uma ampliação para o que seja a família ou núcleo familiar. São novos tempos, novos valores e novas formas de convivência familiar que precisam ser discutidas, a meu ver. Sob o enfoque atual, se é certo ou errado no aspecto moral ou religioso de cada um, não interessa, juridicamente existem essas formas de núcleo familiar. Então, temos uma violência que estrapola a questão da mulher, surgindo um novo formato de família e que precisamos ter essa visão. Vejam vocês, apesar de eu achar um absurdo, no Rio Grande do Sul e recentemente no Rio de Janeiro, deram decisões baseadas na Lei Maria da Penha que veio para proteção da mulher. Está na ementa da Lei que é para proteção da mulher, mas não da família. Dois juízes, por analogia, aplicaram a Lei Maria da Penha a relações homoafetivas masculinas, como se ali tivesse uma mulher no meio do caminho. Vejam, são violências com uma nova formatação. Um novo desenho. E que também gera violência. A partir da Lei do divórcio, tivemos famílias que se disconstituíram, e novas famílias que se constituíram com

membros da família anterior. É a nossa realidade familiar, não temos como voltar, mas tem que ser feita essa leitura para que possamos entender a questão da violência. O General Eliezer falou uma grande verdade sobre o endividamento financeiro na família. Neste aspecto, recentemente, uma revista especializada publicou uma matéria dizendo que cinquenta e oito por cento dos divórcios no Brasil são causados por endividamento do casal, por falta de orientação e até mesmo de políticas públicas de orientação. Temos, aí, crédito para todos. Hoje, o camarada tira empréstimos no caixa eletrônico, tem cheque especial, tem desconto consignado em folha, exemplo, ele está aqui na Audiência Pública, quando e o telefone toca, oferecendo limite no cartão de crédito X: Financiamos carros e outras coisas, e aí vêm os conflitos por falta de um planejamento familiar que traz dentro dessa formatação nova de família, toda uma violência. Minha sugestão para mesa é que se discuta a criação de um novo juizado centralizando, um local para resolver violências, tudo junto: Juízes, Promotores, Delegados em um local só, funcionando vinte e quatro horas. Evidentemente, com revesamentos, com funcionamento e pronto-atendimento e solução para acabar com a coisa do depois. Segunda sugestão, é fazermos um estudo, e aí, convido todas as partes envolvidas do âmbito jurídico, sugerindo, através da Senadora ou de qualquer outro Deputado de nosso Estado, para alterações na Lei Maria da Penha que a torne eficaz que tratem os crimes como crime específico e não como crime genérico, uma lesão corporal contra a mulher e a mesma lesão corporal entre eu e um cidadão alí na rua, que traga uma especialização do tema para que possamos ter maior eficácia. Agradeço e estamos sempre lá à disposição, Muito Obrigado.

II – PARTICIPAÇÃO DA PLATÉIA COM PERGUNTAS E RESPOSTAS:

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella - Neste momento, as perguntas formuladas pela platéia serão respondidas. A pergunta do Conselho Municipal dos direitos da Mulher vai para o Secretário da Justiça e Cidadania, Doutor Waney. Se tem e quais são as políticas públicas para ressocialização e reabilitação da mulher apenada?

Doutor Waney – Obrigado pela pergunta. Nós temos na SEJUC um Departamento de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, onde existe um núcleo que tem psicólogos e assistentes sociais, trabalhando na questão da ressocialização. Admito que ainda é pequeno o grupo para a demanda, porque atende não só as mulheres como aos homens também. Temos cerca de mil e setecentos reeducandos e ainda tem a questão das famílias, estamos ombreado esforços com o Trinunal de Justiça, além de outros órgãos do Governo Estadual e Municipal para criarmos a Casa de Justiça e Cidadania. É uma proposta Nacional e aqui no Estado devemos inaugurá-la em breve, no terminal do Caimbé. A Desembargadora Tânia é a coordenadora dos trabalhos e essa Casa de Justiça e Cidadania, também deverá trazer oportunidade para questão da ressocialização. Não sei se esclareci a dúvida, mas essas são as informações que eu tenho, relativo à pergunta.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella – Obrigada, vamos estabelecer dois minutos para cada resposta. Pergunta da Senhora Maria dos Prazeres para Senadora, estaremos encaminhando a ela para ser respondida. Esta pergunta foi formulada pela senhora Tânia Magalhães do Conselho Municipal do Direito da mulher para mim.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella – Como a Comissão dos Direitos pode, através do Poder Legislativo, atuar junto ao Estado e ao Município no direcionamento dos recursos para as políticas públicas que venham prevenir as causas da violência doméstica? O Poder Legislativo é limitado, mas podemos fazer indicações, propor ações ao Poder Executivo. Estamos, nesse primeiro momento, promovendo esta Audiência Pública, forçando este debate, convidamos pessoas envolvidas, estamos buscando uma rede de solidariedade de pessoas que se sintam corresponsáveis. Acho que este é o primeiro passo, mas as indicações também vêm atender esse tipo de demanda. Em suma, é o que o Poder Legislativo pode estar fazendo, e na hora de aprovar o orçamento tem a questão do direcionamento, vamos ter um cuidado especial. O Poder Legislativo poderá e deve estar atuando.

Continuando, próxima pergunta do Colégio das Associações de pessoas com deficiências, também direcionada para mim. Mulheres ainda são demasiadamente discriminadas, e sofrem violências, assim como seus filhos, ademais, aquelas que, por ironia do destino, ficaram acometidas por deficiências ou seus filhos. Gostaria de saber por que o tema deficiência é tão discriminado nesta Casa? Vamos também garantir proteção a essas mulheres e crianças especiais que muitas vezes sofrem caladas. Acreditamos em vocês para mudar essa realidade.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella

– É a segunda ou terceira vez que vejo este tipo de interpelação nesta Casa. Então, acho que cabe uma profunda reflexão a respeito, mas acredito que é a forma de ver o ser humano de uma forma global, porém não estamos neste momento respeitando as diferenças. Vou levar essa temática, durante para uma reunião fazer uma reflexão no sentido de estar atendendo de uma forma diferenciada essa questão. Neste momento, já atencipadamente peço desculpas por nossas atitudes, que talvez não tenham sido assim tão reais, às vezes, não temos problemas desse tipo na família, e acabamos achando que é uma situação diferenciada que pouco existe. A verdade não é essa.

Pergunta da Dona Elivânia para o Doutor Ademir: Há como punir o pai que tem guarda compartilhada e acordo judicial para pegar os filhos a cada quinze dias, para passar o final de semana com ele, entretanto num período de noventa dias pegou uma única vez sem justificativas? Se há, a quem deve recorrer para resolver a questão?

Doutor Ademir – Dona Elivânia, quero dizer para senhora que sempre critico a Legislação e mais uma vez vou criticar. Não temos nenhuma Lei, por incrível que pareça, especificamente, que, na ruptura do casamento ou da união estável, obrigue o pai a pegar os filhos, mas temos Leis que protegem os filhos no direito à formação afetiva. Estamos desenvolvendo um trabalho na Faculdade Catedral, estou orientando uma aluna que está escrevendo exatamente sobre esse tema. Ela esta aprofundando o estudo e eu estou tendo que estudar também sobre o tema. Temos, na separação, o conceito dentro do direito que diz que ninguém está obrigado a amar ninguém quer dizer o pai não está obrigado a amar o filho. Este conceito eu desprezo, já de bate e pronto quando ouço colegas até do Ministério Público, da Advocacia ou da Magistratura ou até da Defensoria dizer, primeiro porque a Constituição Federal garante às crianças, aos filhos uma formação física, moral, afetiva como responsabilidade da família, dos pais. Portanto, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente garante a toda criança e adolescente a proteção e sua formação afetiva. Então, precisamos pegar essa Lei e dar a ela a devida interpretação para proteção dessas crianças. Se eu fosse a senhora procuraria um advogado ou a defensoria pública, vai ter que ajuizar uma ação e entrar com uma ação de indenização por danos morais em nome dessas crianças, contra esse pai, porque esse pai ao não dá a esse filho o devido afeto e formação afetiva, está causando a ele um dano irreversível e eles tem, portanto, um direito à indenização. Os juízes, nas separações, não colocam como obrigação do pai, que sai de casa, pegar o filho, colocam como direito, mas não como obrigação. Vejam vocês, a Lei obriga o pai a dar comida ao filho que é a pensão alimentícia, mas não obriga o pai a dar afeto. Será que uma pessoa é feita só de comida? Ou será que a formação de uma criança não passa pela questão do afeto? Dona Elivânia, não temos uma Lei específica, mas temos a Constituição, o Estatuto da Criança, e o Código Civil, no âmbito familiar, que garantem esse direito. Numa leitura ampla, exija para seus filhos isso e peça ao juiz, como obrigação a esses pais irem lá, visitar e dar afeto aos seus filhos. Não é possível que, no século XXI, tenhamos que estar discutindo se um pai deve ou não dar um abraço, sair e acariciar um filho. As pessoas dizem que sou meio áspero, mas o bicho ser humano é um bicho que só vai no tranco, só vai cutucado. Então, use este direito, ajuze esta ação em favor do seu filho. Se a senhora tiver dificuldade eu estou lá no Ministério Público à disposição, até rascunho essa ação, só não posso ajuizar, e entrego para senhora levar para seu advogado fazer o processo fundamentando esse direito que está garantido tanto na Constituição Federal quanto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella

– Esta pergunta é da senhora Edna para Promotora de Justiça: Considerando que o Estado não está sendo capaz de resolver questões que geram violência em seus diferentes aspectos, qual a sociedade que queremos ou buscamos diante de tantos fatores de desagregação familiar que estamos a presenciar diariamente através da mídia?

Doutora Elaine Aparecida – Bom, a sociedade que queremos, certamente, é um pouco utópica, se formos dizer da sociedade ideal, mas o que eu posso dizer é que as instituições no Estado devem buscar combater a violência em qualquer de suas formas, e o combate específico do âmbito doméstico familiar requer uma participação maior da sociedade, do Estado e das Instituições, como já havia abordado na minha fala anterior. Então, aparentemente o que tem na mídia é aquilo que falei em relação aos números que cada um interpreta, do jeito que quer e há interpretações que, repito, totalmente errôneas. Em relação à criminalidade, por exemplo, no plano estratégico dos Ministérios Públicos, quem não entende e lê fica parecendo que o Ministério Público quer que a criminalidade aumente, mas não é isso, dou como exemplo: aumentar o número de denúncias em relação à

violência doméstica, não é que o Ministério Público queira que a violência aumente, é porque temos um acumulado histórico. Embora o Doutor Ademir diga, coitada da mulher que acredita na Lei Maria da Penha, mas eu afirmo: Eu sou uma dessas pobres mulheres que acreditam na Lei Maria da Penha, porque percebo que, através dessa Lei, separamos, hoje, a violência que é contra a mulher no âmbito familiar da violência normal, comum. E a Lei Maria da Penha faz sim a distinção entre a lesão corporal praticada entre qualquer pessoa e aquelas que são do âmbito familiar, porque a Lei trouxe o agravamento da pena do Parágrafo IX do art. 129, que trata de lesão corporal é específico para relações familiares, pode ser aplicada tanto para mulheres, quanto para homem. O único problema e, aí, sim, eu concordo com o Doutor Ademir é que a lesão corporal praticada contra um qualquer, a pena vai até um ano. É de três meses a um ano. E a pena da violência doméstica familiar é de três meses a três anos. O legislador agiu mal ao aumentar a pena máxima e não aumentar nada na pena mínima, esse foi um erro, inclusive, doutor Ademir, há proposta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher no âmbito do Congresso Nacional, prugnando pelo aumento da pena mínima da lesões corporais. Neste ponto, de fato, houve um equívoco legislativo ao deixar essa pena mínima, voltando, para não me perder na questão, eu continuo acreditando na Lei Maria da Penha, como disse na minha fala, são apenas quatro artigos de natureza processual penal, o restante dos artigos, todos eles trazem obrigações, melhorias no âmbito da assistência social à mulher, no combate aos seus riscos sociais e uma grande inovação que são as medidas protetivas de urgências que, devidamente aplicadas, podem sim resguardar a mulher. E nestes anos todos de juizado, eu ouvi de uma psicóloga do CHAME, que ouviu de mulher, que ela devia a vida dela a mim, isso porque uma medida protetiva foi requerida por mim e o judiciário imediatamente deferiu a medida, não se utilizou das vinte e quatro horas previstas na Lei. E aí contamos com o apoio da polícia civil e militar que muitas vezes auxiliam nosso oficial de justiça cumprir essa medida. Acredito na Lei Maria da Penha e nas suas medidas protetivas, vejo no dia-a-dia que elas dão muito resultado. Não interessa se a mulher no dia seguinte tá arrependida e quer o marido de volta, mas procuramos denunciar o mais rápido possível no âmbito do Ministério público, muitas vezes ela vai para audiência de mãos dadas com o marido, mas ele vai receber uma condenação, mesmo que eles já estejam reconciliados. Acho que ela precisa ser melhorada, mas sem ela a mulher estaria muito pior do que está hoje, seria mais ou menos isso.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella

– Nossa última pergunta é direcionada a mim. É mais um puxão de orelha: Por que a comunidade evangélica não foi convidada para este evento, tendo em vista que, o senso aponta que Roraima tem hoje mais de cinquenta por cento da população Evangélica, mas foram convidados apenas representantes das Igreja Católica e Espírita? Na verdade, nós convidamos, sim, e além disso nós convidamos também via jornal, rádio e TV. Respeito e tenho grande carinho pelo trabalho evangelizador das Igrejas Evangélicas que vão nas casas das famílias e têm todo um trabalho de corpo a corpo e quem ouviu minha primeira fala deve ter observado que quero e preciso contar com o apoio e a participação integral também deste segmento, fica de antemão o convite para que as igrejas evangélicas façam parte desta grande rede de solidariedade que estamos buscando.

III - CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella

– Para considerações finais a Doutora Ednéia, colaboradora do CHAME.

Doutora Ednéia C. Chagas – Bom-dia a todos, quero só lembrar que, salvo engano, este já é o quarto encontro que temos para debater violência doméstica familiar contra a mulher ou contra a família. Tivemos aqui na casa, promovido pelo CHAME, o do MP e outros. Vejo isso com bons olhos, temos que promover o debate em todo os segmentos para ver se melhoramos a prestação dos serviços à sociedade, que é o nosso papel, prestadores de serviços. Mesmo lidando com algo tão aviltante como é a violência no seio da sociedade, como um todo, e familiar o que é mais drástico. Quero deixar a título de sugestão, que fique no documento desta Audiência Pública, a verificação junto ao Executivo de como andam as ações do Pacto Nacional de enfrentamento à violência doméstica e familiar. O pacto tem sido esquecido em todos os encontros que promovemos. Temos que bater em cima dessas ações, o que já foi feito, coisas que foram feitas e precisam ser mais divulgadas, o que está sendo planejado para este ano ou ano que vem. O pacto já tem dois anos que foi assinado, nele consta a previsão para reforma para delegacias, tanto para DDM quanto para o núcleo. É bom saber que

tem uma previsão para construção de novas delegacias, isso é urgente porque a estrutura física é extremamente precária, não dá para atender de forma humanizada. Então, se existir alguma ação que faça parte do pacto, que o Estado é signatário, está na hora de divulgar quais foram de fato implantadas e que ainda vão ser implantadas esse ano e no ano que vem quando possivelmente vai ser renovado esse pacto. E outra coisa que gostaria que fosse registrado, nos encontros anteriores ficou pendente a elaboração de uma agenda para encontros regulares dos órgãos que compõem a rede de atendimento à mulher. Precisamos sentar para discutir a política pública que existe e cuida para que ela seja implantada, porque isso cabe tanto ao Executivo Estadual quanto ao Municipal. O município está na frente em termos de políticas públicas porque tem uma cordenadoria só para isso, para pensar nas políticas macron. Está na hora de esquecer rivalidades, partidismos, questões políticas partidárias, e nos sentarmos, com os profissionais dos órgãos que compõem a rede de atendimento à mulher, os profissionais que metem a mão na massa mesmo para pensarmos como é que podemos fazer em favor da mulher, vítima de violência doméstica familiar e no espaço público. Como lembrou o Doutor Jefersson, o assédio moral está presente, a mulher se cala porque é quase impossível provar esse tipo de assédio, precisamos macificar informações, é por isso que vou para as escolas públicas da periferia dar palestras com a intenção de atingir, através de informação e posteriormente com conhecimento, essa mulher que não tem acesso à informação de que existe Legislação, que a rede existe, funcionam de forma precária, mas existem. É a cobrança dela que vai fazer com essa rede funcione a contento. Então, Deputada, vamos pensar numa agenda para reunirmos saúde, educação, assistência social, SETRABS, que cuida do abrigo e que já poderia já estar fomentando o centro de referência. O CHAME não pode ser o centro de referência deste Estado, Roraima é um dos pouquíssimos Estados que não possui um centro de referência de atendimento à mulher. O CHAME é muito pequeno, não consegue dar conta da demanda que vai direto para o CHAME, e ainda tem o doutor Jefersson, que precisa do nosso apoio. Sempre nos manda casos para estudo de causa, mas as nossas psicólogas e assistentes sociais não dão conta. São mais de três mil atendimentos. Será, que não está na hora de esquecermos políticas e cobrar efetivamente um centro humanitário de apoio à mulher no Estado? Essas eram minhas considerações e firmar nossa parceria com a Doutora Elaine, que me deu a boa notícia de que vai sair a promotória, isso irá fortalecer a rede. Sou engajada, gosto do que faço, de atender a mulherada, atender os homens, não existe nenhum setor que atenda homens, sou a única. Coloco duas horas do meu dia para ouvir o homem, ele nem sempre é o monstro. É o agressor e precisa do tratamento que o Estado ainda não oferece, vamos pensar nisso, Obrigada.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella

– Com a palavra para considerações finais, Coronel Waney.

Coronel Waney – Quero agradecer mais uma vez a oportunidade. A SEJUC está de portas abertas, e o que for de responsabilidade da SEJUC, quero informar à promotora Elaine Cristina, (inaudível) pessoas que realmente precisam de uma proteção especial, tendo em vista a discriminação que a sociedade dá para esse tema. Outra situação, mas vou indagar o doutor Ademir Teles, com relação ao objetivo da punição pecuniária para os pais que não buscam seus filhos, de quinze em quinze dias de forma regular, se é afastá-lo definitivamente depois que ele pague essa multa ou obrigá-lo a pegar o filho, que ele virá de forma revoltada atender o filho, só por uma determinação judicial. Vejo, no momento em que um pai, que já não tem um afeto filho, porque demonstrou isso no momento em que não foi pegá-lo de quinze em quinze dias, então no segundo momento ele vai obrigado. Será que vai sentir algum afeto pelo filho depois de pagar uma multa? Talvez nem tenha o dinheiro do pagamento dessa multa. (Outra pessoa fala) Ele vai ser obrigado, além de pagar multa, depois de quinze em quinze dias pegar o filho, será que isso vai ser uma forma de conseguir com que ele transmita afeto, como queremos, para os filhos. Essa é minha posição. Fiquei muito feliz de ter sido convidado, estou muito atento às questões sociais, e a SEJUC está trabalhando muito em prol da proteção da sociedade Roraimense, inclusive, trabalhando junto às instituições Federadas, Ministérios e as Secretarias Especiais, para atrair recursos para o Estado, visando implementar algumas ações protetivas e de Defesa da nossa Sociedade, muito obrigado.

Promotor Ademir Teles – Nós, os seres humanos, não ultrapassamos limites que nos são impostos, ou por questão moral, ou por questão protetiva, é sempre assim. Ou a questão moral que nos freia, ou o medo de ser punido. O homem que abandona seu filho, faz o abandono afetivo, é tão ou mais cruel, do que aquele homem que

abandona no aspecto material. No aspecto material nós punimos, no aspecto afetivo esquecemos. Se ele vai pegar seu filho com amor e carinho, somente a convivência entre eles é que vai dizer isso. Muitas vezes, o marido faz esse abandono dos filhos, não porque não gosta dos filhos, mas é para atingir a mulher, é para atingir o outro. Assim como a mulher, muitas vezes, toma determinadas posições para atingir o ex-marido, o pai dos seus filhos. Então, a ideia que temos, é que não há como falar em afeto ou até saber se existe afeto, se estiver distante, é necessário que se coloque essas partes juntas, essas partes precisam ter convivência, é um direito das crianças conviverem com seus pais, mesmos separados. Quem é que sabe como essa relação vai evoluir daqui para frente. Essa relação pode se tornar numa separação futura de nunca mais se verem, ou uma relação de intensa amizade entre pai e filho, um intenso amor. E só será possível isso com a convivência de ambos, e não com a separação. A mãe ficando sem ter o que fazer, os filhos sem ter o que fazer, e o Poder Judiciário sem impor nada. Desse jeito está ruim, nós precisamos melhorar. Então, há obrigatoriedade nesse aspecto. Segundo, se não tem jeito, puna financeiramente esse pai, não é aplicar multa, é indenização por dano moral até para que essa mãe possa tratar decentemente esses filhos, se for necessário, com psicólogo, um **ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PELA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA FAMÍLIA, DA MULHER, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, E DO IDOSO E DE AÇÃO SOCIAL EM 09 DE MAIO DE 2011.**

Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, às nove horas e cinco minutos, na Plenário Walério Magalhães, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico 202, realizou-se, Audiência Pública, requerida pela Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social com o Tema “A Violência Doméstica como Fator de Desagregação Familiar”, sob a Presidência da Senhora Deputada Angela Águda Portella. Por determinação da Presidência da Comissão, a Ata será transcrita na íntegra.

COMPOSIÇÃO DA MESA:

Senhora Presidente Deputada Angela Águda Portella

– Convido para compor a mesa: Coronel Waney Raimundo Vieira Filho, representante do Senhor Governador do Estado, José de Anchieta Junior; Senadora Angéla Portela; Doutor Jefferson Fernandes, juiz titular do 5º Juizado Especial; Deputado Jânio Xingú, Presidente do CHAME; Padre Gian Franco Graziola, representante da Diocese de Roraima; Doutora Maria Aparecida Tavares, Delegada Titular da Delegacia de Defesa da Mulher; Doutor Ademir Teles Promotor de Justiça.

I – ABERTURA DA AUDIÊNCIA

Senhora Presidente Deputada Angela Águda Portella

– Havendo quorum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro abertos os trabalhos da Presente Audiência Pública, com o Tema A Violência Doméstica como Fator de desagregação Familiar. Senhoras e Senhores, damos boas-vindas a todos os convidados que atenderam ao convite desta Comissão, para participar desta Audiência Pública. Agradeço, também, a presença de todas as pessoas que se encontram na galeria. Vivemos uma época que parece reinar os contra-valores, em que é rotineiro ler nos jornais e assistir nas tevês inúmeros casos de violência doméstica. Diariamente sabemos de um caso aqui outro ali de que mulheres, crianças, idosos sofrem violência física, psicológica, muitas até com o fim trágico, que é a morte. Essa problemática grita por soluções, por ações seja do poder público ou da sociedade civil organizada. Porque se engana quem pensa que só as famílias carentes sofrem com a violência doméstica. Não! Ela está presente em lares de todas as classes sociais, cultura, religião. É uma problemática universal que atinge a cada dia mais pessoas e famílias. E como ficam essas famílias? Eu penso que não seja fácil vivenciar que a pessoa que seria o protetor emocional e econômico de uma casa, está sendo o seu agressor, o agressor do seu filho. Eu penso que não deve ser fácil sofrer violência física, psicológica e até mesmo sexual. Nesse contexto amplo de violência que está no lar e que vem de todos os lados, mãe, pai, filho, filha, avó, vem outras problemáticas que estão arraigadas, que são: a dependência financeira, emocional, o medo, a vergonha, a fé e esperança da pessoa ama em achar que aquele episódio nunca mais se repetirá. Tenho certeza de que existem muito mais casos de violência seja contra a criança, o adolescente, a mulher ou o idoso, que estão acontecendo silenciosamente. E o que acontecerá com esses lares? O que serão dessas crianças que presenciam sua mãe, irmão ou ela própria, apanhar, ter seus direitos de segurança violados. E o pior de tudo, por alguém que ama, que deveria proteger e cuidar. Não dá para falar de violência doméstica, de violência em geral, de outros problemas que

estão sendo noticiados diariamente como o bullying, como a violência no trânsito, sem falar de família, sem falar de valores. A desagregação da família tem arruinado muitos lares, tem levado jovens as ruas, as drogas. Lamentavelmente, a cada dia tudo isso aumenta. Então, o que eu proponho é que discutamos a violência e todas as consequências que elas causam no seio das famílias. A partir do que discutirmos hoje vamos formar uma rede de solidariedade. E porque solidariedade? Porque por meio dessa rede de solidariedade cada instituição, seja pública, privada ou cada indivíduo da nossa sociedade vai se comprometer a olhar para o próximo seja este um conhecido ou um desconhecido com um olhar diferente, não vai mais ser omissivo ao quer ver ou ao que ouve falar. E podemos contar com tanta gente, com a comunidade, associações de bairros, as escolas que é um local de grande importância, os programas sociais que fazem um trabalho de corpo a corpo em toda a cidade, aos funcionários do Programa Saúde da Família que estão nas casas diariamente, a igrejas independente do segmento que sempre têm uma palavra de conforto e amor. Eu convoco a todos a serem sensíveis a esta causa.

Então, senhores e senhoras aqui presentes, vamos refletir, vamos nos colocar no lugar do outro e vamos nos sentir parte dessa problemática. Eu alimento um sonho de que em breve vamos ler nos jornais e ver nos noticiários que a violência doméstica em nosso Estado tem diminuído, principalmente depois da rede de atuação que vamos nos propor a criar. Eu e todos vocês seremos agentes multiplicadores de solidariedade e quem sabe ouso falar que seremos referência para todo o Brasil. Muito obrigada

Senhora Presidente Deputada Angela Águda Portella

– Esclarecemos aos senhores deputados que, de início, farão uso da palavra os Senhores Convidados e, em seguida, será franqueada oportunidade aos Senhores Deputados presentes, para seus questionamentos. Para tanto, solicito aos Senhores que fizerem uso da palavra, usar o microfone, pois, esta audiência está sendo gravada, para posterior transcrição da ata, com o tempo de cinco minutos para cada pessoa. Com a palavra o Doutor Oleno Matos, Defensor Público do Estado.

Doutor Oleno Matos (Defensor Público)

– Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Angela Águda Portella, em nome de quem cumprimento os demais Deputados Estaduais presentes. Excelentíssima Senadora Angela Portela, em nome de quem, cumprimento todas as autoridades e pessoas presente neste evento, pouco tempo atrás estávamos reunidos na Ordem dos Advogados do Brasil, em uma Audiência Pública, discutindo a temática da violência doméstica especialmente contra a mulher, isso se deu através também de providências da Assembléia Legislativa, bem como do CHAME, que na época promoveu Audiência Pública, durante a qual, lembro, tiramos uma carta que tinha como principal objetivo a devida implementação do Juizado da Violência Doméstica Contra a Mulher, no Estado, já que o Estado de Roraima era um dos poucos Estados do País que não possuía esse juizado. De lá para cá, vimos a efetiva criação do juizado do qual o doutor Jefferson é o Juiz Titular; a Doutora Elaine, uma das Promotoras, ainda, conta com dois promotores e dois defensores atuando: o doutor Wallace e a doutora Jeane. Então vimos um sonho se tornar realidade, mas, verificamos também, que assim a violência deixou de ser reinante e aí voltamos a debater a questão da violência sob prisma mais elevado que é a violência não só cometida contra as mulheres como também contra a criança, enraizada, infelizmente, dentro da nossa família e da sociedade. Acho que este é o momento de debatermos, principalmente, melhorarmos a implementação da rede de proteção a esse tipo de violência. Aqui se encontra o nosso Secretário de Segurança, delegados que atuam nessa temática com amplo conhecimento sobre o que vamos debater aqui e quais os mecanismos que se podem implementar. Quando se fala em violência, enfoca-se muito as estatísticas, e tenho verdadeira ojeriza a números, tendo em vista que, estamos lidando com pessoas com problemas que no futuro podem se tornar uma bola de neve com consequências danosas para a sociedade, a exemplo dos índices de criminalidade, que vêm aumentando cada vez mais. Então, a rede que pretendemos aqui discutir e, quem sabe, em curto prazo implementar, acho que passa primordialmente pela educação de nossas crianças e jovens, não adiante incitar um debate de tamanha grandeza sem colocar dentro dos objetivos principais a educação. Esse debate tem que ser levado para dentro das escolas, todos os atores envolvidos: Defensoria, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Secretária de Segurança, Secretaria de Educação, informo que a Defensoria, junto com a Secretaria de Educação, está implementado um convênio para um Projeto que eu almejava implementar antes do final de minha gestão. E, graças a Deus, estamos conseguindo: O Defensor amigo da Escola, projeto que consiste, através da Defensoria, levar ao conhecimento de alunos: Direitos em

geral, qual o papel do Defensor, qual o papel da Defensoria, do Ministério Público, do Promotor, como a Justiça funciona, a questão das drogas. Temos que dar ocupação aos nossos jovens, pois os problemas das bebidas e das drogas ocorrem principalmente por isso. A grande maioria de nossos jovens vê a escola somente como uma obrigação ou como compromisso firmado com seus pais e sociedade. E com raríssimas exceções, o nosso jovem está indo para escola buscar conhecimento, o qual, sabemos, é necessário para sua formação. Vemos nos jornais, alunos agredindo fisicamente os professores, existem professores que têm medo de dar aula, se for fazer um levantamento pode-se constatar que tem inúmeros professores sofrendo da síndrome do pânico, não aguentam mais ir para sala de aula, servir de chacota para esses alunos, serem ofendidos verbal ou fisicamente. Eu estou dando ênfase muito à questão da criança, porque, nesse ponto, sinto que estamos muito mais desprotegidos do que no âmbito da violência contra a mulher, felizmente temos hoje o Juizado, com grande atuação, o CHAME que tem um brilhante papel. Tive a oportunidade junto à Deputada Marília, quando da implementação do CHAME em nosso Estado, estivemos no Amazonas conhecendo a estrutura de lá. E por incrível que pareça, em pouco tempo da implantação do CHAME em Roraima, o nosso, causa inveja aos demais, tanto da Bahia, do Amazonas e outro que por ventura já tenha sido instalado. Neste Estado, deu certo, a parceria foi muito forte com os setores envolvidos da justiça e o CHAME veio colaborar ainda mais com a busca incessante pela diminuição dos números alarmantes no que diz respeito à violência doméstica contra a mulher. E o mais interessante é que existe todo um trabalho de proteção também ao agressor e à família em geral, e é esse o foco que temos que ter, não só punir e esperar que uma prisão vá por si só resolver a questão do problema familiar. A problemática é muito maior do que simplesmente desagregar o agressor da família e esperar que com essa atitude resolva tudo. Acho que tem que ser trabalhado a educação que é o ponto primordial de tudo, e espero que, ao final, possamos, na formação da nossa carta, mandar recados para quem é de direito. E, aí, também, falo em nome do Governo do Estado, porque, tenho certeza, ele junto com a Secretaria de Educação não medirão esforços para implementar qualquer medida que venhamos aqui indicar como favorável ao combate de qualquer tipo de violência doméstica. Então, assim como foi a criação do juizado e do CHAME, em dois mil e treze, estaremos debatendo números de sucesso daquilo que for apurado e decidido como meta a ser atingida pelo nosso Estado. Obrigado pela atenção.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella

– Com a Palavra a Senadora Ângela Portela.

Senadora Angela Portela: Bom-dia a todos e a todas quero cumprimentar a mesa, em nome da Deputada Angela Águida Portella, minha xará, quero lhe parabenizar pela realização desta Audiência Pública, como Presidente da Comissão da Mulher, da Infância e da adolescência, do Idoso e da Família. Acho muita oportuna sua preferência por esta Comissão aqui na Assembleia Legislativa, porque, sem dúvida nenhuma, uma mulher à frente desta Comissão vai poder, com sua sensibilidade e conhecimento a respeito dos sérios problemas com a violência doméstica e familiar contra a mulher, contra o idoso, e contra a criança e o adolescente, vão ser de fundamental importância, para que o nosso Estado avance em mediadas que possam contribuir para amenizar os índices preocupantes de violência contra a mulher Roraimense. Assim, quero mostrar alguns dados do Brasil e de Roraima, que trouxe para que possamos analisar, obviamente, que aqui estão os que têm conhecimento profundo dos números da violência contra a mulher em Roraima. Mas, mesmo assim, fiz questão de trazer para fazermos uma breve avaliação para definirmos estratégias de ações em conjunto para solucionar essa problemática que dificulta o relacionamento saudável nas famílias de Roraima e atrapalha a formação de nossas crianças tendo em vista que em um ambiente familiar perigoso que apresenta violência, a tendência é que a criança sofra e reproduza essa violência, vivenciada na infância e na adolescência, na sua vida adulta. Existem estudos e pesquisas que mostram quão perigosa e ruim para nossas crianças a convivência em um lar desarmonioso onde a violência predomina. Estudos mostram claramente que existe uma tendência para o uso de álcool, baixo desempenho escolar, como foi colocado pelo doutor Oleno, que a importância da educação é fundamental na família, mas se a mulher é vitimizada diariamente terá dificuldade de conduzir a educação dos seus filhos, cuidar para que seus filhos não sejam negligenciados. É muito difícil, tendo em vista, que a mulher se encontra fragilizada emocionalmente e convive em um ambiente que lhe deixa insegura e despreparada para conduzir sua família, que é o local onde a criança

recebe os primeiros ensinamentos e internaliza valores morais, éticos e o senso social. Dessa forma, a violência doméstica é um fenômeno complexo porque envolve todos os integrantes do núcleo familiar. Por isso acho muito importante que a Deputada Ângela, como Presidente da Comissão, esteja abrindo esta discussão com a sociedade civil organizada, com o judiciário aqui presente para definir estratégias, direcionar ações efetivas, duradouras, continuadas, sistematizadas para proteger e amparar a mulher vitimizada em nosso Estado. A violência doméstica é resultante de três fatores: Social, cultural e Pessoal: No Cultural, observamos os estereótipos que consideram como natural no ambiente familiar o homem agredir a mulher, porque todos nós sabemos que a violência doméstica é principalmente contra a mulher; No social, observamos o desemprego, doenças no lar etc. Temos também dados da central da Mulher, da Secretaria de Polícias para a Mulher que é o Ministério da Mulher ligado à Presidência da República, dados de atendimentos, referentes a dois mil e nove e dois mil e dez, mostram que de um ano a outro houve oitenta e dois por cento de aumento de atendimentos de violência contra a mulher, onde a grande maioria dos atendimentos diz respeito à violência de toda ordem e a maior reclamação do atendimento é com relação ao trabalho dos Policiais envolvidos da Segurança Pública. Há, pois, muita necessidade de capacitação, formação do Sistema de Segurança Pública, no sentido de preparar os agentes que atuam para receber mulheres vitimizadas, para que elas sejam tratadas com respeito e dignidade no momento em que buscam e tomam a decisão de se livrar da condição de violência em que vive. Houve em dois mil e dez cinquenta e oito mil setecentos e trinta e quatro ocorrências de lesão corporal, quarenta e sete por cento das mulheres que procuram esse atendimento no Brasil inteiro, dados da Secretaria, possuem nível fundamental de escolaridade. Portanto, a grande maioria tem baixa escolaridade. Cinquenta e três por cento tem de vinte a vinte e cinco anos de idade, e quase sessenta por cento, se declaram pardas ou pretas. Os números mostram que setenta e dois, virgula, dois por cento das mulheres que sofrem violência, os filhos presenciavam atos de violência contra a mãe. Observei que os dados de Roraima mostram números muito mais elevados. Em Roraima, no primeiro trimestre deste ano o registro foi de setecentos e vinte e oito atendimentos na delegacia de Defesa da Mulher. Em dois mil e dez, foram mais de três mil atendimentos. Então, observamos que há um crescimento nos índices de violência contra a mulher aqui em Roraima apesar de algumas ações e iniciativas como o CHAME que já teve oportunidade de presenciar resultados do trabalho que lá é realizado. Quero parabenizar os profissionais envolvidos, o Deputado Xingú que é o Presidente, muito importante contar com homens também na luta de combate e preocupados em diminuir esses índices. Resultados do Núcleo da Proteção da Criança e do Adolescente indicam que a cada dia, cinco crianças são vítimas de violência sexual em Boa Vista, cento e cinquenta por mês e mil e oitocentos a cada ano, são dados muito preocupantes. Estudos e pesquisas mostram as consequências dos maus-tratos na infância a saber: Ansiedade, depressão, deficiência de relacionamento, comportamento agressivo, timidez, isolamento social, distúrbios do sono e do apetite, baixa performance social e intelectual, abusos de álcool e drogas, são muitos. Danos à mulher na convivência familiar em um ambiente de violência: Dificuldade adaptativa, morte, isolamento social, insegurança, depressão, distúrbios do sono, baixa autoestima. Podemos observar que todas essas consequências podem gerar no ambiente do lar problemas sérios de adaptação para nossas crianças. Para finalizar, quero observar que apesar da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei Maria da Penha, instrumentos que combatem a violência doméstica e familiar, o Estado precisa aperfeiçoar os mecanismos para enfrentar essas formas de violência, e que, como Presidente da Sub-Comissão da Mulher no Senado Federal, estamos implementando ações dentro da Comissão realizando Audiências Públicas, buscando a discussão, a mobilização com o Poder Legislativo, com o Judiciário, com a sociedade Civil organizada, para que possamos também dar a nossa contribuição efetiva para melhorar, para diminuir os índices de violência contra a Mulher. Considero de fundamental importância essa mobilização para realizarmos um trabalho comprometido, sério, que realmente contribua, em favor das famílias brasileiras e de Roraima para condição de vida melhor. Agradeço a todos, me coloco à disposição, como Presidente da Sub-Comissão do Senado, para realizarmos um trabalho em parceria com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança do Adolescente e do Idoso aqui da Assembleia Legislativa, para em conjunto em ações articuladas, visando o aprimoramento da Legislação, implementar políticas

públicas voltadas para as mulheres em busca de sua autonomia, conseguir aumentar o orçamento federal das ações voltadas para as mulheres. Informo de antiemão a realização da Audiência Pública no Senado com a Comissão Mista de Orçamento para cobrarmos dos Senadores, do Poder Executivo, maior aporte de recursos para as ações voltadas ao combate à violência doméstica, familiar contra as crianças, adolescentes e principalmente contra as mulheres brasileiras. Estou nesta luta com muita ênfase, com muita vontade, acredito que tanto no Senado federal, como aqui na Assembleia, através da mobilização, pretendemos relizar em um trabalho intenso com objetivo de contribuir a amenizar o sofrimento das famílias que vivem em situação de violência. Muito obrigada, abraço a todos.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella – Com a Palavra o Doutor Jefersson Fernandes, Juiz Titular do Quinto Juizado Especial.

Doutor Jefersson Fernandes, Juiz Titular do Quinto Juizado Especial: Deputada Ângela Portella, Presidente desta Audiência pública, Senadora Ângela Portela, demais Membros da mesa, senhores e senhoras presentes, saúdo a todos agradecendo o convite para estar participando deste ato de grande importância com relação a este que chamo de movimento de defesa das mulheres no sentido de proteção física das mulheres. O Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, sediado no prédio das Faculdades Cathedral há aproximadamente quatro meses e, como foi dito pelo Defensor Público Geral Doutor Oleno Matos, existe uma equipe composta de um Juiz que sou eu, duas promotoras, Elaine aqui presente, e Carla Pipa, dois Defensores: Geane Xaud e Wallace. Essa equipe tem se dedicado no cumprimento do papel que nos foi previsto pela Lei. No início da aplicação dessa Lei, pensava muito nas conciliações, reunia-se o agressor e a vítima na tentativa de reconcilia-los. Isso ocorria não só em Roraima, como também em outros juizados. Então, percebemos que a vontade da Lei não é que haja propriamente uma conciliação dos interesses cíveis naquelas audiências, mas a defesa da mulher que sofre violência física e psicológica, e isso, em um processo criminal, por isso voltamos a atenção do juizado para os processos criminais. Hoje, os agressores são perseguidos pelo sistema para sofrerem punições em razão das agressões, e não considerando-o como bandido. Em reunião de Juizes em Brasília, percebeu-se que muitos estavam receiosos na aplicação da Lei, porque o agressor estava sendo considerado um bandido. Na verdade ele era um pai de família, a violência física tem que ser combatida de forma que o agressor seja penalizado criminalmente, caso contrário, incorrer-se-á no erro de deixar a Lei cair no vazio. A medida punitiva deve ser perseguida pelo juiz, pelo promotor, pelo defensor, entretanto, a preocupação da desagregação familiar é constante, essa Audiência Pública tem uma importância tremenda. Penso que o combate à violência doméstica não é causa da desagregação familiar, por vários fatores, ela já está ocorrendo, não temos que ter medo de combater a violência doméstica pensando que o combate à violência vai causar a desagregação familiar, muitas vezes, ela já existe, alguns casais continuam convivendo por uma dependência psicológica e/ou financeira com relação ao ofensor, as questões são distintas, a manutenção da família é uma questão importantíssima na sociedade, e o combate à violência doméstica também. Estamos empenhados, no Juizado, em fazer com que a Lei seja cumprida, tanto no combate, quanto na proteção à mulher e ao oferecimento de condições de recuperação ao agressor, não sei se os números atingidos por nós podem ser considerados relevantes, mas, já fizemos visitas ao CRPH que é o Centro de Recuperação, vinculado à Secretaria de Saúde do Estado e ao SENDIS, que é a Secretaria Municipal que presta serviços sociais, nós estamos atendendo os casais e os encaminhamos para acompanhamento psicológico. Na maioria dos casos o agressor é usuário de drogas ou de álcool e necessita de um acompanhamento médico. Neste momento, em que ratifico e reitero a minha posição de entender que o combate à violência doméstica não causa a violência familiar. Conclamo os órgãos do Estado, para atuarmos juntos nos fatores de recuperação das pessoas. Muitas vezes, a violência doméstica é esporádica, embora grave, mas em um atendimento se consegue uma reestruturação familiar. Me causou estranheza quando comecei a lidar com as questões da violência doméstica, o fato de que, no Brasil, aproximadamente, em dois mil e três, foi editada uma Lei que obrigava médicos a denunciar os casos de violência doméstica e no trabalho. Essa questão da violência doméstica tomou uma amplitude tão grande que a violência contra a mulher ficou esquecida, em consequência vemos hoje, muitas das mulheres que estão aqui podem estar sofrendo. Existe violência psicológica no

trabalho, principalmente, no setor público o que chamamos de assédio moral, mas a legislação não tem tratado dessa questão devidamente, e as mulheres têm a maior dificuldade em serem atendidas pelo sistema judiciário, tendo em vista que o assédio moral é muito difícil de ser comprovado, o fato precisa de reiteração, e quando a mulher vem a ser atendida pelo sistema ela já sofreu horrores psicologicamente, ela já está deprimida. Acredito, que o Estado deve continuar na luta aberta com relação à violência doméstica sem esquecer este outro aspecto da violência contra a mulher no trabalho. É uma sugestão para que nós, enquanto sociedade, pensemos nisso. Muito Obrigado.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella – Com a Palavra o Deputado Jânio Xingú, Presidente do CHAME.

Deputado Jânio Xingú (Presidente do CHAME): Bom-dia, cumprimento o Juiz Jeferson, que tem sido um parceiro do CHAME; a Senadora Angela Portela, que tem se empenhado nesta questão, ninguém mais que ela para conhecer os casos de violência em Roraima, tendo em vista que já foi Deputada Federal, primeira dama e Secretária do SETRABES, conhece bem essa questão; a Presidente da Comissão Angela Águida, minha colega Deputada, tem feito um trabalho muito bonito, com muita coragem, em apenas quatro meses e nove dias de mandato, e já toma a iniciativa de colocar essa Comissão para trabalhar muito. Quando fui chamado pelo Presidente da Assembleia, Deputado Chico Guerra, para Presidir o CHAME, disse a ele, que iria me esforçar muito para o CHAME se tornar um modelo, melhor do que já foi e do que será, determinei para Regina, coordenadora do CHAME, para ser pensado em todos os aspectos, e dessa forma pretendo direcionar a indicação de todas as minhas emendas em prol do CHAME. Comuniquei ao Senhor Presidente, Deputado Chico Guerra, a intenção de fazer uma estrutura de apoio no bairro do Pintolândia, uma obra no valor de um milhão de reais, composta de auditório, espaço físico, onde as mulheres possam, com suas famílias, participar de palestras. E, ainda, este ano vamos adquirir um onibus para fazer o CHAME ITINERANTE. O Deputado Chico Guerra está muito entusiasmado com esse Projeto, que vai atender todas as localidades, levando assistência para aquelas mulheres e famílias que não tem como vir até a sede do CHAME em Boa Vista. Estamos nos esforçando muito para transformar o CHAME em local humanizado, onde as mulheres se sintam protegidas. Tive a sorte de ter nascido numa família, apesar de baixa renda, onde nunca presenciei brigas entre meu pai e minha mãe. Tenho muito orgulho disso, somos sete irmãos e após a morte de meu pai, minha mãe cuidou de todos, nenhum enveredou para o mundo do crime. Hoje sou Deputado Estadual. Dessa forma, minha mãe tem sido uma referência, e me sinto muito empolgado em realizar esse trabalho. Com muita satisfação, através das parcerias com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, com a Delegacia da Mulher enfim, com todos os órgãos, poderemos realizar um grande trabalho e nos tornarmos um espelho no Estado de Roraima, como foi citado há pouco o CHAME de Roraima que é destaque diante dos outros Estados. Tudo isso nos orgulha e dá força para querer realizar muito mais pelo Estado. Se encontram na platéia, profissionais do CHAME, pessoas capacitadas como: Psicólogas, Sociólogas, Advogadas, Assistente Social, que assistem mulheres, muitas vezes, em situação tensa, precisam de intervenção policial. Há pouco, a Senadora estava me dizendo que no Brasil, diariamente, cinquenta e oito por cento das mulheres são agredidas no seu domicílio ou no local de trabalho. Tenho discutido incessantemente a questão da violência com a Coordenadora Regina e demais profissionais do CHAME, e, quando as Emendas, que pretendo colocar, forem aprovadas, para construção do CHAME no bairro de Pintolândia, que servirá para acolher todas mulheres e famílias vítimas de violências do Estado de Roraima. Muito obrigado, que esta Audiência Pública se torne um norte na melhoria de todos os segmentos que cuidam da causa da Mulher.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella – Com a Palavra o Padre Gianfranco Graziola, representando a Diocese de Roraima.

Pe. Gianfranco Graziola (Diocese de Roraima): Saúdo através da Senadora Ângela Portela e a Presidente da Mesa, todas as autoridades presentes, trago a saudação de Dom Roque, que se encontra em Aparecida para Reunião dos Bispos. O Tema da Violência da Mulher, como todas as violências é um tema bastante difícil e repugnante para se tratar, mas é importante que seja tratado, 06 partindo do âmbito familiar que hoje se encontra em processo de mudanças sociais, econômicas, estruturais e culturais. É nesta realidade, que temos que trabalhar a violência, já foi colocado pelo Defensor Geral, doutor Oleno, a importância da educação, mas é necessário que sejam trabalhadas

políticas sérias que forneçam habitação, educação, e aos pais possibilidade de trabalharem eficazmente a realidade familiar, considerada pela Igreja Católica e outras instituições, o berço da sociedade. Portanto, temos um problema estrutural de violência que nasce dentro da família, com causas que já foram citadas aqui como: o alcoolismo, as drogas, mas, também se percebe um certo consumismo existente dentro da família, exemplo: Uma criança pobre que encontra outra criança, portando um celular último modelo, tem vontade de também ter um, e vai procurar por outros meios. Não se pode esquecer, que as famílias se encontram dentro do Sistema Penitenciário, de um lado o pai e do outro a mãe e as crianças em vários abrigos. Há também, outra realidade que se refere à ação de alta e média complexidades do Estado, entre outras coisas eu sou Conselheiro Estadual de Assistência Social e como tal visito essas unidades, temos que fazer um grande esforço para mudar a realidade dessas unidades, temos uma precariedade em nível de políticas sociais, sobretudo nos municípios. No abrigo infantil podemos detectar que existem de sete a oito crianças de um único município do interior, isso quer dizer que as políticas sociais e da família, os CRAS e os CREAS, não estão funcionando no interior do estado e, nesses casos, os problemas vêm para Boa Vista, para o Estado resolver com todas as consequências que poderão vir mais à frente porque a criança desagregada, desaculturada, desenraizada, poderá ser adulto de amanhã violento, e problemático. Portanto, nosso olhar é que seja realmente trabalhada a família e as pessoas como foco de nossa ação. O Juiz disse que não podemos olhar as pessoas como bandidos, e, digo, no nosso Estado não existe uma grande complexidade mesmo no sistema penal, mas podemos chegar lá se for trabalhado esse aspecto educacional e de mediação dos conflitos porque a família hoje é parte desses conflitos, existe todo um processo do Ministério da Justiça em parceria, por exemplo, com a Pastoral Carcerária Nacional, estão criando agentes de mediação de conflitos de uma justiça restaurativa, outros meios que vão criando uma outra visão da pessoa, não como inimigos, existem casos que a pessoa ofendida gosta de ficar em um certo narcisismo, como mudar as relações? Criando novos ambientes e políticas, eu acredito nisso, porque em nome da Diocese eu trabalho com estas questões políticas e sociais, não só no âmbito Estadual mas também no âmbito Nacional nas Comissões de Direitos Humanos, na Pastoral Carcerária Nacional. Nosso Estado, ainda, é pequeno e pode dar passo significativos para combater e modificar esse caminho da violência, na medida em que trabalharmos as causas e colocarmos os elementos políticos sérios para que possamos ter homens e mulheres capazes de dialogar, de conviver e de construir uma rede social que é parte da família onde exista diálogo, sem imposições de pai ou mãe, sem violência numa convivência amistosa e de compreensão para se construir uma sociedade sadia. Claro, que ninguém tem uma receita, a realidade é muito complexa. Existem também os meios de comunicação, como eles trabalham as questões da família, como trabalhamos questões como: sexualidade, psíquica e formação humana, porque são elementos que geram violência e postura de ser, ainda não vi a cartilha, mas aborda a questão da homofobia, disseram que não é muito boa, ainda não tive a oportunidade de ver, mas penso que criar entre as instituições da sociedade civil organizada uma maior colaboração, ainda existe muito antagonismo, isso não quer dizer que não devamos ser críticos porque temos que ser dialéticas para construirmos através das parcerias seja com a universidade, ou o que seja, uma sociedade onde cada um possa enfrentar as dificuldades e complexidades, hoje existentes. Muito obrigado.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella

– Com a Palavra a Delegada Maria Aparecida Tavares Delegada Titular da Delegacia da Defesa da Mulher.

Delegada Maria Aparecida Tavares: Bom-dia a todos, aproveito o momento para cumprimentar os membros da Mesa em nome das Angelas, bem como os compromissados com a causa e os demais presentes, em nome do nosso Secretário de Segurança, o General Eliezer Monteiro, também empenhado e comprometido com a causa. Como já foi bem explanada a violência doméstica e suas causas, seus danos, suas sequelas, muito bem colocado por todos, e não podemos, como já foi dito, pensar em números. Estamos muito acostumados com estatística e esquecemos que estamos tratando de pessoas, para mim, é triste divulgar esta estatística, cima de três mil setecentos e poucos casos aqui em Boa Vista, nosso Estado tem uma população ainda pequena, é privilegiado, local ainda pacífico e harmônico, mas a pergunta é: se existissem apenas quinhentos casos, poderíamos fechar os olhos? Entendo que não, temos que pensar que a violência doméstica envolve pessoas, núcleo de muita importância na sociedade que é a família que compõe a sociedade, se você vem de um berço desarmonioso, você tende a gerar famílias desarmoniosas, a

tendência é que os filhos darão continuidade a essa violência, pela imitação, não aprenderam os valores de uma família bem estruturada. Se eu não vejo pai e mãe se respeitarem, passo a interiorizar que a família é aquilo. É, pois, motivo de parabenizar o Estado, exatamente, através dos órgãos que desenvolvem a atenção à família, temos: A Vara, o CHAME, a Comissão aqui da Assembleia voltada para esse assunto, temos um Conselho que a Tânia representa. Então, acredito que estamos dando passo para coibir a violência, estamos comprometidos em oferecer a essa mulher e famílias roraimenses vitimadas o melhor, como: A paz, a convivência familiar com qualidade. A desagregação não ocorre no momento do rompimento, ela é apenas o limite, ela já era uma família desagregada já anos e anos, convivendo com essa desarmonia em casa. Por isso, não podemos pensar, como o doutor Jefersson falou, que aplicar a sanção, pensar em um fato criminal que envolve a família, é crueldade, ele é necessário, porém naquele momento ele terá que ser punido e, enquanto sociedade, temos que trabalhar essa família, e tenho prazer de saber que o CHAME já realiza este trabalho e, mais feliz ainda, em saber que vai ser extensivo ao interior porque sabemos que não só o interior de Roraima bem como o interior de todos os Estados têm dificuldade de contemplar as famílias com determinadas políticas e programas que, para mim, foi motivo de grande alegria em saber que o CHAME está com o projeto de estender ao interior do Estado, que tem a mesma importância da família da capital. Agradeço a todos a oportunidade de estar aqui e enfatizo a importância de uma Audiência Pública, porque estamos como os pensamentos integrados, dá o que ocorre isoladamente, isto é, há diferença entre o que está se pensando e o que tem para se oferecer na Delegacia. Temos a oportunidade de discutir, de estreitar laços para oferecer o melhor para nossa população, estou aqui para colaborar no que for possível, no que estiver a meu alcance. Bom-dia.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella

– Neste momento ouviremos os participantes cada um, terá três minutos, chamaremos pela ordem de inscrição. Com a Palavra o General Eliezer Monteiro, Secretário de Estado de Segurança Pública.

General Eliezer Monteiro: Bom-dia a todos e todas, saúdo a Deputada Angela Águida Portella, a Senadora Angela Portella e demais integrantes da mesa, e Deputados e público aqui presentes. Na Secretaria de Segurança Pública, buscamos desenvolver o trabalho, ao longo destes dois anos que estou à frente da pasta, em função do que temos chamado de nova mentalidade de segurança pública no Brasil, pautados nos verbos: prevenir, orientar e reprimir: essas ações dentro da democracia brasileira destacamos como papel regulador do Estado, e fico muito feliz de ver que os órgãos que compõem o nosso Poder Público brasileiro, como: Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e demais segmentos da sociedade brasileira, todos têm procurado cumprir o seu papel. Não quero ser repetitivo em função do que foi falado, mas podemos pautar, fazendo um breve resumo em função do que sentimos na secretaria junto com os órgãos do sistema de segurança pública. Quando não há planejamento familiar, aquela desagregação se transforma num caso de polícia, assim precisamos de maneira bastante forte, mas não imperativa, de uma ação de orientarmos o planejamento familiar, precisamos como papel regulador de fato realizar essas ações, não só os órgãos do Estado como também as comunidades. Temos um exemplo claro, existem seis conselhos comunitários de segurança organizados no Estado de Roraima, especificamente aqui em Boa Vista, destes seis somente um é atuante. Hoje ele realizara um evento voltado para violência no trânsito com o envolvimento das mães, como ficam as mães neste momento da violência do trânsito. Então, o planejamento familiar, o papel dos conselhos comunitários, o papel da religião, o Brasil é um país cujo percentual altíssimo de católicos, de Igrejas Evangélicas, nós somos um povo religioso, temente a Deus. Então, o papel da religião é fundamental para que essa orientação venha acontecer, estou falando em coisas subjetivas antes de falar no papel das polícias, dos órgãos de segurança pública, porque precisamos trabalhar para evitar que a violência existente na família venha se transformar em algo que não gere caso de polícia. Outro aspecto que não foi comentado aqui foi com relação ao papel da mídia que é fundamental, tendo em vista que, ela está presente na cabeça das pessoas, crianças, adolescentes e adultos quase que vinte e quatro horas, hoje existe mídia em celulares. Então, ela precisa assumir um papel de prevenção e orientação. Gostaria relembrar, acho que alguém tem a idade parecida com a minha que recente completei cinquenta e seis anos de idade, fui criado no Ceará,

enquanto criança assistia ao desenho animado do Popay, da Olívia e do Bruthus, Popay e o Bruthus brigavam pela Olívia, é claro, que o Popay sempre que comia o famoso espinafre conseguia vencer as lutas, mas Bruthus era uma ignorância só, e sempre agia primeiro na Olívia. Vejam, fui criado assistindo Popay e não foi gerado em mim um fator sequer de violência dentro da minha casa contra a minha mulher ou contra os meus filhos. Aquela história que o homem é produto do meio, Padre Gianfranco, é importante, mas eu sou contra essa afirmação, o homem não pode ser produto do meio, o homem é produto daquilo que ele acha que deve ser. Muitos jovens que são criados em ambientes familiar de menor poder aquisitivo, e não se transformam em pessoas que querem em função do consumismo os bens que não lhe pertencem, alheios, o que faz com que o homem seja produto dele mesmo é exatamente o que ele tem no dia a dia. Volto ao papel importantíssimo da família, de podermos como agente do Estado atuar para que o papel regulador do Estado possa ser sentido. Gostaria de destacar mais um aspecto, este país com ideais de democracia há mais de vinte e cinco anos que está devidamente se consolidando. Destaco isso em função de minha formação militar, pois precisamos ser mais ágeis na nossa democracia em alguns momentos, temos seríssimas dificuldades. A doutora Aparecida, aqui presente, além de outras delegadas, conhecem as dificuldades para colocar na cadeia pessoas que são suspeitas, porque somente depois do julgamento é que podemos dizer que são os autores, de envolvimento em crimes ou de práticas. Temos dificuldade de dar rapidez nos procedimentos. A democracia brasileira precisa de instrumentos mais rápidos como: Investigações mais celeres, respaldadas pela polícia judiciária, Ministério Público com rápidas decisões judiciais para os que desobedecerem a organização da sociedade possam ser penalizados. Por último, gostaria de destacar, de maneira bastante decisiva, o esforço notório do Poder Legislativo de nosso Estado no tocante à participação em eventos com esses sentimentos que precisamos organizar dentro de nossa sociedade. Há pouco, foi realizado um seminário sobre saúde, temos conhecimento de que está se organizando seminário sobre segurança no trânsito, estamos em Audiência discutindo violência doméstica. Então, o papel que esperamos dos gestores públicos e dos demais poderes do Estado, é trabalho conjunto para sociedade melhor. Tem muito a ser feito e melhorado, mas o mais importante é enxergarmos nossas deficiências, procurando corrigi-las de forma atuante e não ficarmos somente jogando pedras nas vitrines. Hoje somos vitrines, amanhã poderemos vir a sermos jogadores de pedra, e vice-versa, vamos juntos trabalhar para construir uma sociedade positiva e de sucesso. Muito Obrigado.

Senhora Presidente Deputada Angela Águia Portella – Neste momento passo a palavra ao Coronel Waney Raimundo, Secretário de Justiça e Cidadania, Secretário de Estado de Segurança Pública.

Coronel Waney Raimundo – Senhoras e Senhores, Bom dia a todos, cumprimento a Deputada Angela Águia, a Senadora Angela Portela e os demais membros da mesa, autoridades presentes e o público. Para nós, da SEJUC, é um prazer estarmos aqui, agradeço o convite. Estamos trabalhando na Secretaria para humanizar as questões penitenciárias que é um problema gravíssimo o Estado brasileiro. Semana passada em reunião da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em Brasília, conversando com a Ministra Maria do Rosário e Secretários de todos os Estados Brasileiros sobre a criação de um fórum para autoridades de Direitos Humanos, visando trabalhar na defesa desses direitos. Esse fórum não tem o objetivo de descaracterizar qualquer outra ação que estiver sendo realizada, mas fortalecer as ações de direitos humanos no Estado brasileiro que precisam se proteger com ações preventivas e repressivas das questões internacionais. Existem condenações que o Brasil sofreu pela Corte Interamericana, e isso preocupa a Secretaria de Direitos Humanos e o Estado Brasileiro como um todo. Percebe-se, então, a necessidade de ser trabalhada no Estado a Prevenção, a orientação e por último a repressão. A família, como célula-mater da sociedade, deve estar em primeiro lugar sendo orientada por todas autoridades, pelos pais para, quando ocorra um casamento, haja uma união estável, saibamos o que estamos fazendo. A bíblia fala, que o casamento é para sempre, pelo que devemos buscar e primar. E a responsabilidade através da Escola, da Igreja, do esporte, da cultura e do lazer e a promoção dessas atividades, e, portanto, deve ser uma preocupação não só das autoridades como também da sociedade civil organizada. Dessa forma vamos filtrar a violência que vem ocorrendo em nosso País. No Anexo I da Penitenciária, que é a Cadeia Pública Feminina de Boa Vista, conta com um tratamento especial para nossas reeducandas, em número de cento e quarenta. Quanto à ala-mãe existe preocupação em desenvolver

ações com o objetivo de melhorar aquele local de cumprimento de pena, devido a alguns problemas, mas o governador já autorizou que empenhemos a reforma da cadeia pública feminina. A previsão é estar até o final do ano com aquela cadeia pronta, para que nossas reeducandas tenham condições dignas de permanecer cumprindo suas penas. Como não temos nenhuma fuga registrada na cadeia pública feminina, mostra que existe uma consciência das reeducandas no cumprimento de suas penas, demonstra que estamos procurando oferecer condições para que isso se realize. E, por último, informamos que na ala de número onze, dentro da penitenciária masculina, destinada a agressores de mulheres, que ficam junto com os infratores de trânsito, com o objetivo de oportunizar as reconciliações, as mulheres têm buscado visitar os maridos na penitenciária, mesmo que no primeiro momento tenham sido agressores, temos que realizar um trabalho com assistentes sociais, psicólogos com o objetivo de unir novamente essas famílias e evitar que aconteçam novos crimes dessa natureza. Então, a SEJUC do Estado de Roraima vem trabalhando em prol dessa realidade. A orientação do Governador José de Anchieta é que tenhamos um cuidado especial na questão do trato com os crimes contra a mulher. Agradeço a oportunidade, e através de convite, e estamos abertos para discussão. Muito obrigado.

Senhora Presidente Deputada Angela Águia Portella

– Gostaria de pedir desculpas à Doutora Elaine Aparecida, na verdade, a nossa discussão é sobre violência generalizada contra a família, não só contra a mulher, então desculpas pela minha falta de experiência. Espero que a Senhora nos contemple com sua participação, obrigada. Pela ordem de inscrição, com a Palavra a Sra. Francisca Veras Maciel da Federação Espírita Roraimense

Sra. Francisca Veras Maciel (Federação Espírita Roraimense)

– Cumprimento a todos, e agradeço pela oportunidade, em nome da federação Espírita Roraimense, para participar deste encontro tão importante, levada a efeito pela Assembleia para o direcionamento da nossa sociedade em favor da paz e do bem. Quero comunicar a todos que a Federação Espírita Brasileira mantém campanhas permanentes, através das vinte e sete Federativas Espíritas Estaduais, em favor da paz, contra a violência sobre qualquer aspecto. Essas campanhas são desenvolvidas em todos os estados, visando a defesa da vida, contra o aborto, contra a eutanásia, contra o suicídio, e contra a violência em todos os aspectos. Direcionamos esse atendimento de forma particularizada, através das aulas de evangelização, que acontecem semanalmente nas casas espíritas que se organizam com o objetivo de trabalhar a criança, o jovem e o adulto em busca do conhecimento, da verdade e do bem, trabalhando cada vez mais a questão da paz na família, entendendo de forma bastante ampla a importância da família. É importante, ao trabalhar essas questões íntimas, envolver o psicológico no sentido de se buscar equilíbrio através da convivência fraterna, percebemos a grande importância da mobilização da sociedade em busca da paz no convívio, familiar considerando as orientações do grande amigo para tratar as pessoas dentro da nossa casa como se fossem visitas. Partindo desses princípios, trabalhamos com muita seriedade as orientações dadas pelo mestre maior, conhecido por todos, Jesus, quando trata da Lei de amor e de caridade. Então, queremos deixar aqui o nosso interesse em participar através das ações que os governantes deste Estado possam promover. Estamos sempre à disposição para lutar em favor da paz, acreditando que a paz do mundo começa dentro de cada um de nós, muito obrigado.

Senhora Presidente Deputada Angela Águia Portella

– Com a palavra Doutora Dolani Patrícia Santana, representante da OAB.

Doutora Dolani Patrícia Santana (Membro da Comissão da Mulher da OAB/RR)

– Bom dia a todos, cumprimento todas as autoridades presentes, em nome da Deputada Ângela e da Senadora Ângela Portela. Parabênizos a iniciativa de um trabalho como este, certamente contribuirá no combate à violência doméstica. Levamos em consideração, nesta manhã, que a violência ocorre entre pais e filhos, entre irmãos e entre avós e netos. Realmente a violência doméstica hoje, é motivo de desagregação familiar. É importante levar em consideração que a violência doméstica, não é apenas física, muitas vezes, é psicológica e sexual, e graças a Deus está despertando atenção e iniciativas no combate pelas autoridades. Faço parte da Comissão da Mulher e Direitos Humanos da OAB, inclusive temos um programa na Rádio Roraima sobre o direito do cidadão roraimense, visando manter a população da capital e do interior informada sobre ações desenvolvidas pelo CHAME, com orientação à população para que saiba como agir nessas situações, uma vez que hoje um grande

problema no combate à violência doméstica é o medo, a falta de informação, muitas vezes, o agressor é prezo mas ele volta mais agressivo ainda. E, mais grave é aquela mulher que continua com o agressor por questões financeiras. No programa da rádio, todas as quintas feiras com a Sônia Cabral, informamos que o agressor tanto pode ser prezo como afastado da família, para que não a agrida novamente, além disso a mulher não precisa ficar com o agressor pela dependência financeira, a pensão alimentícia que muitas vezes não pode ser paga pelo pai da criança, mas os avós têm obrigação de pagar. Então, existem meios para que a dependência financeira não seja tão grande a ponto de permanecer com o agressor pelo resto da vida, simplesmente porque não tem condições de criar seus filhos e manter o alimento na mesa todos os dias. Entendo, que essa iniciativa é muito importante, desde já quero me colocar à disposição, como membro da Comissão da Mulher e dos Direitos da OAB, no combate à violência doméstica contra a mulher, à criança, ao idoso, porque isso não pode continuar, precisamos valorizar as pessoas em especial a família. É necessário resgatar os valores primordiais da família, a Constituição Federal garante a dignidade e a integridade da pessoa humana, que é esquecida quando ocorre da violência doméstica. Queremos nesta manhã dizer que a informação é muito importante bem como iniciativas como esta de hoje além da cooperação de cada um de nós como: Ministério Público, Delegacias, Assembleia, Senadora, Defensoria Pública, Igrejas aqui presentes, enfim, se continuarmos nos unindo no combate à violência doméstica em nosso Estado, com certeza, iremos conseguir amenizá-la ou extirpá-la, porque a união faz a força, desde já me coloco à disposição para que em outras oportunidades eu possa colaborar no que for preciso para que o combate a esse crime seja uma realidade em nosso Estado.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella

– com a palavra a Senhora Regina pedagoga, representante do CHAME

Senhora Regina Maria Coimbra (Coordenador do CHAME)

– Bom-dia a todos, saúdo a Deputada Ângela, em nome da mesa, e o Deputado Xingú que é nosso Presidente. Gostaria de apresentar uma reflexão sobre a estrutura familiar e seus valores, a começar pelos livros didáticos que ilustram a estrutura familiar com um pai sentado à cabeceira da mesa de jantar, a mãe ao lado e os filhos do outro, antigamente ainda havia uma senhora morena ou negra servindo a mesa. Convivemos até na década de oitenta ou até noventa com essa figura nos livros didáticos. Hoje, é importante a reflexão sobre esses valores, que família nós temos? Como é composta a família do século XXI? Isso é complexo. Temos que ter isso em mente para começarmos alguma coisa. Hoje, o retrato da escola, quanto aos momentos pedagógicos, os pais ou responsáveis são chamados para participarem das atividades didáticas de seus filhos, apenas aparece um por cento dos pais, então, deduzimos que aquela família não apresenta a figura do responsável, não tem um pai ou uma mãe, conforme a escola se refere como responsável. Levando também em consideração, e essa é uma pesquisa minha, feita recentemente, dentro da escola, onde verifiquei a idade do pai e da mãe, na média, é de quarenta a cinquenta anos, esses pais já tinham tido relacionamentos anteriores que resultaram em dois ou três filhos, estes na relação atual foram agregados. Nesse caso, a pergunta é quem é o responsável por esses alunos que são enteados? Quando chamamos o responsável por estes alunos, ninguém se sente responsável por ninguém. Jovens de dezesseis ou dezessete anos, que já se acasalaram, mas vivem com o pai ou com a mãe, de quem é a responsabilidade por eles? Como se conduz a família dentro da sociedade onde todos os dias temos novidade familiares? Obrigada.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella

– Com a palavra a Senhora Maria Ivanice de Souza, representante da Secretaria de Estado da Educação.

Senhora Maria Ivanice de Souza (Secretaria de Educação do Estado de Roraima)

– Bom-dia a todos, em nome da Deputada e da Senadora Ângela, saúdo os componentes da mesa, em nome de nosso Secretário de Segurança saúdo as demais autoridades presentes, estamos representando a Secretaria de Estado da Educação e nos colocamos à disposição para participar de todo esse trabalho que está sendo realizado pela Assembleia e pelas Secretarias. Não podemos deixar de destacar a importância da escola diante de todas as situações de violência familiar que hoje ocorre na sociedade. Temos que destacar alguns projetos e parcerias que já estão sendo realizados dentro de nossas escolas pela Secretaria de Educação. A função da escola é informar, conscientizar e, principalmente, sensibilizar. Sabemos que a violência tem aumentado e, em nome da Secretaria, nos dispomos a participar das parcerias, visando enfrentar e vencer todo esse problema

da violência familiar que hoje acontece. Hoje, a indicação de nossa Secretaria é trabalhar o tema da paz dentro das escolas, na tentativa de diminuição da violência, seja familiar ou dentro das escolas. Agradeço poder participar e me coloco à disposição do trabalho que vem sendo realizado por todos para diminuição da violência nas escolas, nas famílias, e em especial, contra a mulher. Muito Obrigada.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella

– Com a palavra a Doutora Elaine Aparecida da Promotoria de Justiça.

Doutora Elaine Aparecida Pagliarini (Promotoria de Justiça)

Bom-dia a todos, cumprimento a mesa e todas as autoridades presentes; em nome da Deputada Ângela, meu cumprimento especial a meu colega de Ministério Público, Doutor Ademir, sempre presente às Audiências Públicas, realizadas nesta Casa, assumo a minha mea-culpa por não me dirigir ao cerimonial, e não me apresentei como Promotora, que atuo junto ao Juizado de violência doméstica e familiar, embora seja uma pessoa pública, bastante conhecida, o cerimonial não é obrigado a adivinhar, quais as funções que exercemos, não houve problema nenhum em relação a isso, está tudo tranquilo. E, por se tratar de uma Audiência Pública, o Ministério Público obviamente tem sua importância como fiscal da Lei, como instituição que está sempre colocando as outras em saia justa cobrando e exigindo. Não temos o menor problema de estarmos aqui. Então, não houve nenhum problema neste sentido, Deputada, fique tranquila. E, ademais, nossa imprensa já entrou em contato com o cerimonial, está tudo esclarecido em relação a isso. Sobre o nosso tema: violência doméstica, como fator de desagregação familiar, o doutor Jefersson e eu trabalhamos há quatro meses juntos. Atuo no juizado desde sua criação, em junho do ano passado. Então, completamos um ano de juizado, mas, nem por isso o poder judiciário não vinha enfrentando (inaudível) porque a Lei Maria da Penha é de dois mil e seis, e desde então se vinha fazendo um trabalho em relação ao combate da violência doméstica familiar. A criação trouxe, como vantagem, a especialização, porque, antes esse assunto era tratado dentro de outras varas criminais, e não tinha a devida atenção. Atualmente, só tratamos de violência doméstica familiar, e é uma oportunidade para um maior contato com todas as pessoas envolvidas, principalmente, nesta ampla rede de proteção que deve existir, mas, infelizmente, em nosso Estado ainda deixa muito a desejar. Falo em rede, porque não há como combater uma questão tão complexa sem que haja a participação de todos. Não devemos, como disse o Secretário de Segurança, ficar atirando pedras, é bem verdade, porque todos nós temos nossa importância e também temos teto de vidro. Mas, o fato que o papel do Ministério Público não é um dos melhores é porque temos o dever constitucional de assim agirmos, para que dentro de um Estado Democrático de Direito as instituições possam ser cobradas mutuamente. Nós também somos cobrados pela sociedade na hora de discutir o orçamento com o Poder Executivo, na hora de aprovar nossas Leis com o Poder Legislativo, também somos cobrados, pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Diante dessa situação e vivenciando a violência doméstica já há algum tempo, sinto-me bastante tranquila para falar sobre o tema e sobre as instituições que têm apoiado, aquilo que não estiver funcionando, devemos implementar. O Primeiro tema se refere às redes sociais de atendimento, concordo com o doutor Jefersson, quando diz que a violência doméstica não é a causa da desagregação familiar, ao contrário a violência doméstica é um sintoma da desagregação familiar. A violência doméstica é uma consequência dessa desagregação que não se corrige unicamente com a punição do agressor que é uma das atribuições do nosso juizado, dependemos quase sempre de cem por cento para diminuir esses números. Deixa eu aproveitar para não perder a linha de raciocínio, os números são uma faca de dois gumes, é preciso esquecer de quem está por trás dos números, que são as mulheres as crianças, enfim, todos aqueles que compõem o núcleo familiar, mas os números são importantes na medida que eles nos dão uma medida de criminalidade. Se estão havendo resultados, o que nos permite fazer uma ampla reflexão sobre isso, os números da violência doméstica, acredito, devam crescer ainda muito mais do que temos atualmente. Acredito que os três mil e poucos processos, que a doutora Maria Aparecida recebe na DDM, são uma pontinha do iceberg, porque, esses números são os oficiais, que as mulheres procuram a Delegacia, mas existe uma grande quantidade de mulheres que continuam sendo vítimas, muito embora sabendo da existência da Lei e de toda proteção que ela pode ter, ela continua sofrendo violência física, moral, sexual, e ainda não tomou coragem para enfrentar e reagir a essa violência que está ocorrendo contra ela. Por isso, acho, a tendência é que estes números ainda cresçam muito, porque temos um acúmulo histórico de

violência muito grande, e até que estes números venham à tona, todos eles, não vamos poder pensar em diminuí-los, porque a diminuição será um segundo passo. Precisamos que todas as vítimas tomem a iniciativa de dizer não, e como é que essa mulher vai dizer não se ela depende financeiramente e psicologicamente do homem. Existe toda uma cultura, é a sociedade que quer que ela permaneça casada cuidando dos filhos, a abominável família feliz, ela está lá sofrendo, é em cima dela que vem toda carga de responsabilidade pela família, pela agregação e manutenção da família, enfim, a carga é muito pesada. Pensamos que tudo isso pode melhorar a partir da atuação das equipes multidisciplinares, precisamos de mais psicólogos, mais assistentes sociais, que os CREAS funcionem no âmbito do Município e do Estado, é preciso que os profissionais da polícia militar, da polícia civil que atendam a mulher sejam treinadas, para haver mudança de visão sobre a mulher. O prometido ponto para o Governo quer seja municipal ou estadual, ou O CHAME, ou quem quer que trabalhe com a violência doméstica, precisa ter um olhar diferenciado, que se tem em relação aos idosos e crianças. Infelizmente, nos falta muito, e se formos pensar que os índices de violência, que identificamos em o nosso Estado ou no nosso país é porque as instituições não estão funcionando, mas não é isso, porque se observarmos países como a Espanha, Portugal, Alemanha, outros Países da Europa ou até mesmo os Estados Unidos, não teriam esse problema porque são países de primeiro mundo e têm serviços públicos de qualidade, mas por que continuam tendo violência doméstica? É preciso que as políticas públicas e as instituições funcionem para que a mulher em situação de violência tenha a quem recorrer. Sem contar com o CHAME que faz esse atendimento à mulher, não temos outra instituição, eu não tenho conhecimento, se alguém puder me corrigir... Mas, infelizmente, só temos o CHAME e nos ajudamos uma equipe muito pequena que é uma psicóloga e uma assistente social, precisamos de muita gente trabalhando para que a família seja tratada para que o agressor seja tratado, não temos nenhuma política pública no nosso Estado voltada para o agressor a única política pública voltada para o agressor é o Ministério Público denunciando, a Defensoria Pública tentando defendê-los e o Doutor Jeferson condenando ou absolvendo de acordo com as provas constantes nos autos. faltam políticas contra esses agressores, porque são uns doentes, precisam ser tratados, não adianta separá-los da família vitimada porque se o agressor constituir uma nova família, voltará a agredir também a outra mulher, os filhos. E neste sentido que esta Audiência Pública tem um foco, tem o compromisso de encaminhar algumas reivindicações seriíssima. Como o efetivo funcionamento dos CREAS, que está dentro da política nacional de proteção à mulher, aproveito a presença dos Secretários, para informar que a segurança pública precisa ser melhor instrumentalizada, a DDM não possui recursos de pessoal, nem de material. Entedemos a Doutora Aparecida que tenta fazer um trabalho, a doutora Edinéia que trabalha no CHAME, tentam fazer um trabalho, mas, muitas vezes, a falta de material é tão grande que elas não conseguem, já chegamos ao absurdo da DDM não ter nem papel. Foi preciso mandarmos papel para lá, através de transações penais, senão a Delegacia pararia. Não tem viaturas, policiais civis suficientes, nós não conseguimos apurar, de forma devida, o crime, muitas vezes, com lesão corporal, temos somente a vítima e o laudo, a delegacia não tem estruturas para atender a grande demanda, precisamos que as outras delegacias deem proteção à mulher em outros bairros, não somente concentrados aqui no centro que haja um olhar diferenciado, treinamento para o policial militar e civil, para que ele enxergue a mulher como se ela tivesse que apanhar mesmo e que depois ela estará de volta com o marido e, muitas vezes, ela vai estar sim, porque, o ciclo da violência é assim: a mulher apanha, volta, apanha, volta até que ela morre ou toma atitude, e sai desse ciclo de violência. Cabe a nós entender que ela vive esse ciclo de violência porque precisa de ajuda para sair dele, ou que a família possa se reestruturar, mas antes precisa passar por psicólogos, assistência social, para detectar o problema, a tarefa não é fácil, infelizmente nós do Ministério Público, pelo volume de inquéritos policiais e aqui eu parabenizo a DDM que para mim, com a pouca estrutura que tem, é uma das melhores delegacias que temos no Estado, porque mês a mês os inqueritos são relatados diariamente, embora com toda precariedade que eles possuem, não sei onde conseguem tanta energia para dar conta. Então, o meu pedido é implantar as redes compostas por Educação, Saúde, Segurança Pública, Setor de estatística, para repensarmos as políticas públicas, precisamos ter uma participação mais efetiva do governo do Estado nestas questões, principalmente equipando os CREAS, fazendo com que eles funcionem,

precisamos mais de psicólogos e assistentes sociais do que policiais, mesmo eles sendo importantes porque eles vão fazer a investigação, eles têm que saber como lidar com a mulher, o policial militar, na maioria das vezes, é o primeiro a ver a mulher, é ele que muitas vezes a leva até a delegacia ou, muitas vezes, ao pronto-socorro, dependendo das lesões. Então, é uma questão bastante séria que exige empenho de todos nós. Acho que há muitas falhas, não só nas outras como na nossa própria instituição, precisamos nos estruturar melhor dentro do próprio Ministério Público. Felizmente, já há promessa garantida para, ainda este ano termos o nosso núcleo de proteção à mulher, e que consigamos montar uma equipe de atendimento à mulher de uma forma mais efetiva. É preciso que todas as instituições hajam em conjunto, pois percebo no nosso dia-a-dia, no trato com as mulheres, que as instituições trabalham isoladas, a polícia militar fazendo o seu trabalho, bem como a polícia civil e as redes. No caso, só vejo o CHAME como organizado e que efetivamente presta, e o que está totalmente deslocado porque o Poder Legislativo não é para isto, essa função é do Poder Executivo. Eu percebo como louvável é melhor estar dentro do Poder Legislativo do que não existir, mas a tarefa do Poder Executivo é muito grande e a integração dessas redes é fundamental e ainda precisamos que Municípios e Estado sejam parceiros em políticas públicas em relação as mulheres, caso contrário ficarão trabalhos sobrepostos, porque a finalidade é a mesma. Recentemente fizemos um Seminário no Ministério Público, onde o foco era a questão das redes de atendimento, porque a Lei Maria da Penha só tem artigos de natureza penal, os demais artigos possuem natureza muito mais voltados a políticas públicas de atendimento à mulher e não voltada à punição do agressor. Acredito, quanto à punição do agressor, na medida do possível estamos tendo uma vazão bastante razoável, embora haja muito processo, Audiência, acho que estamos conseguindo dar conta. Precisamos melhorar muito, não tem nada perfeito, mas deixo meu apelo principalmente ao Secretário de Segurança General Eliezer, para dar uma atenção à questão da polícia muito embora, salvo melhor juízo, a polícia civil parece-me ter autonomia ou está em transição para ter autonomia financeira, mas, é preciso que a DDM que, com certeza, é uma das delegacias mais frequentadas do nosso Estado, tanto por homens, quanto por mulheres. O Núcleo de Proteção à Criança que também se insere nessa proteção à família e na repressão dos crimes praticados no âmbito doméstico familiar. Essas são algumas reflexões, considerações e até algumas cutucadas, e fico à vontade para receber de lá reclamações em relação ao Ministério Público e a nossa atuação, mas acho que muito mais que essas ações de punição, precisamos do trabalho das redes com muitos psicólogos, muitos assistentes sociais, para nos embasar melhor em relação aos nossos trabalhos lá no processo, obrigada.

Senhor Deputado Jânio Xingu (No momento presidindo a mesa dos Trabalhos) – Dando continuidade passo a palavra ao Secretário de Segurança do Estado, Coronel Eliezer Menteiro:

Coronel Eliezer Monteiro (Secretário de Segurança Pública do Estado) – Mais uma vez bom dia, eu só pedi para fazer uso da palavra para dizer à Doutora Elaine e para todos, presentes nesta Audiência, que dentro do planejamento estratégico de Segurança Pública, o sistema tem que agir de forma integrada e isso já foi motivo de uma discussão nossa aqui no grande Plenário da Assembleia. A integração do sistema é um dos nossos objetivos estratégicos, é um compromisso do Governador Anchieta para minha gestão, e independente de autonomia financeira da polícia civil, a integração continuará acontecendo, as ações estratégicas estão sendo planejadas e fazem parte do planejamento estratégico que foi feito há dois anos, mas não foi executado em função da dificuldade de recursos do ano passado. Já está determinado pelo governador a assinatura da construção das duas delegacias que vão atuar de forma conjunta, está sendo determinado a construção da delegacia de defesa da mulher e da delegacia de proteção da criança e do adolescente. As duas serão construídas uma ao lado da outra juntamente com um centro de apoio que, na verdade, será um local para atendimento dos problemas correlatos que estarão ligados a todo esse processo. Acreditamos também que o núcleo de proteção do idoso também estará presente nesta área na avenida São Sebastião em frente ao Viva Comunidade, é um espaço do Governo do Estado que está sendo determinado para instalação de uma grande rede de atendimento. E, no que diz respeito ao sistema de Segurança Pública, estaremos conseguindo construir, concordo plenamente com a senhora, precisamos de assistentes sociais, de psicólogos para que venham somar nesse atendimento, e gostaria poder trabalhar de forma conjunta com os demais órgãos. Na nossa Secretaria estamos buscando solucionar os problemas, através de

estagiários da comunidade acadêmica do Estado, para que lá realizem seus trabalhos ou através de programas localizados específicos como este que está sendo realizado de gerenciamento do estresse, direcionado para os policiais do sistema de segurança pública e seus familiares. Nesse caso precisaríamos de recursos para contratação, prometo à Senhora, ao Ministério Público e à Assembleia Legislativa que estaremos colocando nossos trabalhos no planejamento plurianual para fazermos a previsão do orçamento de dois mil e doze e a contratação de psicólogos e assistente social para atender essa necessidade da polícia civil nas delegacias, muito obrigado.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella

– Com a palavra o Doutor Ademir Menezes, promotor de cidadania.

Doutor Ademir Menezes (Promotor de Justiça)

– Obrigado pelo convite, Deputada Ângela Águida, em nome de quem cumprimento os demais membros da mesa, e quero dizer a Vossa Excelência a aos presentes, que fico à vontade de comparecer e discutir um tema tão importante, como nestes quatro meses da nova Legislatura, esta Casa vem discutindo temas de importância especial. No Ministério Público, atuamos inicialmente no interior do Estado, passamos dois anos e meio em São Luis do Anauá e Rorainópolis, como Promotor de Justiça, onde pudemos vivenciar muito de perto a violência doméstica, a miséria material, humana, moral. Posteriormente, entre dois mil e quatro, dois mil e sete e dois mil e oito, passamos praticamente três anos atuando na vara de homicídios onde infelizmente julgamos vários agressores que iniciaram com agressões leves às suas companheiras, chegando a ponto de matá-las. Fizemos diversos julgamentos, nesse sentido, aqui na capital, com muita tristeza, posteriormente permaneci nove meses na sexta vara criminal, que, então, era a vara que atuava apensada na Lei Maria da Penha. O doutor Roni Garcia atuava, como Defensor Público, Juízes se alternavam, mas tiveram uma atuação bastante forte. Na época tivemos uma percepção da gravidade do problema a ponto de sugerirmos ao então Presidente do Tribunal de Justiça, Almiro Padilha, criar um juizado de Violência Contra a Mulher, funcionando vinte e quatro horas, com atuação conjunta Juízes, Ministério Público e Delegacias, em um só local para, quando chegar a vítima e agressor, após serem feitos os trabalhos iniciais da polícia, se encaminharia automaticamente e imediatamente ao Juiz e à Promotoria do Ministério Público, juntamente com o Defensor Público, visando chegar a uma solução rápida, urgente e emergencial. Infelizmente, nossa sugestão não foi acatada por questões de recursos e outros. Deixo, pois, para Assembleia, como primeira sugestão, a criação de um núcleo, uma central onde possamos ter todo um aparato necessário como: Assistente Social, Psicólogos, Delegacias de Polícia, Ministério Público e Juiz para fazer um atendimento pronto e acabado, porque percebemos que passados alguns dias, talvez alguns meses entre a agressão e a audiência que acontece no Tribunal de Justiça, a Lei Maria da Penha perdia a eficácia por uma série de razões como: A mulher perdoava, queria retirar a queixa, como se diz popularmente, voltava atrás, achava que apanhar era normal e natural, por questões financeiras, como foi colocado aqui, e outras tantas situações. Então, a época, sugerimos um atendimento de bate-pronto, como acontece hoje no Distrito Federal, uma violência doméstica é levada para delegacia e lá tudo é encaminhado em um só momento, entre o registro policial e a audiência é questão de algumas horas, e já se resolve. Acredito que isso poderia amenizar, porque o agressor perceberia a efetiva eficácia do aparelhamento público no combate à violência familiar. Observei que, sempre que se discute, em algum congresso, violência, todos os participantes ficam cheios de dedos, percebo que temos dois flancos no combate à violência, o primeiro é a prevenção que não é a de polícia, de Juiz ou de Ministério Público, mas aquela de escolha feita antes da ocorrência da violência, é a formação do indivíduo, que a igreja, que a moral, que a educação e que a família faz, e esta prevenção precisa ser sempre fortalecida por políticas públicas. Tenho a tranquilidade de reconhecer que isto não faz parte de nosso aparelho de repressão, e sim enquanto cidadão, o outro flanco no combate à violência é punindo. E, hoje, no Brasil se tem medo de falar em punição, aqui no Brasil as coisas estão desandando, não podemos falar em punição de quem mata. Vejam vocês, chamo a atenção para a palavra utilizada pelo Coronel Waney, a utilizada em nosso meio judiciário: “Um criminoso não é criminoso, é reeducando”. Não ele é criminoso, ele matou, roubou, estuprou, sequestrou, assaltou alguém. Ele não é reeducando, ele é criminoso, foi condenado. Precisamos parar de ficar cheios de dedos para enfrentar as coisas como devem ser. A prevenção, repito, tem que ser feita, mas a repressão tem que ser

algo duro e vou dizer para os senhores e senhoras o que já falei aqui em uma audiência passada: a Lei Maria da Penha é um engodo do aspecto penal, a Lei Maria da Penha trouxe avanços importantes e significativos na atuação da autoridade policial no primeiro momento de proteção para poder ir até a casa da vítima, acompanhar a retirada das coisas que ela quiser e dos filhos. Levar essa vítima para um abrigo, coisas do gênero. Trouxe alguns avanços no campo civil, algumas medidas protetivas cautelares, previu a tal da medida protetiva criminal proibindo que o cidadão se aproxime da vítima ou coisa parecida. Mas, e na prática, lá na ponta? Como é que o agressor (inaudível)? O câncer social, chamado normas penais ineficazes, uma delegada de polícia, uma mulher preparada que, às onze ou meia-noite, prende um cidadão em flagrante por lesão corporal leve, o marido deu dois, três murros na mulher, a mulher está com o olho enorme, preto, sangrou e não sei mais o quê. Aquela coisa que nos choca. E ela é obrigada por Lei a estabelecer uma fiança, se ela estabelecer mil reais, e o agressor pagar, ele volta para casa, dá outra surra na mulher, porque ela está obrigada a soltá-lo mediante pagamento da fiança. Que proteção essa mulher tem na prática? Qual é a proteção que temos efetivamente? Nenhuma proteção, e ficamos cheios de dedos para falar do agressor. Então, essa parte preventiva vou deixar para aquele outro lado, eu quero falar da Lei, da questão da repressão. O Brasil se ressentido de normas eficazes no âmbito penal, vou dar um exemplo, reflitam comigo: temos uma Lei civil que é a Lei da pensão alimentícia, que pune o cidadão com cadeia, se ele não pagar P.A. Por que é que todo homem paga P.A.? Porque vai preso. Tire essa punição, e vamos ver quantas crianças vão passar fome no Brasil, e vem me dizer que cadeia não tem eficácia? Tem. Tanto que uma Lei Civil que pune com cadeia tem plena eficácia, quando a Lei é eficaz a cadeia tem eficácia, mas estamos vivendo no Brasil o medo de punir. O estado de direito, senhoras e senhores, protege mas também pune no mundo inteiro. Por que só falamos aqui em proteção? A violência doméstica hoje, no campo da vitimização não dá mulher, o tema ficou muito focado para questão da mulher, mas não é só a mulher que é vítima hoje da violência doméstica. Eu brinquei com a delegada lá na faculdade, sexta-feira, eu incitei os alunos homens que devemos criar a Lei João da Penha, porque a doutora Maria Aparecida deu uma entrevista no Jornal, dizendo que, no ano passado, setecentos e oitenta e sete homens apanharam das mulheres, ou seja, a violência não vitimiza só a mulher.(fim do lado da fita). A doutora Aparecida atende uma mulher que apanhou, o camarada sai solto amanhã, semana que vem ela atende de novo a mesma mulher com o mesmo agressor, e ela não pode fazer nada, e o Juiz decreta uma prisão preventiva para um crime onde, se o agressor for condenado cumpre em regime aberto. Tem lógica uma prisão preventiva para condenar e soltar? A nossa Legislação, desculpem a minha forma de colocar, mas precisamos discutir isto, que não pode falar mal de criminoso? Por que não podemos falar de uma norma dura com quem é duro com a sociedade? Uma pena que a Senadora foi embora, porque o Congresso aprovou e publicou uma Lei, semana passada, que altera significativamente o Código de Processo Penal, e trouxe mais dificuldades para um Juiz decretar uma prisão preventiva. Daqui uns dias, Senhoras e Senhores Deputados, se o Congresso continuar neste batidão, um Juiz vai ter que pedir licença para o criminoso, do jeito que as coisas estão, como se o criminoso fosse sempre um coitado e as pessoas vítimas do mau. A Secretaria de Segurança pode investir milhões na DDM, a eficácia da Lei vai ser sempre menor. Quando estávamos na Sexta Criminal, tivemos que fazer seis audiências de uma moça, sempre a mesma vítima e o mesmo agressor. Quatro meses depois, eu não estava mais na sexta criminal, o jornal anunciou no início de dois mil e dez que ela havia sido assassinada na periferia da cidade pelo seu companheiro. A televisão mostrou que uma mulher no Estado de Minas Gerais tinha quatorze registros, e foi assassinada dentro do seu local de trabalho. Cadê a eficácia da Lei? Não é o Juiz, não é o Delegado, não é o Ministério Público. É a Lei. O Juiz, o delegado e o Ministério Público, estão aí para cumprir a Lei. Então, precisamos trazer no campo da repressão, precisamos entender que o crime tem que ter a parte preventiva. Temos que ter a parte repressiva. Crime é como uma guerra, faz-se antes toda uma parte que antecede para não ter a guerra, mas se tiver que ter vamos para guerra. Agora, com a Legislação que temos, com o direito penal brasileiro que é só no papel. Na faculdade ensinamos o aluno, e na prática ficamos com vergonha, porque não tem punição. A punição é mínima. É um país, onde o cidadão que mata o outro, é condenado a dezesseis anos mas fica dois ou três preso. Que punição é esta? A mulher sofre isto hoje. Estou

falando tudo isto para observarmos que, de dois mil e seis para cá tivemos um crescente. Como disse a Senadora, sobre agressão à mulher: será, se esta Lei, por ser ineficaz, não é um dos fatores criminogênicos do aumento da criminalidade? Será que esta Lei não tem o papel de dizer para o cara: Está vendo, pode fazer que não acontece nada? Pois não acontece mesmo, na prática não acontece, a prática nos diz que não acontece, precisamos fazer essa reflexão sobre a Legislação. O Brasil senhoras e senhores, se ressentido de uma política criminal. Este país tem hora que vem com uma Lei dura, depois vem com uma Lei frouxa, daqui uns dias vem com uma Lei mole, com outra Lei dura. O Congresso brasileiro não tem coragem de sentar e discutir uma política criminal para este país. O que queremos criminalmente? Queremos que o Direito Penal seja recuperacional? Como é visto hoje no Brasil? Esse discurso me atormenta, vamos aos congressos onde ouvimos que mandamos o cara para cadeia para recuperá-lo. Não, senhor! Nós mandamos para punir. Recuperar é um discurso doce, falso, até porque, aquele que é efetivamente criminoso, a psicologia e a psiquiatria forense mostram que não tem recuperação. O criminoso eventual sai de lá e não é criminoso, sai e não quer mais voltar, porque não é criminoso na sua índole, eventualmente praticou o crime. Mas o criminoso desses que a gente vê: O cara sai numa semiaberta, e a primeira coisa que ele faz é praticar assalto, atirar em frentista, em polícia, que recuperação que vocês querem para esse homem? O Direito Penal é para recuperar? Então vou sugerir que mudemos o nome de Direito Penal para Direito da recuperação, e vamos acabar com cadeia. Vamos perdoar todo mundo, e colocá-los em uma clínica de recuperação, se é assim que queremos fazer a leitura desse direito frouxo que estamos vivenciando no Brasil. As mulheres estão sofrendo porque a Lei Maria da Penha é frouxa, sem eficácia penal nenhuma, só que temos um problema no Brasil, quem é que Legisla esse tipo de Lei? A união. O Estado não pode Legislar matéria Penal. A união é que é a grande mãezona que Legisla dizendo que sabe tudo, o que Roraima, o Rio Grande do Sul e que a Paraíba precisam. Pouco importam as diferenças culturais, sociais, geográficas, mas a união sabe tudo, e faz este tipo de Legislação imprestável, ineficaz. Apenas papel. A frustração de um Juiz, de um Promotor ou de um Delegado em uma sentença, é horrível, porque é a Lei que aplica e manda o cara para casa. Se estiver preso, o Juiz o condena em lesão corporal e o manda para casa. Que coisa mais estúpida, antes de ser condenado ele estava preso, condenou e o manda para casa. Por favor gente, vamos discutir isto com profundidade. A polícia vai desanimando. Tenho diversos colegas delegados de polícia, policiais militares e agentes de polícias, que não aguentam mais render o cara hoje, quando é semana que vem o cara está nas ruas rindo da cara deles. É essa Lei que queremos para as mulheres? É essa Lei que vos garante quanto à agressão? Não acredito, sinceramente. Tenho pena das mulheres que acreditam nessa Lei. Os números que a mídia mostra diuturnamente. A violência doméstica num âmbito mais genérico, o casamento desfeito vigora no Brasil, desde o dia vinte e seis de dezembro de mil novecentos e setenta e sete, a Lei nº 6015, projeto de Lei do então Deputado Nelson Carneiro e Deputado José Sarney, a chamada Lei do divórcio. Portanto, a partir dessa Lei, houve a regularização dos casamentos que não mais existiam. Antes dessa Lei, juridicamente, o casamento era imortal, eterno, embora cada um tomasse um rumo, e constituíssem novas famílias. Veio a Constituição de oitenta e oito que deu uma conotação para o que chamamos de núcleo familiar. Mais ampla do que a que tínhamos, que era o homem como chefe do casamento, mulher e filhos. Semana passada o supremo ampliou a conotação do termo núcleo familiar, reconhecendo como núcleo familiar as relações homoafetivas estáveis, houve uma ampliação para o que seja a família ou núcleo familiar. São novos tempos, novos valores e novas formas de convivência familiar que precisam ser discutidas, a meu ver. Sob o enfoque atual, se é certo ou errado no aspecto moral ou religioso de cada um, não interessa, juridicamente existem essas formas de núcleo familiar. Então, temos uma violência que estrapola a questão da mulher, surgindo um novo formato de família e que precisamos ter essa visão. Vejam vocês, apesar de eu achar um absurdo, no Rio Grande do Sul e recentemente no Rio de Janeiro, deram decisões baseados na Lei Maria da Penha que veio para proteção da mulher. Está na ementa da Lei que é para proteção da mulher, mas não da família. Dois juizes, por analogia, aplicaram a Lei Maria da Penha a relações homoafetivas masculinas, como se alí tivesse uma mulher no meio do caminho. Vejam, são violências com uma nova formatação. Um novo desenho. E que também gera violência. A partir da Lei do divórcio, tivemos famílias que se constituíram, e novas famílias que se constituíram com

membros da família anterior. É a nossa realidade familiar, não temos como voltar, mas tem que ser feita essa leitura para que possamos entender a questão da violência. O General Eliezer falou uma grande verdade sobre o endividamento financeiro na família. Neste aspecto, recentemente, uma revista especializada publicou uma matéria dizendo que cinquenta e oito por cento dos divórcios no Brasil são causados por endividamento do casal, por falta de orientação e até mesmo de políticas públicas de orientação. Temos, aí, crédito para todos. Hoje, o camarada tira empréstimos no caixa eletrônico, tem cheque especial, tem desconto consignado em folha, exemplo, ele está aqui na Audiência Pública, quando e o telefone toca, oferecendo limite no cartão de crédito X: Financiamos carros e outras coisas, e aí vêm os conflitos por falta de um planejamento familiar que traz dentro dessa formatação nova de família, toda uma violência. Minha sugestão para mesa é que se discuta a criação de um novo juizado centralizando, um local para resolver violências, tudo junto: Juizes, Promotores, Delegados em um local só, funcionando vinte e quatro horas. Evidentemente, com reveasamentos, com funcionamento e pronto-atendimento e solução para acabar com a coisa do depois. Segunda sugestão, é fazermos um estudo, e aí, convindo todas as partes envolvidas do âmbito jurídico, sugerindo, através da Senadora ou de qualquer outro Deputado de nosso Estado, para alterações na Lei Maria da Penha que a torne eficaz que tratem os crimes como crime específico e não como crime genérico, uma lesão corporal contra a mulher e a mesma lesão corporal entre eu e um cidadão alí na rua, que traga uma especialização do tema para que possamos ter maior eficácia. Agradeço e estamos sempre lá à disposição, Muito Obrigado.

II – PARTICIPAÇÃO DA PLATÉIA COM PERGUNTAS E RESPOSTAS:

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella - Neste momento, as perguntas formuladas pela platéia serão respondidas. A pergunta do Conselho Municipal dos direitos da Mulher vai para o Secretário da Justiça e Cidadania, Doutor Waney. Se tem e quais são as políticas públicas para ressocialização e reabilitação da mulher apenada?

Doutor Waney – Obrigado pela pergunta. Nós temos na SEJUC um Departamento de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, onde existe um núcleo que tem psicólogos e assistentes sociais, trabalhando na questão da ressocialização. Admito que ainda é pequeno o grupo para a demanda, porque atende não só as mulheres como aos homens também. Temos cerca de mil e setecentos reeducandos e ainda tem a questão das famílias, estamos ombreado esforços com o Trínaculo de Justiça, além de outros órgãos do Governo Estadual e Municipal para criarmos a Casa de Justiça e Cidadania. É uma proposta Nacional e aqui no Estado devemos inaugurá-la em breve, no terminal do Caimbé. A Desembargadora Tânia é a coordenadora dos trabalhos e essa Casa de Justiça e Cidadania, também deverá trazer oportunidade para questão da ressocialização. Não sei se esclareci a dúvida, mas essas são as informações que eu tenho, relativo à pergunta.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella – Obrigada, vamos estabelecer dois minutos para cada resposta. Pergunta da Senhora Maria dos Prazeres para Senadora, estaremos encaminhando a ela para ser respondida. Esta pergunta foi formulada pela senhora Tânia Magalhães do Conselho Municipal do Direito da mulher para mim.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella – Como a Comissão dos Direitos pode, através do Poder Legislativo, atuar junto ao Estado e ao Município no direcionamento dos recursos para as políticas públicas que venham prevenir as causas da violência doméstica? O Poder Legislativo é limitado, mas podemos fazer indicações, propor ações ao Poder Executivo. Estamos, nesse primeiro momento, promovendo esta Audiência Pública, forçando este debate, convidamos pessoas envolvidas, estamos buscando uma rede de solidariedade de pessoas que se sintam corresponsáveis. Acho que este é o primeiro passo, mas as indicações também vêm atender esse tipo de demanda. Em suma, é o que o Poder Legislativo pode estar fazendo, e na hora de aprovar o orçamento tem a questão do direcionamento, vamos ter um cuidado especial. O Poder Legislativo poderá e deve estar atuando.

Continuando, próxima pergunta do Colégio das Associações de pessoas com deficiências, também direcionada para mim. Mulheres ainda são demasiadamente discriminadas, e sofrem violências, assim como seus filhos, ademais, aquelas que, por ironia do destino, ficaram acometidas por deficiências ou seus filhos. Gostaria de saber por que o tema deficiência é tão discriminado nesta Casa? Vamos também garantir proteção a essas mulheres e crianças especiais que muitas vezes sofrem caladas. Acreditamos em vocês para mudar essa realidade.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella

– É a segunda ou terceira vez que vejo este tipo de interpelação nesta Casa. Então, acho que cabe uma profunda reflexão a respeito, mas acredito que é a forma de ver o ser humano de uma forma global, porém não estamos neste momento respeitando as diferenças. Vou levar essa temática, durante para uma reunião fazer uma reflexão no sentido de estar atendendo de uma forma diferenciada essa questão. Neste momento, já atenciosamente peço desculpas por nossas atitudes, que talvez não tenham sido assim tão reais, às vezes, não temos problemas desse tipo na família, e acabamos achando que é uma situação diferenciada que pouco existe. A verdade não é essa.

Pergunta da Dona Elivânia para o Doutor Ademir: Há como punir o pai que tem guarda compartilhada e acordo judicial para pegar os filhos a cada quinze dias, para passar o final de semana com ele, entretanto num período de noventa dias pegou uma única vez sem justificativas? Se há, a quem deve recorrer para resolver a questão?

Doutor Ademir – Dona Elivânia, quero dizer para senhora que sempre critico a Legislação e mais uma vez vou criticar. Não temos nenhuma Lei, por incrível que pareça, especificamente, que, na ruptura do casamento ou da união estável, obrigue o pai a pegar os filhos, mas temos Leis que protegem os filhos no direito à formação afetiva. Estamos desenvolvendo um trabalho na Faculdade Catedral, estou orientando uma aluna que está escrevendo exatamente sobre esse tema. Ela está aprofundando o estudo e eu estou tendo que estudar também sobre o tema. Temos, na separação, o conceito dentro do direito que diz que ninguém está obrigado a amar ninguém quer dizer o pai não está obrigado a amar o filho. Este conceito eu desprezo, já de bate e pronto quando ouço colegas até do Ministério Público, da Advocacia ou da Magistratura ou até da Defensoria dizer, primeiro porque a Constituição Federal garante às crianças, aos filhos uma formação física, moral, afetiva como responsabilidade da família, dos pais. Portanto, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente garante a toda criança e adolescente a proteção e sua formação afetiva. Então, precisamos pegar essa Lei e dar a ela a devida interpretação para proteção dessas crianças. Se eu fosse a senhora procuraria um advogado ou a defensoria pública, vai ter que ajuizar uma ação e entrar com uma ação de indenização por danos morais em nome dessas crianças, contra esse pai, porque esse pai ao não dá a esse filho o devido afeto e formação afetiva, está causando a ele um dano irreversível e eles tem, portanto, um direito à indenização. Os juízes, nas separações, não colocam como obrigação do pai, que sai de casa, pegar o filho, colocam como direito, mas não como obrigação. Vejam vocês, a Lei obriga o pai a dar comida ao filho que é a pensão alimentícia, mas não obriga o pai a dar afeto. Será que uma pessoa é feita só de comida? Ou será que a formação de uma criança não passa pela questão do afeto? Dona Elivânia, não temos uma Lei específica, mas temos a Constituição, o Estatuto da Criança, e o Código Civil, no âmbito familiar, que garantem esse direito. Numa leitura ampla, exija para seus filhos isso e peça ao juiz, como obrigação a esses pais irem lá, visitar e dar afeto aos seus filhos. Não é possível que, no século XXI, tenhamos que estar discutindo se um pai deve ou não dar um abraço, sair e acariciar um filho. As pessoas dizem que sou meio áspero, mas o bicho ser humano é um bicho que só vai no tranco, só vai cutucado. Então, use este direito, ajuíze esta ação em favor do seu filho. Se a senhora tiver dificuldade eu estou lá no Ministério Público à disposição, até rascunho essa ação, só não posso ajuizar, e entrego para senhora levar para seu advogado fazer o processo fundamentando esse direito que está garantido tanto na Constituição Federal quanto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella

– Esta pergunta é da senhora Edna para Promotora de Justiça: Considerando que o Estado não está sendo capaz de resolver questões que geram violência em seus diferentes aspectos, qual a sociedade que queremos ou buscamos diante de tantos fatores de desagregação familiar que estamos a presenciar diariamente através da mídia?

Doutora Elaine Aparecida – Bom, a sociedade que queremos, certamente, é um pouco utópica, se formos dizer da sociedade ideal, mas o que eu posso dizer é que as instituições no Estado devem buscar combater a violência em qualquer de suas formas, e o combate específico do âmbito doméstico familiar requer uma participação maior da sociedade, do Estado e das Instituições, como já havia abordado na minha fala anterior. Então, aparentemente o que tem na mídia é aquilo que falei em relação aos números que cada um interpreta, do jeito que quer e há interpretações que, repito, totalmente errôneas. Em relação à criminalidade, por exemplo, no plano estratégico dos Ministérios Públicos, quem não entende e lê fica parecendo que o Ministério Público quer que a criminalidade aumente, mas não é isso, dou como exemplo: aumentar o número de denúncias em relação à

violência doméstica, não é que o Ministério Público queira que a violência aumente, é porque temos um acumulado histórico. Embora o Doutor Ademir diga, coitada da mulher que acredita na Lei Maria da Penha, mas eu afirmo: Eu sou uma dessas pobres mulheres que acreditam na Lei Maria da Penha, porque percebo que, através dessa Lei, separamos, hoje, a violência que é contra a mulher no âmbito familiar da violência normal, comum. E a Lei Maria da Penha faz sim a distinção entre a lesão corporal praticada entre qualquer pessoa e aquelas que são do âmbito familiar, porque a Lei trouxe o agravamento da pena do Parágrafo IX do art. 129, que trata de lesão corporal é específico para relações familiares, pode ser aplicada tanto para mulheres, quanto para homem. O único problema e, aí, sim, eu concordo com o Doutor Ademir é que a lesão corporal praticada contra um qualquer, a pena vai até um ano. É de três meses a um ano. E a pena da violência doméstica familiar é de três meses a três anos. O legislador agiu mal ao aumentar a pena máxima e não aumentar nada na pena mínima, esse foi um erro, inclusive, doutor Ademir, há proposta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher no âmbito do Congresso Nacional, prugnando pelo aumento da pena mínima da lesões corporais. Neste ponto, de fato, houve um equívoco legislativo ao deixar essa pena mínima, voltando, para não me perder na questão, eu continuo acreditando na Lei Maria da Penha, como disse na minha fala, são apenas quatro artigos de natureza processual penal, o restante dos artigos, todos eles trazem obrigações, melhorias no âmbito da assistência social à mulher, no combate aos seus riscos sociais e uma grande inovação que são as medidas protetivas de urgências que, devidamente aplicadas, podem sim resguardar a mulher. E nestes anos todos de juizado, eu ouvi de uma psicóloga do CHAME, que ouviu de mulher, que ela devia a vida dela a mim, isso porque uma medida protetiva foi requerida por mim e o judiciário imediatamente deferiu a medida, não se utilizou das vinte e quatro horas previstas na Lei. E aí contamos com o apoio da polícia civil e militar que muitas vezes auxiliam nosso oficial de justiça cumprir essa medida. Acredito na Lei Maria da Penha e nas suas medidas protetivas, vejo no dia-a-dia que elas dão muito resultado. Não interessa se a mulher no dia seguinte tá arrependida e quer o marido de volta, mas procuramos denunciar o mais rápido possível no âmbito do Ministério público, muitas vezes ela vai para audiência de mãos dadas com o marido, mas ele vai receber uma condenação, mesmo que eles já estejam reconciliados. Acho que ela precisa ser melhorada, mas sem ela a mulher estaria muito pior do que está hoje, seria mais ou menos isso.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella

– Nossa última pergunta é direcionada a mim. É mais um puxão de orelha: Por que a comunidade evangélica não foi convidada para este evento, tendo em vista que, o senso aponta que Roraima tem hoje mais de cinquenta por cento da população Evangélica, mas foram convidados apenas representantes das Igreja Católica e Espírita? Na verdade, nós convidamos, sim, e além disso nós convidamos também via jornal, rádio e TV. Respeito e tenho grande carinho pelo trabalho evangelizador das Igrejas Evangélicas que vão nas casas das famílias e têm todo um trabalho de corpo a corpo e quem ouviu minha primeira fala deve ter observado que quero e preciso contar com o apoio e a participação integral também deste segmento, fica de antemão o convite para que as igrejas evangélicas façam parte desta grande rede de solidariedade que estamos buscando.

III - CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella

– Para considerações finais a Doutora Ednéia, colaboradora do CHAME.

Doutora Ednéia C. Chagas – Bom-dia a todos, quero só lembrar que, salvo engano, este já é o quarto encontro que temos para debater violência doméstica familiar contra a mulher ou contra a família. Tivemos um aqui na casa, promovido pelo CHAME, o do MP e outros. Vejo isso com bons olhos, temos que promover o debate em todo os segmentos para ver se melhoramos a prestação dos serviços à sociedade, que é o nosso papel, prestadores de serviços. Mesmo lidando com algo tão aviltante como é a violência no seio da sociedade, como um todo, e familiar o que é mais drástico. Quero deixar a título de sugestão, que fique no documento desta Audiência Pública, a verificação junto ao Executivo de como andam as ações do Pacto Nacional de enfrentamento à violência doméstica e familiar. O pacto tem sido esquecido em todos os encontros que promovemos. Temos que bater em cima dessas ações, o que já foi feito, coisas que foram feitas e precisam ser mais divulgadas, o que está sendo planejado para este ano ou ano que vem. O pacto já tem dois anos que foi assinado, nele consta a previsão para reforma para delegacias, tanto para DDM quanto para o núcleo. É bom saber que

tem uma previsão para construção de novas delegacias, isso é urgente porque a estrutura física é extremamente precária, não dá para atender de forma humanizada. Então, se existir alguma ação que faça parte do pacto, que o Estado é signatário, está na hora de divulgar quais foram de fato implantadas e que ainda vão ser implantadas esse ano e no ano que vem quando possivelmente vai ser renovado esse pacto. E outra coisa que gostaria que fosse registrado, nos encontros anteriores ficou pendente a elaboração de uma agenda para encontros regulares dos órgãos que compõem a rede de atendimento à mulher. Precisamos sentar para discutir a política pública que existe e cuida para que ela seja implantada, porque isso cabe tanto ao Executivo Estadual quanto ao Municipal. O município está na frente em termos de políticas públicas porque tem uma cordenadoria só para isso, para pensar nas políticas macron. Está na hora de esquecer rivalidades, partidarismos, questões políticas partidárias, e nos sentarmos, com os profissionais dos órgãos que compõem a rede de atendimento à mulher, os profissionais que metem a mão na massa mesmo para pensarmos como é que podemos fazer em favor da mulher, vítima de violência doméstica familiar e no espaço público. Como lembrou o Doutor Jefersson, o assédio moral está presente, a mulher se cala porque é quase impossível provar esse tipo de assédio, precisamos macificar informações, é por isso que vou para as escolas públicas da periferia dar palestras com a intenção de atingir, através de informação e posteriormente com conhecimento, essa mulher que não tem acesso à informação de que existe Legislação, que a rede existe, funcionam de forma precária, mas existem. É a cobrança dela que vai fazer com essa rede funcione a contento. Então, Deputada, vamos pensar numa agenda para reunirmos saúde, educação, assistência social, SETRABS, que cuida do abrigo e que já poderia já estar fomentando o centro de referência. O CHAME não pode ser o centro de referência deste Estado, Roraima é um dos pouquíssimos Estados que não possui um centro de referência de atendimento à mulher. O CHAME é muito pequeno, não consegue dar conta da demanda que vai direto para o CHAME, e ainda tem o doutor Jefersson, que precisa do nosso apoio. Sempre nos manda casos para estudo de causa, mas as nossas psicólogas e assistentes sociais não dão conta. São mais de três mil atendimentos. Será, que não está na hora de esquecermos políticas e cobrar efetivamente um centro humanitário de apoio à mulher no Estado? Essas eram minhas considerações e firmar nossa parceria com a Doutora Elaine, que me deu a boa notícia de que vai sair a promotoria, isso irá fortalecer a rede. Sou engajada, gosto do que faço, de atender a mulherada, atender os homens, não existe nenhum setor que atenda homens, sou a única. Coloco duas horas do meu dia para ouvir o homem, ele nem sempre é o monstro. É o agressor e precisa do tratamento que o Estado ainda não oferece, vamos pensar nisso, Obrigada.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella

– Com a palavra para considerações finais, Coronel Waney.

Coronel Waney – Quero agradecer mais uma vez a oportunidade. A SEJUC está de portas abertas, e o que for de responsabilidade da SEJUC, quero informar à promotora Elaine Cristina, (inaudível) pessoas que realmente precisam de uma proteção especial, tendo em vista a discriminação que a sociedade dá para esse tema. Outra situação, mas vou indagar o doutor Ademir Teles, com relação ao objetivo da punição pecuniária para os pais que não buscam seus filhos, de quinze em quinze dias de forma regular, se é afastá-lo definitivamente depois que ele pague essa multa ou obrigá-lo a pegar o filho, que ele virá de forma revoltada atender o filho, só por uma determinação judicial. Vejo, no momento em que um pai, que já não tem um afeto filho, porque demonstrou isso no momento em que não foi pegá-lo de quinze em quinze dias, então no segundo momento ele vai obrigado. Será que vai sentir algum afeto pelo filho depois de pagar uma multa? Talvez nem tenha o dinheiro do pagamento dessa multa. (Outra pessoa fala) Ele vai ser obrigado, além de pagar multa, depois de quinze em quinze dias pegar o filho, será que isso vai ser uma forma de conseguir com que ele transmita afeto, como queremos, para os filhos. Essa é minha posição. Fiquei muito feliz de ter sido convidado, estou muito atento às questões sociais, e a SEJUC está trabalhando muito em prol da proteção da sociedade Roraimense, inclusive, trabalhando junto às instituições Federadas, Ministérios e as Secretarias Especiais, para atrair recursos para o Estado, visando implementar algumas ações protetivas e de Defesa da nossa Sociedade, muito obrigado.

Promotor Ademir Teles – Nós, os seres humanos, não ultrapassamos limites que nos são impostos, ou por questão moral, ou por questão protetiva, é sempre assim. Ou a questão moral que nos freia, ou o medo de ser punido. O homem que abandona seu filho, faz o abandono afetivo, é tão ou mais cruel, do que aquele homem que

abandona no aspecto material. No aspecto material nós punimos, no aspecto afetivo esquecemos. Se ele vai pegar seu filho com amor e carinho, somente a convivência entre eles é que vai dizer isso. Muitas vezes, o marido faz esse abandono dos filhos, não porque não gosta dos filhos, mas é para atingir a mulher, é para atingir o outro. Assim como a mulher, muitas vezes, toma determinadas posições para atingir o ex-marido, o pai dos seus filhos. Então, a ideia que temos, é que não há como falar em afeto ou até saber se existe afeto, se estiver distante, é necessário que se coloque essas partes juntas, essas partes precisam ter convivência, é um direito das crianças conviverem com seus pais, mesmos separados. Quem é que sabe como essa relação vai evoluir daqui para frente. Essa relação pode se tornar numa separação futura de nunca mais se verem, ou uma relação de intensa amizade entre pai e filho, um intenso amor. E só será possível isso com a convivência de ambos, e não com a separação. A mãe ficando sem ter o que fazer, os filhos sem ter o que fazer, e o Poder Judiciário sem impor nada. Desse jeito está ruim, nós precisamos melhorar. Então, há obrigatoriedade nesse aspecto. Segundo, se não tem jeito, puna financeiramente esse pai, não é aplicar multa, é indenização por dano moral até para que essa mãe possa tratar descentemente esses filhos, se for necessário, com psicólogo, um tratamento adequado, é suprir de alguma maneira. Se efetivamente for necessário suprir a deficiência afetiva dos filhos para com o pai, então, é uma forma de se suprir, é assim que funciona a Justiça, um cidadão que mata o outro, a família entra com uma ação de indenização por dano moral, pergunto: vai trazer o cara de volta? Não, mas aquela indenização irá suprir algumas deficiências. Então, a ideia de indenização por danos morais é também essa, suprir algumas possíveis deficiências em razão de abandono moral, afetivo, como essa aluna está escrevendo. O Poder Judiciário não discutiu isso, nem nós. Então, precisamos discutir e colocar isso no Poder Judiciário, são coisas que, acredito, são importante. Obrigar o pai a ver o filho, mas, e se o pai estiver mal humorado? E daí, que ele sai com o filho e irá perceber que ali existe uma pessoinha que é parte dele, por mais desgraçado que esse homem seja, é uma criança que tem a dependência dele. Então, propor, oferecer mecanismos para que esse filho possa se aproximar, agora deixar distante, qual a possibilidade de realizarmos uma aproximação afetiva do pai que o abandonou, e da mãe que não tem o que fazer, e o filho que não tem o que fazer, juridicamente é zero, acredito que este é o caminho.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella

– Com a palavra o Doutor Oleno Matos, Defensor Público Geral para responder a pergunta.

Doutor Oleno Matos (Defensor Público Geral) –

Inicialmente, quero agradecer o convite, graças à brilhante iniciativa, que oportuniza estarmos discutindo novamente essa temática tão importante e impolgante para nossa sociedade, e nas minhas considerações finais, quero fazer algumas colocações com relação a fala do meu amigo Ademir. Que para quem não sabe, foia Defensor Público, como eu, inclusive, passamos no mesmo concurso. Doutor Ademir falou que o Brasil não pune, e a Legislação Penal é falácia, ouso discordar dele, também falou que temos muito medo de falar na questão da punição. O Brasil tem uma Legislação Penal sim, tanto tem, que alcançamos há poucos dias a marca de quinhentos presos, ou seja, meio milhão de presos, só perdemos para os USA, a China fica em terceiro. Então, punimos sim, acredito que não vamos alcançar o número ideal. Até porque quem teme a Deus, quem lê a Bíblia sabe que, por conta disso, Jesus vai ter que retornar e governar novamente nosso reino, mas doutor Ademir, não é a legislação penal brasileira que impõem algumas situações, e, aqui, não quero fazer a defesa especificamente de presos não, ou de condenados por cometimento de crimes, criminosos e não reeducandos. Nossa Constituição resguarda alguns princípios, dentre eles, o da dignidade da pessoa humana. É muito fácil falar em punir, e o Estado segregar qualquer um de nós, porque pode ser qualquer um de nós, existe cometimento de crimes eventuais dadas às circunstâncias, pois qualquer um de nós pode cometer esse crime. Cito até o homicídio, conforme doutor Ademir conhece bem, atuou no Jurí durante muitos anos, tem conhecimento de causa, mas não é digno prender grande parcela da população, e que cada dia esse percentual aumenta. Parece que a política é segregar cada vez mais o cidadão. Vou dizer qual é o cidadão que é segregado. Não é cidadão da estirpe, dos que estão aqui, pelo menos do lado de cá não é. Mas é segregar os 16 milhões de brasileiros que vivem na miséria extrema. É gente que não tem o que comer, não tem o que vestir, não tem pai, ou mãe, como é que esse cidadão que passou sua infância e adolescência, e chegar aos 18 anos,

vai ter discernimento para ser boa gente, para frequentar a escola numa boa, fazer uma faculdade, para ser gente! Não é tão simples assim, nesses 16 milhões de brasileiros a que me refiro, pode ter certeza, a maioria dos que estão enclausurados, estão inseridos nesse aqui. Família, que não está inserida no sistema, está fora. Precisamos, na realidade, não de punição, punição não resolve nada. Precisamos é melhorar nossa educação, tentar fazer que o Governo Federal vem tentando implementar com o Governo Estadual, políticas públicas, mas na verdade o Governo Federal e o Governo Estadual só estão dando esmolas. São mecanismos necessários para que possamos transformar a sociedade mais rapidamente. Vou citar um caso que vivi agora em Brasília, é muito emblemático: conversava com um taxista que se dizia da direita a vida toda, contava que estava muito feliz com o Governo do PT, e eu nunca tive filiação partidária, aí ele foi me explicar que tinha dois filhos, educados pelo modelo de antigamente no Brasil. Provavelmente, seus filhos iriam ser taxistas como ele. Mas tinha muita felicidade de dizer que um dos seus filhos dele fazia Medicina, com a bolsa do PROUNI, o outro tinha se formado em Direito, também, por conta de uma bolsa do Governo Federal. Então, fica claro o tipo de política que precisamos. Não acredito só na punição, eu sei que existem cidadãos irrecuperáveis, isso é fato, não preciso me delongar explicando, mas sei que tem muita gente que comete crime por circunstâncias, mas se houver um trabalho com a segurança, como a Secretaria de Cidadania e Justiça tenta fazer, apesar das dificuldades de recursos e falta de pessoal é possível que se recupere. E quero fazer um adendo para discutir de forma ampla, de incluir na carta, Deputada Angela, Há premente necessidade de contratação dos agentes penitenciários, é preciso que esse concurso saia ainda este ano, não é só para atender o sistema prisional. Com a contratação dessas pessoas, haverá mais paz dentro das famílias dos detentos, haverá uma melhor acolhida deles lá e maior tranquilidade. Então, peço incluir esse pedido tão específico e de suma importância para nossa sociedade. Para finalizar, espero que possamos tirar desse trabalho algumas metas a serem atingidas e com fortalecimento da rede, o sistema de justiça. Não podemos esquecer também que no estado de Roraima, apesar de eficiente, temos uma Defensoria capenga, dos elementos integrantes do sistema de Justiça, a nossa, de longe, é a que reúne piores condições por falta de recursos. Para se ter uma idéia, até hoje a Defensoria só conseguiu fazer o primeiro curso de Defensor, não conseguiu fazer o segundo, se Deus quiser, com apoio do Executivo, vamos fazer ainda este ano, para recebimento desses novos Defensores no próximo ano. Então, precisamos colocar no papel e buscar das autoridades, Deputados Estaduais, Federais, Senadores e principalmente do Executivo, que é dono do bolo, que aumente a fatia desse bolo, para adoçar a boca deste povo que precisa, obrigado.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella - Com a palavra a Delegada Doutora Maria Aparecida, para responder a pergunta.

Doutora Maria Aparecida (Delegada) - Nas minhas considerações, algumas falas foram para fomentar, ou seja, provocar. Considero muito importante a fala do Doutor Ademir, está quase como um rótulo, quando ele falou sobre a ineficácia da Lei. Já havia trocado algumas figurinhas com ele sobre o sistema prisional. Realmente, temos que olhar as duas faces, como o nosso nobre Defensor, na eficácia, coloca o sistema da fiança. Sabemos que, na maioria das vezes, quando as polícias militar e civil levam até a delegacia, onde é elaborado um procedimento e de lá mesmo já sai a mulher primeiro, não se deixa sair juntos para evitar certos transtornos, depois, em seguida, o infrator ou agressor. Foi nesse sentido que falamos, porque temos que arbitrar uma fiança, depois de arbitrada a fiança, ele tem que ser posto em liberdade, e a guarnição, na maioria das vezes, diz: "De que adiantou meu trabalho?". A vítima olha para a Delegada e diz: "O que vocês estão fazendo comigo?" Então, ele é posto em liberdade. Em março, ainda durante o meu plantão, o agressor saiu, e na recepção disse: o único prejuízo que eu sofri foi ter que passar algumas horas dentro de um lugar nojento como é esta Delegacia de Polícia, mas, e a prisão vai ser a melhor coisa? O sistema prisional tem pelo menos como receber uma demanda. Então, a ineficácia foi acreditar na Lei. Eu continuo acreditando, e o remédio que está sendo aplicado para essas situações, o Doutor Jeferson conhece pela demanda, é a medida protetiva. O descumprimento dela, seja sempre a prisão do agressor, para remediar a fiança porque se ele tem que ser posto em liberdade, vem a mulher em seguida, requer uma medida protetiva, porque o descumprimento dessa medida gera uma prisão, em se tratando de um atendimento melhorado de medidas. O pronunciamento,

a declaração da Doutora Edineia foi excelente, explicativa cem por cento. Hoje, como Delegada, estou aqui sentada, calada, esperando todas as promessas para, no final, fechar, eu não tenho como oferecer um atendimento diferenciado. O centro de referência é importante, eu havia comentado com o Deputado Jânio Xingú, exatamente, a sobrecarga do CHAME, que ficou como único lugar para as necessidades de atendimento específicos, social multidisciplinar. Então, sobrecarrega, sugerimos, aqui, o que podemos fazer junto ao Município porque não tenho problema partidário. Vou requerer ao Ministério Público, ao Juiz, ao Estado e ao Município, não tenho esse problema, todas as portas que eu bato, todas são abertas. Então, comentamos sobre o CREAS, o que podemos fazer, não é mentira, não é crítica. Não tenho dependências físicas, posso até fazer uma visita à Prefeitura, posso até reivindicar, quem sabe vou ser atendida. Não tenho dependências físicas para abrigar uma equipe, se o Município disponibilizar esse atendimento na delegacia será importante demais, não desmerecendo os outros segmentos, a continuidade é necessária, o atendimento é muito importante, porque já deve estar inserida na Comissão, aquela mulher está mais fragilizada, ela está passando pela situação, a continuidade tem que existir. Então, não tenho um lugar para receber uma equipe, não tenho dependências físicas. Centro de Referência, ótimo já era para estar em ação, Doutor Ângelo. Também não sei lhe sei como está a agenda, acho que já deve estar inserida na Comissão, vou procurar saber para ser a titular da DDM, não sei se a titular tem cadeira nessa Comissão de enfrentamento, mas acontece que, durante alguns anos, eu não estava na DDM, mas na DAP, foi fechado no pacto, e no pacto foi frisaram que seria construída uma delegacia, onde ela seria como se fosse um complexo. E, como foi passado para mim. Ainda não vi o projeto arquitetônico. Então, não posso falar com muita segurança, mas foi passado que seria um complexo. Lá nessa delegacia já existia o atendimento à mulher com todo esse aparato, que sempre fazia parte desse complexo, da delegacia a ser construída na av. São Sebastião. Pelo projeto, na expectativa dessa delegacia, talvez, ainda, não tenha tomado uma atitude de providenciar um local para o Centro de Referência, mas é muito salutar sua colocação, deve ser consignado sobre essa delegacia, como está próximo, se está parado o que está acontecendo, porque demora tanto. Que o centro de referência seja de imediato providenciado, porque o CHAME realmente não tem condições, o atendimento está se tornando sub-humano, com atendimento, devido à demanda que chega até vocês. São essas as minhas considerações, as minhas reivindicações. Que essa delegacia vai realmente dar um novo atendimento uma nova visão, até a credibilidade à nossa sociedade feminina familiar, que a violência não é só à mulher. Então, essa delegacia faz todo esse atendimento, porque é necessário, não vou aqui, como delegada de polícia, contextualizar frente da delegacia da mulher, dizer que o atendimento é pronto e acabado para uma vítima que chega lá, porque não é, não estamos aqui almejando promessas. Existem, e espero que elas sejam concretizadas. Então, no momento, eu registro que busquem consignar essa cobrança dessa delegacia, desse Centro de Referência. Agradeço a vocês a oportunidade de estar aqui. Desde a primeira fala digo que estamos aqui para trabalharmos integrados, nós não estamos aqui, como alguns fcolocaram, não é para julgar, não é para criticar o trabalho de A ou B, nós estamos aqui para somar experiências, para integrar nossos pensamentos na tentativa de melhorar o atendimento, nós somos prestadores de serviço da sociedade. Então, eu pergunto, às vezes, em reunião na delegacia, que tipo de serviço vocês querem prestar? Que tipo de serviço nós estamos prestando? Vamos refletir para nós mesmos, será que nosso papel está tendo objetivo? Nós nos comprometemos realmente com a sociedade de Roraima? Então, vamos tentar melhorar, vamos oferecer a essa sociedade o que ela realmente espera de nós, muito obrigado pelo convite, estou sempre pronta e aberta para receber, conversar, discutir e até mudar no que for necessário no meu posicionamento, nada é acabado, boa-tarde.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella - Com a palavra a Doutor Jeferson.

Doutor Jeferson Fernandes (Juiz Titular do 3º Juizado Especial) - Em breves palavras, vou fazer considerações finais. Este evento é de uma importância tremenda e saio daqui com duas decisões depois de ouvir atentamente as manifestações dos Promotores Doutor Ademir e Elaine, vou pensar bastante na questão da pena mínima legal. Enquanto o legislador não aumentar o mínimo legal, vou estar atento a essa questão, porque os juízes no Brasil estão muito apegados ao mínimo. Na verdade, quando estamos sentenciando, vemos os pais

de família que não são bandidos, não são criminosos, são pais de família que muitas vezes depois da condenação retornam ao lar. Vou levar em consideração o bastante, inclusive, para a maioria das sentenças são dadas pena de prisão com substituição por uma pena alternativa, sempre pensando que estamos tratando com pais de família, excepcionalmente, acontece de ser alguém assim bandido criminoso envolvido em violência doméstica. Então, damos a pena de prisão com substituição de prestação de serviço a uma entidade. Nesse sentido precisamos aprimorar. Estava falando com o Padre Jeanfranco, que é preciso aprimorar a execução da pena substitutiva, senão o nosso trabalho será em vão, mas com certeza vou levar em conta as penas mínimas, vou tentar aumentar pelo menos em termo, na hora da elaboração da sentença. Outra situação é que tenho visto, que os delegados plantonistas já têm aumentado um pouco a fiança arbitrária, já percebi isso, e foi muito bom que tivesse sido assim, nada impede que os delegados continuem aumentando para dificultar a saída das pessoas naquele primeiro momento. Então, uma fiança maior impede o pagamento no primeiro momento, e posteriormente ele vai ser solto, com fiança ou sem fiança, porque a pena é pequena, mas naquele momento é muito importante que ele seja mantido preso. A autoridade policial pode nos ajudar muito nesse momento, arbitrando uma fiança maior. Não creio que nesse primeiro momento seja necessário assim, esse centro com o Delegado, Juiz, Promotor, porque estamos com dificuldades, mas conseguindo manter uma agilidade, a DDM está mandando rapidamente os boletins de ocorrência, como a Doutora Elaine falou, não estamos usando o prazo de Lei, estamos rapidamente dando medidas protetivas. Então, aquele primeiro atendimento que a Lei Maria da Penha quer de início, estamos dando, é a intimação do ofensor para se afastar da mulher, isso parece que estamos conseguindo pôr fim. Só para lembrar, nós não estamos tratando de questão familiar, estamos tratando de violência contra mulher no âmbito familiar. Então, uma infração contra um adolescente na casa não vai para o juizado se não tiver uma mulher envolvida. Continua sempre a violência contra a mulher, aqui em Roraima pelo menos enquanto o juiz for o que está lá não vai haver aplicação fora do gênero feminino, a Lei é clara sobre isso. Ficam essas considerações. Agradeço muito a oportunidade de estar aqui.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella – Com a palavra a Doutora Dolani, Membro da Comissão da Mulher da OAB.

Doutora Dolani S. S. Santana (Membro da Comissão da Mulher OAB/RR) – Gostaria de agradecer convite, a OAB se coloca à disposição, importante salientar que a Lei Maria da Penha foi criada em razão de uma mulher ter sido vítima da violência, é mais interessante com o que o Doutor Ademir falou, pelo fato que a Maria da Penha, foi agredida pelo seu esposo, ao tentar mata-lá ficou tetraplégica, tentou ainda estrangular e afogar a esposa, levou dezoito anos para esse homem chegar a julgamento, foi condenado a seis anos, mas só cumpriu dois. Será que a punição de dois anos foi suficiente por tudo que ela passou? Hoje ela é tetraplégica e vai continuar para sempre. Então, achei muito válida cada colocação aqui. Quero destacar também o trabalho da Defensoria Pública da Promotoria da DDM, apesar de não ter recursos financeiros grandes, gostaria de reconhecer o trabalho daquela delegacia. Meu filho de onze anos foi agredido na escola por outra criança e, por incrível que pareça, a escola, a professora que estava presente assistiu a agressão, a violência tem que ser combatida sempre. Procurei semana passada o que tinha acontecido com o boletim de ocorrência registrado e com o exame do IML e fui informada que já haviam chamado os professores, inclusive, estão sendo ouvidos hoje, apesar da escola ter achado bonitinha a atitude da criança que espancou meu filho no rosto, ombro, costas, braço, o pai ter achado que é uma coisa normal, que era comum. Então, a violência nunca é comum. A violência nunca é normal. Ela não tem que ser tolerada. É muito importante estarmos juntos para combatê-la. O Governo está fazendo sua parte, a Promotoria também, o Judiciário, as Igrejas também têm seu lado social. Cada um de nós, o CHAME, Secretária de Segurança Pública. Então, que possamos continuar lutando no combate à violência doméstica, contra mulher, criança, idoso. Nada justifica a violência, é meu desejo que tudo que foi colocado aqui, passe por reflexão para se fazer algo com relação à sentença, e que cada um de nós também pense com relação ao combate à violência que não pode prosperar em nosso estado. Que isso possa ser uma realidade, combatê-la veementemente a cada dia, obrigado.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella – Quero agradecer ao Exellentíssimo Senhor Presidente,

Deputado Francisco Guerra, que tem nos apoiado e nos incentivado, a todos os membros da Comissão, em especial Doutor Oleno Matos, que nos ajudou a formatar e organizar esta Audiência Pública. A questão da convivência familiar perpassa por vários fatores, atravessa as políticas públicas, a questão dos direitos fundamentais como: educação, moradia, emprego, saúde, além disso, ainda temos o papel cultural, a questão econômica. A vontade é que esta brilhante participação de todos não fique só no campo das idéias. Isso é uma coisa que me incomoda no Legislativo, o fato de não ter condições de agir, mas estamos aqui para transformar nossas falas e inquietações em pedidos de ações. Neste sentido, estaremos elaborando uma carta que venha garantir ações efetivas para contemplar essa questão da violência doméstica. Quero enfatizar a competência da nossa Comissão é a Defesa dos Direitos da Família, e não só a mulher, tem idosos, criança, adolescentes, bem generalizada essa questão, e conta com a participação da sociedade civil organizada, do Poder Público dos segmentos religiosos. E, mais uma vez, resalto a importância do engajamento das Igrejas Evangélicas que são muitas, e podem nos ajudar sobremaneira. Lembro-lhes que, além dessa carta, haverá uma proposta para instituição de um Comitê permanente, inclusive, com datas de reuniões e um calendário pré-definido, acho ser a única maneira para que realmente toda essa discussão, esse debate, saia do campo das idéias. Vimos, nos pronunciamentos da maioria das pessoas, que veem também a necessidade para que isso aconteça para contemplar as ações. Neste momento, só tenho a agradecer mais uma vez. Gostaria de saber se há alguém que queira se pronunciar.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella – Com a palavra a Ivonice.

Maria Ivonice de Souza Vieira (Secretaria do Estado de Educação) – Gostaria mais uma vez agradecer a oportunidade. E diante de todo o debate a Secretaria de Educação se dispõe a participar, como continuidade, de outras que vierem acontecer, pois a escola é o ponto de partidas, é o ponto da formação, portanto trabalhamos em função disso, apreciei muito o pronunciamento de cada um, observei a questão, muitas vezes, punitiva, temos aquela obrigação maior, como escola, instituição de educação, de trabalhar a prevenção. Então, diante de todo esse trabalho realizado, do qual nos dispomos a fazer parte, para que, realmente, no futuro, possamos ter o prazer de prestigiar com um índice bem menor diante da sociedade. Então, agradeço aqui em nome da nossa Secretaria que se dispõe a contribuir para que consigamos trazer futuro bem melhor para Roraima, com índices bem menores de violência, em relação a qual a Secretaria trabalha não em situações pontuais, mas trabalhamos a violência como um todo, enfrentando algumas situações muito difíceis, violência de professor para professor, violência de aluno para professor, violência de pais dentro da escola, enfim situações muito constrangedoras. Mas é em relação a essas situações que precisamos nos fortalecer, nos unir para reduzir todos os índices de violência que hoje a sociedade enfrenta. A escola trabalha para formação cidadã, formação humana, acredito, com isso chegaremos com um índice menor futuramente no nosso estado, que é muito pequeno. Obrigado.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella – Nossa Comissão contempla os especiais e temos a preocupação de tratar os desiguais na medida das suas desigualdades e suas necessidade. Este Comitê vem com uma abordagem dialética de ação, reflexão e rede de solidariedade. Acredito ser esta a única forma para nos colocar como responsáveis por essa nova postura, isto é, busca da paz para as famílias. Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta Audiência Pública.

Angela Águida Portella

Presidente da Comissão tratamento adequado, é suprir de alguma maneira. Se efetivamente for necessário suprir a deficiência afetiva dos filhos para com o pai, então, é uma forma de se suprir, é assim que funciona a Justiça, um cidadão que mata o outro, a família entra com uma ação de indenização por dano moral, pergunto: vai trazer o cara de volta? Não, mas aquela indenização irá suprir algumas deficiências. Então, a idéia de indenização por danos morais é também essa, suprir algumas possíveis deficiências em razão de abandono moral, afetivo, como essa aluna está escrevendo. O Poder Judiciário não discutiu isso, nem nós. Então, precisamos discutir e colocar isso no Poder Judiciário, são coisas que, acredito, são importante. Obrigar o pai a ver o filho, mas, e se o pai estiver mal humorado? E daí, que ele sai com o filho e irá perceber que ali existe uma pessoinha que é parte dele, por mais desgraçado que esse homem seja, é uma criança que tem a dependência dele. Então, propor, oferecer mecanismos para que esse filho possa se

aproximar, agora deixar distante, qual a possibilidade de realizarmos uma aproximação afetiva do pai que o abandonou, e da mãe que não tem o que fazer, e o filho que não tem o que fazer, juridicamente é zero, acredito que este é o caminho.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella

- Com a palavra o Doutor Oleno Matos, Defensor Público Geral para responder a pergunta.

Doutor Oleno Matos (Defensor Público Geral) –

Inicialmente, quero agradecer o convite, graças à brilhante iniciativa, que oportuniza estarmos discutindo novamente essa temática tão importante e impolgante para nossa sociedade, e nas minhas considerações finais, quero fazer algumas colocações com relação a fala do meu amigo Ademir. Que para quem não sabe, foia Defensor Público, como eu, inclusive, passamos no mesmo concurso. Doutor Ademir falou que o Brasil não pune, e a Legislação Penal é falácia, ousou discordar dele, também falou que temos muito medo de falar na questão da punição. O Brasil tem uma Legislação Penal sim, tanto tem, que alcançamos há poucos dias a marca de quinhentos presos, ou seja, meio milhão de presos, só perdemos para os USA, a China fica em terceiro. Então, punimos sim, acredito que não vamos alcançar o número ideal. Até porque quem teme a Deus, quem lê a Bíblia sabe que, por conta disso, Jesus vai ter que retornar e governar novamente nosso reino, mas doutor Ademir, não é a legislação penal brasileira que impõem algumas situações, e, aqui, não quero fazer a defesa especificamente de presos não, ou de condenados por cometimento de crimes, criminosos e não reeducandos. Nossa Constituição resguarda alguns princípios, dentre eles, o da dignidade da pessoa humana. É muito fácil falar em punir, e o Estado segregar qualquer um de nós, porque pode ser qualquer um de nós, existe cometimento de crimes eventuais dadas às circunstâncias, pois qualquer um de nós pode cometer esse crime. Cito até o homicídio, conforme doutor Ademir conhece bem, atuou no Jurí durante muitos anos, tem conhecimento de causa, mas não é digno prender grande parcela da população, e que cada dia esse percentual aumenta. Parece que a política é segregar cada vez mais o cidadão. Vou dizer qual é o cidadão que é segregado. Não é cidadão da estirpe, dos que estão aqui, pelo menos do lado de cá não é. Mas é segregar os 16 milhões de brasileiros que vivem na miséria extrema. É gente que não tem o que comer, não tem o que vestir, não tem pai, ou mãe, como é que esse cidadão que passou sua infância e adolescência, e chegar aos 18 anos, vai ter discernimento para ser boa gente, para frequentar a escola numa boa, fazer uma faculdade, para ser gente! Não é tão simples assim, nesses 16 milhões de brasileiros a que me refiro, pode ter certeza, a maioria dos que estão enclausurados, estão inseridos nesse aqui. Família, que não está inserida no sistema, está fora. Precisamos, na realidade, não de punição, punição não resolve nada. Precisamos é melhorar nossa educação, tentar fazer que o Governo Federal vem tentando implementar com o Governo Estadual, políticas públicas, mas na verdade o Governo Federal e o Governo Estadual só estão dando esmolas. São mecanismos necessários para que possamos transformar a sociedade mais rapidamente. Vou citar um caso que vivi agora em Brasília, é muito emblemático: conversava com um taxista que se dizia da direita a vida toda, contava que estava muito feliz com o Governo do PT, e eu nunca tive filiação partidária, aí ele foi me explicar que tinha dois filhos, educados pelo modelo de antigamente no Brasil. Provavelmente, seus filhos iriam ser taxistas como ele. Mas tinha muita felicidade de dizer que um dos seus filhos dele fazia Medicina, com a bolsa do PROUNI, o outro tinha se formado em Direito, também, por conta de uma bolsa do Governo Federal. Então, fica claro o tipo de política que precisamos. Não acredito só na punição, eu sei que existem cidadãos irrecuperáveis, isso é fato, não preciso me delongar explicando, mas sei que tem muita gente que comete crime por circunstâncias, mas se houver um trabalho com a segurança, como a Secretaria de Cidadania e Justiça tenta fazer, apesar das dificuldades de recursos e falta de pessoal é possível que se recupere. E quero fazer um adendo para discutir de forma ampla, de incluir na carta, Deputada Angela, Há premente necessidade de contratação dos agentes penitenciários, é preciso que esse concurso saia ainda este ano, não é só para atender o sistema prisional. Com a contratação dessas pessoas, haverá mais paz dentro das famílias dos detentos, haverá uma melhor acolhida deles lá e maior tranquilidade. Então, peço incluir esse pedido tão específico e de suma importância para nossa sociedade. Para finalizar, espero que possam tirar desse trabalho algumas metas a serem atingidas e com fortalecimento da rede, o sistema de justiça. Não podemos esquecer também que no estado de Roraima, apesar de eficiente, temos uma

Defensoria capenga, dos elementos integrantes do sistema de Justiça, a nossa, de longe, é a que reúne piores condições por falta de recursos. Para se ter uma idéia, até hoje a Defensoria só conseguiu fazer o primeiro concurso de Defensor, não conseguiu fazer o segundo, se Deus quiser, com apoio do Executivo, vamos fazer ainda este ano, para recebimento desses novos Defensores no próximo ano. Então, precisamos colocar no papel e buscar das autoridades, Deputados Estaduais, Federais, Senadores e principalmente do Executivo, que é dono do bolo, que aumente a fatia desse bolo, para adoçar a boca deste povo que precisa, obrigado.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella - Com a palavra a Delegada Doutora Maria Aparecida, para responder a pergunta.

Doutora Maria Aparecida (Delegada) – Nas minhas considerações, algumas falas foram para fomentar, ou seja, provocar. Considero muito importante a fala do Doutor Ademir, está quase como um rótulo, quando ele falou sobre a ineficácia da Lei. Já havia trocado algumas figurinhas com ele sobre o sistema prisional. Realmente, temos que olhar as duas faces, como o nosso nobre Defensor, na eficácia, coloca o sistema da fiança. Sabemos que, na maioria das vezes, quando as polícias militar e civil levam até a delegacia, onde é elaborado um procedimento e de lá mesmo já sai a mulher primeiro, não se deixa sair juntos para evitar certos transtornos, depois, em seguida, o infrator ou agressor. Foi nesse sentido que falamos, porque temos que arbitrar uma fiança, depois de arbitrada a fiança, ele tem que ser posto em liberdade, e a guarnição, na maioria das vezes, diz: “De que adiantou meu trabalho?”. A vítima olha para a Delegada e diz: “O que vocês estão fazendo comigo?” Então, ele é posto em liberdade. Em março, ainda durante o meu plantão, o agressor saiu, e na recepção disse: o único prejuízo que eu sofri foi ter que passar algumas horas dentro de um lugar nojento como é esta Delegacia de Polícia, mas, e a prisão vai ser a melhor coisa? O sistema prisional tem pelo menos como receber uma demanda. Então, a ineficácia foi acreditar na Lei. Eu continuo acreditando, e o remédio que está sendo aplicado para essas situações, o Doutor Jeferson conhece pela demanda, é a medida protetiva. O descumprimento dela, seja sempre a prisão do agressor, para remediar a fiança porque se ele tem que ser posto em liberdade, vem a mulher em seguida, requer uma medida protetiva, porque o descumprimento dessa medida gera uma prisão, em se tratando de um atendimento melhorado de medidas. O pronunciamento, a declaração da Doutora Edineia foi excelente, explicativa cem por cento. Hoje, como Delegada, estou aqui sentada, calada, esperando todas as promessas para, no final, fechar, eu não tenho como oferecer um atendimento diferenciado. O centro de referência é importante, eu havia comentado com o Deputado Jânio Xingú, exatamente, a sobrecarga do CHAME, que ficou como único lugar para as necessidades de atendimento específicos, social multidisciplinar. Então, sobrecarrega, sugerimos, aqui, o que podemos fazer junto ao Município porque não tenho problema partidário. Vou requerer ao Ministério Público, ao Juiz, ao Estado e ao Município, não tenho esse problema, todas as portas que eu bato, todas são abertas. Então, comentamos sobre o CREAS, o que podemos fazer, não é mentira, não é crítica. Não tenho dependências físicas, posso até fazer uma visita à Prefeitura, posso até reivindicar, quem sabe vou ser atendida. Não tenho dependências físicas para abrigar uma equipe, se o Município disponibilizar esse atendimento na delegacia será importante demais, não desmerecendo os outros segmentos, a continuidade é necessária, o atendimento é muito importante, porque é naquele momento que aquela mulher está mais fragilizada, ela está passando pela situação, a continuidade tem que existir. Então, não tenho um lugar para receber uma equipe, não tenho dependências físicas. Centro de Referência, ótimo já era para estar em ação, Doutor Ângelo. Também não sei lhe não sei como está a agenda, acho que já deve estar inserida na Comissão, vou procurar saber para ser a titular da DDM, não sei se a titular tem cadeira nessa Comissão de enfrentamento, mas acontece que, durante alguns anos, eu não estava na DDM, mas na DAP, foi fechado no pacto, e no pacto foi frisaram que seria construída uma delegacia, onde ela seria como se fosse um complexo. E, como foi passado para mim. Ainda não vi o projeto arquitetônico. Então, não posso falar com muita segurança, mas foi passado que seria um complexo. Lá nessa delegacia já existia o atendimento à mulher com todo esse aparato, que sempre fazia parte desse complexo, da delegacia a ser construída na av. São Sebastião. Pelo projeto, na expectativa dessa delegacia, talvez, ainda, não tenha tomado uma atitude de providenciar um local para o Centro de Referência, mas é muito salutar sua

colocação, deve ser consignado sobre essa delegacia, como está próximo, se está parado o que está acontecendo, porque demora tanto. Que o centro de referência seja de imediato providenciado, porque o CHAME realmente não tem condições, o atendimento está se tornando sub-humano, com atendimento, devido à demanda que chega até vocês. São essas as minhas considerações, as minhas reivindicações. Que essa delegacia vai realmente dar um novo atendimento uma nova visão, até a credibilidade à nossa sociedade feminina familiar, que a violência não é só à mulher. Então, essa delegacia faz todo esse atendimento, porque é necessário, não vou aqui, como delegada de polícia, contextualizar frente da delegacia da mulher, dizer que o atendimento é pronto e acabado para uma vítima que chega lá, porque não é, não estamos aqui almejando promessas. Existem, e espero que elas sejam concretizadas. Então, no momento, eu registro que busquem consignar essa cobrança dessa delegacia, desse Centro de Referência. Agradeço a vocês a oportunidade de estar aqui. Desde a primeira fala digo que estamos aqui para trabalharmos integrados, nós não estamos aqui, como alguns fcolocaram, não é para julgar, não é para criticar o trabalho de A ou B, nós estamos aqui para somar experiências, para integrar nossos pensamentos na tentativa de melhorar o atendimento, nós somos prestadores de serviço da sociedade. Então, eu pergunto, às vezes, em reunião na delegacia, que tipo de serviço vocês querem prestar? Que tipo de serviço nós estamos prestando? Vamos refletir para nós mesmos, será que nosso papel está tendo objetivo? Nós nos comprometemos realmente com a sociedade de Roraima? Então, vamos tentar melhorar, vamos oferecer a essa sociedade o que ela realmente espera de nós, muito obrigado pelo convite, estou sempre pronta e aberta para receber, conversar, discutir e até mudar no que for necessário no meu posicionamento, nada é acabado, boa-tarde.

Senhora Presidente Deputada Angela Águia Portella

– Com a palavra a Doutor Jeferson.

Doutor Jeferson Fernandes (Juiz Titular do 3º Juizado Especial)

– Em breves palavras, vou fazer considerações finais. Este evento é de uma importância tremenda e saio daqui com duas decisões depois de ouvir atentamente as manifestações dos Promotores Doutor Ademir e Elaine, vou pensar bastante na questão da pena mínima legal. Enquanto o legislador não aumentar o mínimo legal, vou estar atento a essa questão, porque os juízes no Brasil estão muito apegados ao mínimo. Na verdade, quando estamos sentenciando, vemos os pais de família que não são bandidos, não são criminosos, são pais de família que muitas vezes depois da condenação retornam ao lar. Vou levar em consideração o bastante, inclusive, para a maioria das sentenças são dadas pena de prisão com substituição por uma pena alternativa, sempre pensando que estamos tratando com pais de família, excepcionalmente, acontece de ser alguém assim bandido criminoso envolvido em violência doméstica. Então, damos a pena de prisão com substituição de prestação de serviço a uma entidade. Nesse sentido precisamos aprimorar. Estava falando com o Padre Jeanfranco, que é preciso aprimorar a execução da pena substitutiva, senão o nosso trabalho será em vão, mas com certeza vou levar em conta as penas mínimas, vou tentar aumentar pelo menos em termo, na hora da elaboração da sentença. Outra situação é que tenho visto, que os delegados plantonistas já têm aumentado um pouco a fiança arbitrária, já percebi isso, e foi muito bom que tivesse sido assim, nada impede que os delegados continuem aumentando para dificultar a saída das pessoas naquele primeiro momento. Então, uma fiança maior impede o pagamento no primeiro momento, e posteriormente ele vai ser solto, com fiança ou sem fiança, porque a pena é pequena, mas naquele momento é muito importante que ele seja mantido preso. A autoridade policial pode nos ajudar muito nesse momento, arbitrando uma fiança maior. Não creio que nesse primeiro momento seja necessário assim, esse centro com o Delegado, Juiz, Promotor, porque estamos com dificuldades, mas conseguindo manter uma agilidade, a DDM está mandando rapidamente os boletins de ocorrência, como a Doutora Elaine falou, não estamos usando o prazo de Lei, estamos rapidamente dando medidas protetivas. Então, aquele primeiro atendimento que a Lei Maria da Penha quer de início, estamos dando, é a intimação do ofensor para se afastar da mulher, isso parece que estamos conseguindo pôr fim. Só para lembrar, nós não estamos tratando de questão familiar, estamos tratando de violência contra mulher no âmbito familiar. Então, uma infração contra um adolescente na casa não vai para o juizado se não tiver uma mulher envolvida. Continua sempre a violência contra a mulher, aqui em Roraima pelo menos enquanto o juiz for o que está lá não vai haver aplicação fora do gênero feminino, a Lei é

clara sobre isso. Ficam essas considerações. Agradeço muito a oportunidade de estar aqui.

Senhora Presidente Deputada Angela Águia Portella

– Com a palavra a Doutora Dolani, Membro da Comissão da Mulher da OAB.

Doutora Dolani S. S. Santana (Membro da Comissão da Mulher OAB/RR)

– Gostaria de agradecer convite, a OAB se coloca à disposição, importante salientar que a Lei Maria da Penha foi criada em razão de uma mulher ter sido vítima da violência, é mais interessante com o que o Doutor Ademir falou, pelo fato que a Maria da Penha, foi agredida pelo seu esposo, ao tentar mata-lá ficou tetraplégica, tentou ainda estrangular e afogar a esposa, levou dezenove anos para esse homen chegar a julgamento, foi condenado a seis anos, mas só cumpriu dois. Será que a punição de dois anos foi suficiente por tudo que ela passou? Hoje ela é tetraplégica e vai continuar para sempre. Então, achei muito válida cada colocação aqui. Quero destacar também o trabalho da Defensoria Pública da Promotoria da DDM, apesar de não ter recursos financeiros grandes, gostaria de reconhecer o trabalho daquela delegacia. Meu filho de onze anos foi agredido na escola por outra criança e, por incrível que pareça, a escola, a professora que estava presente assistiu a agressão, a violência tem que ser combatida sempre. Procurei semana passada o que tinha acontecido com o boletim de ocorrência registrado e com o exame do IML e fui informada que já haviam chamado os professores, inclusive, estão sendo ouvidos hoje, apesar da escola ter achado bonitinha a atitude da criança que espancou meu filho no rosto, ombro, costas, braço, o pai ter achado que é uma coisa normal, que era comum. Então, a violência nunca é comum. A violência nunca é normal. Ela não tem que ser tolerada. É muito importante estarmos juntos para combatê-la. O Governo está fazendo sua parte, a Promotoria também, o Judiciário, as Igrejas também têm seu lado social. Cada um de nós, o CHAME, Secretária de Segurança Pública. Então, que possamos continuar lutando no combate à violência doméstica, contra mulher, criança, idoso. Nada justifica a violência, é meu desejo que tudo que foi colocado aqui, passe por reflexão para se fazer algo com relação à sentença, e que cada um de nós também pense com relação ao combate à violência que não pode prosperar em nosso estado. Que isso possa ser uma realidade, combatê-la veementemente a cada dia, obrigado.

Senhora Presidente Deputada Angela Águia Portella

– Quero agradecer ao Exelentíssimo Senhor Presidente, Deputado Francisco Guerra, que tem nos apoiado e nos incentivado, a todos os membros da Comissão, em especial Doutor Oleno Matos, que nos ajudou a formatar e organizar esta Audiência Pública. A questão da convivência familiar perpassa por vários fatores, atravessa as políticas públicas, a questão dos direitos fundamentais como: educação, moradia, emprego, saúde, além disso, ainda temos o papel cultural, a questão econômica. A vontade é que esta brilhante participação de todos não fique só no campo das idéias. Isso é uma coisa que me incomoda no Legislativo, o fato de não ter condições de agir, mas estamos aqui para transformar nossas falas e inquietações em pedidos de ações. Neste sentido, estaremos elaborando uma carta que venha garantir ações efetivas para contemplar essa questão da violência doméstica. Quero enfatizar a competência da nossa Comissão é a Defesa dos Direitos da Família, e não só a mulher, tem idosos, criança, adolescentes, bem generalizada essa questão, e conta com a participação da sociedade civil organizada, do Poder Público dos segmentos religiosos. E, mais uma vez, ressalto a importância do engajamento das Igrejas Evangélicas que são muitas, e podem nos ajudar sobremaneira. Lembro-lhes que, além dessa carta, haverá uma proposta para instituição de um Comitê permanente, inclusive, com datas de reuniões e um calendário pré-definido, acho ser a única maneira para que realmente toda essa discussão, esse debate, saia do campo das idéias. Vimos, nos pronunciamentos da maioria das pessoas, que veem também a necessidade para que isso aconteça para contemplar as ações. Neste momento, só tenho a agradecer mais uma vez. Gostaria de saber se há alguém que queira se pronunciar.

Senhora Presidente Deputada Angela Águia Portella

– Com a palavra a Ivonice.

Maria Ivonice de Souza Vieira (Secretaria do Estado de Educação)

– Gostaria mais uma vez agradecer a oportunidade. E diante de todo o debate a Secretaria de Educação se dispõe a participar, como continuidade, de outras que vierem acontecer, pois a escola é o ponto de partidas, é o ponto da formação, portanto trabalhamos em função disso, apreciei muito o pronunciamento de cada um, observei a questão, muitas vezes, punitiva, temos aquela obrigação maior, como

escola, instituição de educação, de trabalhar a prevenção. Então, diante de todo esse trabalho realizado, do qual nos dispomos a fazer parte, para que, realmente, no futuro, possamos ter o prazer de prestigiar com um índice bem menor diante da sociedade. Então, agradeço aqui em nome da nossa Secretaria que se dispõe a contribuir para que consigamos trazer futuro bem melhor para Roraima, com índices bem menores de violência, em relação a qual a Secretaria trabalha não em situações pontuais, mas trabalhamos a violência como um todo, enfrentando algumas situações muito difíceis, violência de professor para professor, violência de aluno para professor, violência de pais dentro da escola, enfim situações muito constrangedoras. Mas é em relação a essas situações que precisamos nos fortalecer, nos unir para reduzir todos os índices de violência que hoje a sociedade enfrenta. A escola trabalha para formação cidadã, formação humana, crédito, com isso chegaremos com um índice menor futuramente no nosso estado, que é muito pequeno. Obrigado.

Senhora Presidente Deputada Angela Águida Portella

- Nossa Comissão contempla os especiais e temos a preocupação de tratar os desiguais na medida das suas desigualdades e suas necessidade. Este Comitê vem com uma abordagem dialética de ação, reflexão e rede de solidariedade. Acredito ser esta a única forma para nos colocar como responsáveis por essa nova postura, isto é, busca da paz para as famílias. Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta Audiência Pública.

Angela Águida Portella

Presidente da Comissão

Aprovada em: 02/08/11

OUTRAS PUBLICAÇÕES
CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA

OFÍCIO/GAB/ 111/2011

São João da Baliza-RR, 01 de Agosto de 2011.

Ilmo Senhor

João de Carvalho

Superintendente da Assembléia Legislativa

Ilustríssimo Senhor,

Cumprimentando cordialmente Vossa Senhoria, venho pelo presente solicitar que sejam publicadas nos registros da Assembléia Legislativa as alterações na Lei Orgânica do Município de São João da Baliza e Regimento Interno desta Casa Legislativa, conforme documento em anexo.

Sem mais para o momento, reitero votos de elevado respeito.

Atenciosamente,

Gideon Soares de Castro

-Presidente-

Lei Municipal Nº 308/2011

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, **Gideon Soares de Castro**, Presidente, promulgo a seguinte Emenda ao Art. 22 da Lei Orgânica Municipal:

Suprime o Parágrafo Único, cria seus §1º, acresce o § 2º ao Art. 22 da Lei Orgânica do Município de São João da Baliza e dá outras providências.

Art. 1º. O parágrafo único do Art. 22 desta Lei é suprimido e passa a vigorar com a redação dos §§ 1º e 2º

§. 1º - O prefeito Municipal poderá ser afastado do exercício de cargo preventivamente pelo voto de 2/3 (dois terços) dos Vereadores da Câmara Municipal pelo prazo de até 90 (noventa) dias úteis, após recebimento de Denúncia contra atos e prática de sua administração ou omissão de ato previsto no Art. 4º do Decreto Lei 201/67 ou outra infração político administrativa legalmente prevista

§ 2º - Determinado o afastamento do Prefeito Municipal, o Processo seguirá, no que for aplicável, o rito previsto no Art. 5º e seus incisos do Decreto Lei 201/67

Art. 2º - Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

São João da Baliza-RR, 29 de Julho de 2011

Gideon Soares de Castro

-Presidente-

Resolução Nº 50/2011

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de São João da Baliza, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 208, alínea "b" do Regimento Interno desta Casa e Eu, **Gideon Soares de Castro**, Presidente, promulgo a seguinte Resolução ao Regimento Interno:

Acrescenta as letras "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", ao Parágrafo 7º do art. 49, do Regimento Interno da Câmara Municipal de São João da Baliza e dá outras providências.

Art. 1º - O Parágrafo 7º do Art. 49 do Regimento da Câmara Municipal de São João da Baliza, passa a vigorar acrescidos das seguintes letras:

Letra "A" - O Processo de Cassação do Mandato de Prefeito pela Câmara, por infrações político administrativas, poderá também ser estabelecido, obedecendo aos ritos do inciso I ao VII do Art. 5º do Decreto Lei nº 201 de 27 de Fevereiro de 1967 dos Poderes estabelecidos ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário;

Letra "B" - A audiência para a oitiva das testemunhas de acusação e defesa é uma e será realizada em uma só assentada.;

Letra "C" - Os membros da Comissão Processante inquirirão as testemunhas separadas e sucessivamente; primeiro as do Denunciante e depois as do Denunciado, providenciando de modo que uma não ouça o depoimento das outras;

Letra "D" - Antes de depor, a testemunha será qualificada, declarando o nome por inteiro, a profissão, a residência e o estado civil, bem como se tem relações de parentesco com a parte ou interesse no objeto do processo;

Letra "E" - É lícito à parte contraditar a testemunhas, argüindo-lhe a incapacidade, o impedimento ou a suspeição. Se a testemunha negar os fatos que lhe são imputados, a parte poderá provar a contradita com documentos ou com testemunhas até três, apresentada no ato e inquiridas em separado. Sendo provados ou confessados os fatos, os membros da Comissão Processante dispensarão a testemunha ou lhe tomará o depoimento independentemente de compromisso apenas na qualidade de informante;

Letra "F" - No inciso da inquirição, a testemunha prestará o compromisso de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, quando o Presidente da Comissão advertirá a testemunha que incorre em sanção penal quem faz a afirmação falsa, cala ou oculta a verdade;

Letra "G" - Os membros da Comissão Processante interrogarão a testemunha sobre os fatos articulados, cabendo primeiro à parte, que a arrolou e depois à parte contrária, formulara perguntas tendentes a esclarecer ou completar o depoimento;

Letra "H" - As partes devem tratar as testemunhas com urbanidade, não lhes fazendo perguntas ou considerações impertinentes, capciosas ou vexatórias;

Letra "I" - A presença em audiência para a oitiva da testemunha arrolada e que não tenha residência fixa dentro da circunscrição territorial do Município de São João da Baliza é de inteira responsabilidade do Denunciante e/ou do Denunciado garantir a presença em audiência, presumindo e, caso não compareça, que desistiu de ouvi-la;

Letra "J" - A testemunha arrolada e que foi declarada pelas partes ter residência dentro da circunscrição territorial do Município de São João da Baliza, não sendo encontrada no endereço declinado pelas partes, serão estes intimados a diligenciarem no sentido de garantir sua presença na audiência para a oitiva da testemunha, presumindo-se, caso não compareça, que desistiu de ouvi-la;

Art. 2º - O presidente da Comissão Processante poderá fazer o pedido de afastamento preliminar do cargo do Denunciado perante a presidência da Câmara, considerar afastado preliminarmente do cargo, o Denunciado que for declarado pelo voto de 2/3 (dois terços), pelo menos, dos membros da Câmara em curso de qualquer infração especificado na Denúncia, o Processo que se refere este artigo, deverá ser concluído dentro de 90 (noventa) dias, contados da data em que efetivar a notificação do acusado, transcorridos com o prazo de julgamento definitivo do cargo, também declarado pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, a qual será publicada no mural da Câmara Municipal de São João da Baliza.

São João da Baliza - RR, 29 de Julho de 2011.

Gideon Soares de Castro

- Presidente-

ATOS FINANCEIROS

PODER LEGISLATIVO
 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO: 2011 / BIMESTRE: MAIO – JUNHO/2011

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e §1º - Anexo I)

R\$ (reais)

RECEITAS	PREVISÃO ANUAL		RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	(a-c)
RECEITAS CORRENTES	95.386.024,00	99.846.024,00	—	—	—	—	99.846.024,00
TRANFERÊNCIAS CORRENTES	95.386.024,00	99.846.024,00	—	—	—	—	99.846.024,00
Transferências Intragovernamentais	95.386.024,00	99.846.024,00	—	—	—	—	99.846.024,00
RECEITAS DE CAPITAL	9.500.000,00	5.040.000,00	—	—	—	—	5.040.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.500.000,00	5.040.000,00	—	—	—	—	5.040.000,00
Transferências Intragovernamentais	9.500.000,00	5.040.000,00	—	—	—	—	5.040.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	104.886.024,00	104.886.024,00	—	—	—	—	104.886.024,00
DÉFICIT (II)							
TOTAL (I) + (II)	104.886.024,00	104.886.024,00	—	—	—	—	104.886.024,00

DESPESAS	PREVISÃO ANUAL		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (b-f)
	INICIAL (a)	ATUALIZADA (b)	No Bimestre (c)	Até o Bimestre (d)	No Bimestre (e)	Até o Bimestre (f)	% (f/b)	
DESPESAS CORRENTES	95.386.024,00	99.846.024,00	5.282.640,00	88.699.363,01	20.618.576,29	65.787.480,51	66	34.058.543,49
Pessoal/Encargos Sociais	95.386.024,00	99.846.024,00	4.000.000,00	39.717.000,00	12.475.002,54	35.438.021,33	35	64.408.002,67
Outras Despesas Correntes	95.386.024,00	99.846.024,00	1.282.640,00	48.982.363,01	8.143.573,75	30.349.459,18	30	69.496.564,82
DESPESAS DE CAPITAL	9.500.000,00	5.040.000,00	—	110.687,97	8.101,97	99.287,97	2	4.940.712,03
Investimentos	9.500.000,00	5.040.000,00	—	110.687,97	8.101,97	99.287,97	2	4.940.712,03
SUBTOTAL DAS DESPESAS (I)	104.886.024,00	104.886.024,00	5.282.640,00	88.810.050,98	20.626.678,26	65.886.768,48	63	38.999.255,52
SUPERÁVIT (II)	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (I) + (II)	104.886.024,00	104.886.024,00	5.282.640,00	88.810.050,98	20.626.678,26	65.886.768,48	63	38.999.255,52

Fonte: OCF - Link 03 - Gerência de Contabilidade/ALE

Obs: Valores sujeito a alterações.

Dep. Francisco de Sales Guerra Neto
 Presidente da Assembleia Legislativa

Tatiane Rodrigues Bezerra de Andrade
 Secretária Financeira

Cristiane Romênia Fonseca de Almeida
 Coordenador de Controle Interno e Externo da ALE/RR

PODER LEGISLATIVO
 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO: 2010 / BIMESTRE: MAIO – JUNHO/2011

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% (e/total a)
LEGISLATIVA	104.886.024,00	104.886.024,00	5.282.640,00	88.810.050,98	20.626.678,26	65.886.768,48	63
Ação Legislativa	104.886.024,00	104.886.024,00	5.282.640,00	88.810.050,98	20.626.678,26	65.886.768,48	63
TOTAL	104.886.024,00	104.886.024,00	5.282.640,00	88.810.050,98	20.626.678,26	65.886.768,48	63

FONTE: OCF - Link 03 - Gerência de Contabilidade/ALE

Obs: Valores sujeito a alterações.

Dep. Francisco de Sales Guerra Neto
 Presidente da Assembleia Legislativa

Tatiane Rodrigues Bezerra de Andrade
 Secretária Financeira

Cristiane Romênia Fonseca de Almeida
 Coordenadora de Controle Interno e Externo da ALE/RR